

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE-PPGET**

FIDENCIO VERA

***Mba'e Megua* problematização e percepção das crises a partir da ideia de
risco na visão dos Guarani e Kaiowá: a política anti-indígena e a ascensão
do Governo Bolsonaro**

DOURADOS

2022

FIDENCIO VERA

***Mba'e megua* problematização e percepção das crises a partir da ideia de risco na visão dos Guarani e Kaiowá: a política anti-indígena e a ascensão do Governo Bolsonaro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade.

Área de concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas

Mestrando: Fidencio Vera

Orientador: Prof. Dr. Cássio Knapp

DOURADOS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V473m	<p>Vera, Fidencio.</p> <p><i>Mba'e megua</i> problematização e percepção das crises a partir da ideia de risco na visão dos Guarani e Kaiowá : a política anti-indígena e a ascensão do governo Bolsonaro. / Fidencio Vera. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Cássio Knapp. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Crises. 2. Guarani-Kaiowá. 3. <i>Mba'e Meguá</i>. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA –FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



FIDÊNCIO VERA

MBA'E MEGUA PROBLEMATIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DAS CRISES
A PARTIR DA IDEIA DE RISCO NA VISÃO DOS GUARANI E
KAIOWÁ: A POLÍTICA ANTI-INDÍGENA E A ASCENSÃO DO
GOVERNO BOLSONARO.

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 28 de janeiro de 2022.

Eliel Benites

Diretor da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND

BANCA EXAMINADORA

Cássio Knapp

Orientador/PPGET/UFGD

Thiago Leandro Vieira Cavalcante

Membro externo/ PPGH/UFGD

Jeanne M. Brito de Moura Maciel

Membro Interno /PPGET/UFGD

Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade

(67) 3410-2626/2627 - E-mail: faind.ppget@ufgd.edu.br

Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Cidade Universitária – CEP: 79804-970 – Dourados/MS

DEDICATÓRIA

Este ensaio dedico às lutas e a resistência do meu povo que sobrevive em meios as tantas violências e violações, em defesa de seus territórios tradicionais e pelo direito de existir.

Aos guerreiros e guerreiras que estiveram comigo na primeira turma do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET-UFGD), representando a luta dos camponeses, ribeirinhos e indígenas.

E especialmente a algumas pessoas que me deram forças, palavras de apoio, orientações, durante todo o processo da pesquisa.

AGRADECIMENTO

A imensa gratidão e satisfação, primeiramente dedico a *Ñande Ruete*, Deus, o criador do homem, da terra, do universo, dos Guarani e Kaiowá.

Agradeço pela minha vida e por permitir a realização de um sonho de cursar e concluir uma Pós-Graduação em nível de mestrado.

Gratidão à *Ñande Ruete* por conceder inúmeras conquistas e tempos de aprendizados durante o meu *Oguata* até este momento.

Aos meus familiares pelo apoio e compreensão das minhas ausências do meio deles, pois o trabalho literalmente consumiu meu tempo.

Aos meus amigos e amigas que direta ou indiretamente estiveram comigo acreditando no meu potencial e na capacidade de vencer todos os obstáculos, pois muitos sabiam das minhas dificuldades e limitações.

A cada um dos meus interlocutores que se colocaram à disposição para expor e dividir seus sentimentos, conhecimentos e experiências que contribuíram nas discussões e reflexões importantíssimas relacionado ao tema e também alguns assuntos delicados que não podiam ser colocados no papel, mas serviu para nortear algumas considerações e compreensões.

Aos professores e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade (PPGET-UFGD), que tenho muito respeito e consideração, pois foram fundamentais nas orientações teóricas que nortearam a minha pesquisa.

Não poderia esquecer também do meu grande amigo, meu orientador e professor Cássio Knapp, que não tem medido esforço para me ajudar. Sem as suas ponderações e dedicação poderia ter me perdido pelo caminho. Desde a graduação no tempo do Teko Arandu sempre mostrou ser parceiro e amigo dos Guarani e Kaiowá.

RESUMO

Como previam os anciãos Guarani e Kaiowá, os tempos sombrios que há muito tempo se anunciavam, chegaram ecoando para todas as partes do mundo e para todos os povos. Presenciamos o desdobramento de um fenômeno reacionário de abrangência mundial que teve com reflexo no Brasil a ascensão e a proclamação de um governo autoritário, conservador, antidemocrático e antipluralista. No Brasil, esse processo apresenta uma grande ameaça a estabilidade democrática, aos direitos humanos e constitucionais conquistados em especial aos dos grupos indígenas. Vivemos em tempos em que as negatividades humanas se apresentam como a única via de existência possível, implementando permanentemente as condições de risco às nossas vidas. Essas condições são explicadas pelos Kaiowá e Guarani como *jeiko asy*, *jeiko vai*, *mba`e vai* e na linguagem dos mais antigos de *Mba`e Megua*, as crises. Todas se referem sobre o mal, a predominância do *jeiko asy* “mal viver”, o rompimento da consciência e da razão que acarreta o adoecimento físico e espiritual da humanidade. Nesta mesma linha, complementamos que conforme a cosmologia Guarani, a terra está sustentada sobre um ponto de apoio que, a qualquer momento pode cambalear-se e cair. Conforme essa explicação, as crises e os riscos causados pelas ações humanas na dinâmica da modernidade e o capitalismo mundial podem acelerar a destruição do mundo. Isso porque, os tempos difíceis que vivenciamos não se tratam apenas de crises nas dimensões sociais, políticas, econômicas, dentre outros, mas uma ameaça global à vida e a existência de todos os seres que partilham o espaço na Terra. O desequilíbrio tanto da negatividade e positividade é eminente. Em verdade, a Terra já está esgotada, as águas estão diminuindo, os animais sumindo, suplicando ao *Ñande Ruete* que acabe com tudo isso. Portanto, este trabalho é um convite à reflexão sobre as condições de crises e riscos que estamos vivenciando, a fim de que possa ser feita alguma coisa útil em defesa da continuidade de nossa existência. A fim de se compreender as questões apontadas acima, destaca-se que a metodologia do trabalho esteve amparada nas pesquisas de cunho qualitativas e etnográfico.

Palavras-chave: Crises; Guarani e Kaiowá; *Mba`e Megua*.

ABSTRACT

As the Guarani and Kaiowá elders predicted, the dark times that had been announced for a long time, arrived echoing to all parts of the world and to all peoples. We are witnessing the unfolding of a reactionary phenomenon of worldwide scope that reflected in Brazil the rise and proclamation of an authoritarian, conservative, anti-democratic and anti-pluralist government. In Brazil, this process poses a major threat to democratic stability, human and constitutional rights, especially those of indigenous groups. We live in times where negativities present themselves as a possible way of existence, implementing as the only risk conditions as our lives. These conditions are explained by the Kaiowá and Guarani as *jeiko asy*, *jeiko vai*, *mba`e vai* and in the language of the oldest of *Mba`e Megua*, crisis. All refer to evil, the predominance of *jeiko asy* “evil living”, the rupture of conscience and reason that causes the physical and spiritual illness of humanity. In the same vein, we add that according to the Guarani cosmology, the earth is supported on a support point that at any moment can stagger and fall. According to this explanation, the crises and risks caused by human actions in the dynamics of modernity and world capitalism can accelerate the destruction of the world. Well, the difficult times we are experiencing are not just crises in the social, political, economic dimensions, among others, but a global threat to the life and existence of all beings that share space on Earth. The imbalance of both negativity and positivity is eminent. In truth, the Earth is already exhausted, the waters are decreasing, the animals are disappearing, begging the Ñande Ruete to put an end to all this. This essay is an invitation to reflect on the conditions of crises and risks that we are experiencing in order to do something useful in defense of the continuity of our existence.

Keywords: Crisei; Guarani and Kaiowá; *Mba`e Megua*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação do <i>Mba'e Megua</i>	13
Figura 2 - Entrega do documento sobre funcionamento da escola indígena em Pirajuí	17
Figura 3 - Entrega do documento para a representante da SECADI-MEC, DF.	18
Figura 4 - Participação do Encontro de Lideranças e Professores Guarani e Kaiowá na aldeia Cerrito, Eldorado, MS.	18
Figura 5 - Participação dos movimentos indígenas em Brasília, DF.	19
Figura 6 - Como candidato a vereador no município de Paranhos, MS	19
Figura 7 - Participação do Acampamento Terra Livre em Brasília, DF.	19
Figura 8 - Abertura da Semana Indígena na Aldeia Pirajuí, Paranhos.	20
Figura 9 - Manifestação Guarani e Kaiowá contra PL 490 e Marco Temporal	21
Figura 10 - Manifestações de 2013	61
Figura 11 - Ruralistas no “Leilão da Resistencia”	84
Figura 12 - Entrevista com o senhor Venido Vera	93
Figura 13 - Pastores contra o Marco Temporal e PL 490	94
Figura 14 - Entrevista com o cacique Eduardo Pires	97
Figura 15 - Entrevista com senhor Valdenir Romeiro	99
Figura 16 - Entrevista com o jovem Cledino Caldeira Pires	102
Figura 17 - Entrevista com o professor Pedro Duran	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ACRISSUL – Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul
CAN – Colônias Agrícolas Nacionais
CCNAGUA – Conselho Continental da Nação Guarani
CF – Constituição Federal
CIMI – Conselho Indigenista Missionária
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM – Democratas
FAMASSUL – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPA – Frente Parlamentar Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GO – Goiás
Km/h - Quilômetro por horas
LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero/Travestis, Queer, Intersexuais
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MPF – Ministério Público Federal
MS – Mato Grosso do Sul
PEC – Propostas de Emendas Constitucionais
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projetos de Leis
PPP- Projeto Político Pedagógico
PSD – Partido Social Democrática
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
RJ – Rio de Janeiro
SD – Solidariedade
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
TV – Televisão
UFGD- Universidade Federal da Grande Dourados
UNI- União das Nações Indígenas
UNIND – União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

Introdução: Mba`e Megua as crises do mundo um risco eminente à nossa existência	13
Apresentação inicial	13
Considerações Iniciais: As crises como o mal do mundo	21
Objetivos e caminhos da pesquisa	28
Caminhos metodológicos	29
1: Colonização e colonialidade: os Guarani e Kaiowá até a Constituição Federal de 1988	32
1.1 Os primeiros contatos Reduções Jesuíticos-Guarani	37
1.2 A Guerra do Paraguai	42
1.3 Ka'a, erva-mate (<i>Ilex Paraguariensis</i>): a planta nativa que impulsionou a invasão do território Guarani e Kaiowá.	45
1.4 Da República à Ditadura Cível-Militar: redução do espaço e a criação das Reservas	49
1.5. Um novo paradigma: a Constituição brasileira e os direitos dos Povos Indígenas	52
2: A instabilidade política e democrática a partir de 2013	58
2.1 A crise brasileira a partir de 2013	60
2.2 Elementos para a crise nacional.	65
2.2.1 A crise econômica do Brasil	65
2.2.2 O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff	67
2.2.3 A espetacularização da crise um espaço propício para a ascensão da extrema direita.	69
2.2.4 Movimentos das minorias uma ameaça à alteração da ordem	72
2.2.5 Os povos indígenas: resistir ou morrer	74
2.2.6 Ciberativismo: novas formas de relações sociais e legitimidade de poder	76

3: Mato Grosso do Sul: o agronegócio e colonialismo interno-	81
3.1 As crises e os riscos: a partir da percepção dos Guarani da Reserva Pirajuí	89
Considerações finais	109
Referências	115

INTRODUÇÃO

Mba`e Megua as crises do mundo um risco eminente à nossa existência

Figura 1. Representação do *Mba`e Megua*



Fonte: Desenho de autoria de Esdras Pires, Aldeia Pirajuí em 12/11/2015

Apresentação inicial

Sou mais um membro da nação Guarani, batizado pelo nome na língua de meu povo de *Avá Ruvicha Mirim*, que significa “Pequeno Líder”. Fidencio Vera é o meu outro nome na cultura ocidental que foi escolhido pelo meu pai Maurício Vera. O nome indígena na cultura de

meu povo e a identidade da pessoa, uma nomenclatura que identifica o ser indígena, de onde vem e qual é o propósito de sua existência aqui na Terra revelado para os *Ñande Ramõi* líderes religiosos.

Nasci no dia 27 do mês de junho do ano de 1990, na Reserva Indígena Pirajuí, que fica localizado no município de Paranhos/MS. Filho de um semianalfabeto, agricultor que conhece e domina como ninguém as técnicas e ciência indígena da agricultura. Minha mãe dona Agripina, uma mulher guarani virtuosa, base da família, um exemplo de coragem e determinação, meu alento, um pedaço maior de carinho e amor com jeito da mulher guarani de ser.

Aos cinco anos de idade comecei a minha caminhada escolar na Escola Municipal Marechal Candido Rondon, Vy'aha Renda, naquele momento vinculada a Missão Evangélica Unida, que fica localizado ao lado da Reserva Pirajuí, um lugar fascinante onde obtive os melhores momentos da minha infância e as orientações que até hoje direcionam meus passos.

Ao concluir a 4ª série do ensino primário, com doze anos de idade, comecei a estudar numa escola não indígena da Vila Taquaperi, uma escola na zona rural, que fica aproximadamente 12 km distante da Reserva Pirajuí. Essa fase foi muito difícil para mim, foi à transição da escola indígena para não indígena, com os professores não indígenas e colegas estudantes das fazendas e assentamento ao redor. Ali também comecei a sentir o preconceito por ser indígena, um sentimento com o qual convivo até hoje e enfrento lutas contínuas por onde o destino se encarrega de me levar. Mesmo com todas as dificuldades, pretendia realizar o sonho dos meus pais de obter uma vida melhor através dos estudos, com trabalho melhor remunerado e não passando mais pelo mesmo sofrimento e dificuldades que eles enfrentaram. Meu pai dedicou seu tempo e força produtiva na roça, de tempo em tempo deixava a minha mãe com seus filhos em busca de serviço nas fazendas da região. Os serviços em geral eram em derrubadas das matas e para fazer erva um dos serviços onde meu pai tinha muita experiência pelo fato de ter crescido acompanhando o trabalho do meu avô Marciano Vera.

Cresci vendo o sofrimento dos meus irmãos nos estudos pela falta de condições dos meus pais. Meus irmãos trabalharam desde criança para ajudar meu pai na roça e para adquirir principalmente roupas e materiais escolares para estudar. O pouco dinheiro que meu pai ganhava trabalhando para os outros, o que para os Guarani chamamos de changa, mal dava para comprar o que os filhos precisavam. Meus pais tiveram de optar por comprar alimentos e outros produtos básicos mais necessários para a nossa sobrevivência. Em tempos frios sofriamos mais,

graças a Deus não passamos fome, acredito que essas situações contribuíram na nossa formação como pessoas fortes e persistentes.

Como todo garoto da minha idade eu tinha o sonho de me tornar jogador de futebol profissional. Comecei a sair da casa dos meus pais aos treze anos de idade em busca de realizar esse sonho. Porém, não obtive êxito devido a algumas barreiras impostas pelo destino, uma delas foi o preconceito por ser indígena.

Algo dentro de mim já dizia que esse caminho não era para mim e eu tinha que continuar minha caminhada nos estudos. Com muito sacrifício caminhei mais adiante e concluí o ensino médio na cidade de Paranhos no ano de 2008. Em 2010, aprovado em um processo seletivo sem nenhuma experiência e formação na área da educação comecei a atuar como professor. No início não gostava do que eu fazia, trabalhei por necessidade, pois, não havia outra opção. Aos poucos fui me identificando e amando a minha função. O que me conquistou foram às crianças e a vontade deles de viver e ser feliz conquistando seu espaço e respeito no mundo. Tive o privilégio de trabalhar com profissionais muito competentes e experientes, com isso, tive os melhores orientadores com as quais caminhei lado a lado e pude compreender o quanto o meu papel nesse trabalho é importante.

Passados alguns tempos ingressei na Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu* da Universidade Federal da Grande Dourados, no ano de 2011, onde compreendi e abracei a minha verdadeira missão, engajando-me com outros indígenas iluminados na luta com o movimento de resistência do meu povo Guarani e Kaiowá. Conheci pessoas brilhantes com histórias de vidas e lutas muito difíceis. Para mim, o *Teko Arandu* foi um espaço de fortalecimento intelectual e espiritual, engajamento nos movimentos e organizações Guarani e Kaiowá e a transição do índio colonizado para o Guarani protagonista e esclarecido.

Hoje compreendo o porquê sou *Avá Ruvicha Mirim*. Mais um guerreiro engajado em defesa da vida, dos territórios tradicionais e pelo direito de existir de todos os povos. Participei de vários movimentos especialmente da educação escolar indígena, como membro do Movimento de Lideranças e Professores Guarani e Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul, colaborador do Território Etnoeducacional na região do Conesul do Estado, orientador e colaborador do Projeto Ação Saberes Indígena na Escola, representante da educação escolar indígena e dos professores do município de Paranhos em diversos encontros, eventos que tratavam da educação escolar indígena. Nessas caminhadas tive a missão de levar o pedido da minha comunidade em documentos assinados sobre o funcionamento da escola indígena na

aldeia Pirajuí com a implementação do ensino fundamental séries finais do 6 ao 9º ano e ensino médio.

Desde o ano de 2014 com alguns pais e boa parte dos professores da aldeia Pirajuí encaramos o desafio de lutar pelo funcionamento da escola indígena diferenciada por acreditarmos que seria um caminho mais seguro para garantir os interesses das famílias e da comunidade. No começo tivemos resistência dos próprios indígenas da nossa comunidade pela implementação da escola indígena. A educação escolar indígena era vista como inadequada e obsoleta para a realidade e necessidade naquele momento. Outra barreira foi com relação à falta de interesse e apoio das autoridades municipais para atender a nossa reivindicação.

A partir de 2015, assumi a coordenação da Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, Vy'aha Renda, extensão, localizado no espaço da Missão Evangélica Unida Alemã, juntamente com a professora Mônica Benites como coordenadora da Escola Pólo Professor Adriano Pires, através de uma eleição no qual a comunidade da Pirajuí participou diretamente. Os primeiros passos para encaminharmos e apresentarmos as nossas propostas da educação escolar indígena foram dados ao assumirmos a coordenação das nossas escolas com apoio de alguns professores e pais que já tinha conhecimento e a importância da escola indígena dentro da comunidade.

Neste período, as duas escolas na Pirajuí não eram reconhecidas como escolas indígenas, funcionavam apenas como escola rural. A escola Pólo Professor Adriano Pires e a extensão escola Municipal Marechal C. Rondon, Vy'aha Renda, Missão. Todas as decisões eram tomadas a partir da secretaria de educação do município juntamente com o capitão. A maioria dos professores que atuavam em sala de aulas eram contratados temporariamente e boas partes estavam em processo de formação e capacitação de professores no Magistério indígena Ara Vera e Licenciatura Intercultural Indígena *Teko Arandu* pela Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

O meu trabalho como coordenador foi além, pois tive a oportunidade de fazer a intermediação e articulação entre os interesses da comunidade e a secretaria de educação do município de Paranhos. Sempre busquei diálogo em todos os sentidos, pois não tinha experiência e desconhecia especialmente a legislação da educação escolar indígena, porém busquei orientação principalmente dos professores líderes mais experientes, a exemplos os companheiros do movimento de lideranças e professores que são minhas referências: a professora Teodora de Souza, Otoniel Ricardo, Rosenildo Barbosa, Onérino Godoi, Claudemiro Pereira Lescano, Joaquim Adiala, Onézio Dias, Elda Vasques, Lídio Cavanha,

entre outros, que direta ou indiretamente contribuíram dos encaminhamentos para o funcionamento da escola indígena em Pirajuí.

Durante os últimos oito anos, tivemos avanços e conquistas significativos na área da educação escolar indígena. Tudo isso foi resultado de articulações, movimentos, diálogos e parcerias que abriram portas e proporcionaram esse tempo de conquistas para nós. Hoje temos o reconhecimento e a regulamentação da categoria escola indígena na lei orgânica do município. Cada escola indígena possui o Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio construído com a participação e envolvimento de todos os segmentos da comunidade. Entendemos também que o PPP é flexível e está sujeito à construção contínua de acordo com a demanda e necessidade da comunidade. Hoje temos a oferta do ensino fundamental séries finais 6º ao 9º ano e ensino médio na aldeia Pirajuí e, a partir dessa luta, as outras aldeias estão sendo contemplada gradativamente.

Hoje ao me deparar com as várias situações nas quais estive envolvido e participando sinto-me profundamente realizado. Para mim, foi uma grande experiência, uma jornada que trouxe muitos benefícios para minha formação como líder e professor na minha comunidade. A minha vida e os conhecimentos adquiridos nessas andanças ainda estão a serviço da minha comunidade.

Figura 2: Entrega do documento sobre funcionamento da escola indígena em Pirajuí



Esta imagem registra o momento em que foi protocolado um documento da comunidade na Câmara Municipal de Paranhos, reivindicando o reconhecimento das escolas da reserva Pirajuí como escola indígena, no ano de 2015. (Arquivo pessoal)

Figura 3: Entrega do documento para representante da SECADI-MEC



O registro foi no dia 02 de setembro de 2015, entrega do documento para a indígena Rita Potiguara, gestora da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígenas e para as Relações Étnicos-Raciais, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI-MEC, na ocasião da preparação do encontro da I Fórum de Educação Escolar Indígena realizado em Luziânia, GO. (Arquivo pessoal).

Figura 4: participação do Encontro de Lideranças e Professores Guarani e Kaiowá na aldeia Cerrito, Eldorado, MS.



Fonte: Arquivo pessoal 11/2015.

Figura 5: Participação dos movimentos indígenas em Brasília, DF.



Fonte: Arquivo Pessoal 09/2015.

Figura 6: Fotografia como candidato a vereador no município de Paranhos, MS. (Arquivo pessoal)



Fonte: Arquivo Pessoal 09/2020

Figura 7: participação do Acampamento Terra Livre em Brasília, DF.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 8: Abertura da II Semana Indígena na Aldeia Pirajuí, Paranhos.



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 9: manifestação Guarani e Kaiowá contra PL 490 e Marco Temporal



Fonte: Arquivo Pessoal 25.08.2021

A figura 8 me marcou muito, foi no dia 25 de agosto do ano de 2021, quando fechamos a rodovia MS 156 que liga a cidade de Amambai, Paranhos e Tacuru com aproximadamente 300 indígenas das etnias Guarani e Kaiowá que residem no município de Paranhos, estado de Mato Grosso do Sul. Neste ato, o líder religioso *Ñande Ramõi Alaor*, que vive na comunidade de Takuarussu/Yvykuarusú, conhecido também com aldeia Paraguaçu estava fazendo um ritual e reza suplicando ao *Ñande Ruete* para que não deixe as maldades, a ganância humana destrua o mundo. E que a humanidade tenha mais amor, sabedoria e compaixão uns com os outros. Pois, as condições extremas e contexto que estamos vivenciando são bastante preocupantes e desfavoráveis.

Esse posicionamento de liderança entre a comunidade, e de combate frente as tentativas de rupturas com os avanços e conquistas dos indígenas, me fizeram perceber a questão do risco constante que os povos originários enfrentam em seus territórios. São sobre essas questões que me debruçarei abaixo.

Considerações Iniciais: As crises como o mal do mundo

O que me motivou a escolher esse tema de pesquisa foi o sentimento de insegurança, e o medo do futuro imprevisível após os desdobramentos de um processo de abrangência mundial conhecido como “onda neoconservadora”, que teve como reflexo no Brasil a eleição à presidência da república de Jair Messias Bolsonaro (PSL)¹.

Como previam os anciões Guarani, os tempos sombrios que se anunciavam chegaram, ecoando para os quatros cantos do país. Presenciamos a ascensão e a proclamação de um governo extremamente autoritário, conservador, antidemocrático e antipluralista.

Conforme Solano (2018), são grupos da direita mais radicalizados que defendem o desenvolvimento social, econômico e político na dinâmica do capitalismo e do neoliberalismo.

O desdobramento desse processo apresenta uma grande ameaça à estabilidade democrática, aos direitos humanos e constitucionais conquistados principalmente pelas minorias que compõem a parte debaixo da pirâmide social. A guerra está declarada, principalmente para as organizações e movimentos de lutas pelo reconhecimento e garantia de igualdade social, racial, de gênero e as lutas em defesas ambientais.

Uma verdadeira ameaça também para os povos indígenas. Os ataques se intensificavam já nas declarações racistas e preconceituosas perante toda a sociedade brasileira. O sentimento de ódio proferido por uma figura chave desse fenômeno, além do mais, uma autoridade política que deveria representar e defender os preceitos constitucionais do estado democrático de direito e zelar pela defesa dos menos favorecidos que há tanto tempo vêm sofrendo por consequência de condições desiguais e desumanas que este país impôs.

A chegada de Jair Messias Bolsonaro ao mais alto cargo da estrutura política administrativa do Brasil, impôs mudanças significativas nas dinâmicas das organizações e movimentos dos povos indígenas. As ameaças do processo denominado de Bolsonarismo, intensificou o sentimento de crise e estabeleceu condições de risco aos povos indígenas anunciando mais derramamento de sangue.

O presidente Bolsonaro reascendeu com toda força os ânimos de setores dos grandes empreendimentos econômicos principalmente do agronegócio, mineradoras, madeireiras e outros. Eles esperavam essa oportunidade há muito tempo para avançar de vez com seus projetos para explorar os recursos naturais que até o momento estavam protegidas pelas leis brasileiras.

¹ Embora candidato do Partido Social Liberal (PSL) durante a eleição, que teve como coligação “Brasil Acima de tudo, Deus acima de todos” a composição PSL e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), em 19 de novembro de 2019, portanto logo após um ano da eleição, Jair Bolsonaro assinou a desfiliação do PSL.

A modernidade como uma nova ordem mundial estabeleceu demandas cada vez maiores para atender o mercado internacional. A cada processo eleitoral setores empresariais, agroindustriais e as corporações internacionais aplicam altos investimentos para colocar seus representantes principalmente no poder legislativo com objetivo de abrir caminhos para avançar na exploração das commodities, soja, proteína animal e minério, principais produtos que o país exporta para o exterior.

A todo tempo iniciativas em nome do desenvolvimento são pautadas no Congresso na tentativa de mudar principalmente aquilo que eram vistos como excesso de leis que defendem terras de índios e reservas florestais que não geram nenhum tipo de lucro para o país.

Para essa elite algumas leis são desnecessárias e injustas, pois todas as riquezas naturais que o país ainda oferece deveria ser utilizada para gerar mais lucro e desenvolvimento. E essa situação fechou o cerco para o lado dos povos indígenas impondo apenas duas alternativas: fortalecer os movimentos de resistência ou entregar as bandeiras e se adequar de acordo com as leis do opressor para assegurar a sua existência.

Ultimamente, vivemos tempos muito difíceis em que as próprias autoridades políticas escolhidas pelo povo se posicionam contra os interesses da população defendendo a todo custo interesses próprios e de grupos que visam apenas o acúmulo de riquezas e poder.

Vivemos em tempos de inversão de valores em que a ganância e as riquezas imperam sobre as vidas. O líder Kaiowá Anastácio Peralta, em seu discurso durante um evento na aldeia Jaguapirú na casa de reza do rezador Getúlio Júca, afirma que vivemos em tempos onde um pé de cana e soja valem mais que a vida de uma criança. Nesses tempos sombrios, há uma ausência real e necessária da plenitude, aquilo que rege a essência do ser, do saber viver e conviver, o bem viver (*tekoporã, tekokatu, tekojoja*). *Tekoporã, tekokatu e tekojoja* são como os esteios das casas Guarani e Kaiowá. São três pilares que expressam paz, harmonia, felicidade e saúde. Esses são os sustentáculos do bem viver conforme a cosmologia Guarani e Kaiowá.

Ao debruçar a partir de uma perspectiva analítica sobre esse tempo de incerteza existencial, é correto afirmar que suas consequências se devem a conjunção de três fatores da condição mais inumana que predomina sobre as relações sociais na contemporaneidade. São elas: o egocentrismo, antropocentrismo e eurocentrismo. As crises do mundo que impõem condições de caos e que assola a humanidade é consequência desses três fatores.

O líder indígena e escritor Ailton Krenak, na obra *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019), trata com muita sabedoria sobre essa situação que estamos vivendo. Nessa obra podemos perceber como o mundo está piorando cada vez mais e conseqüentemente caminhando

para um fim. O principal responsável é a própria humanidade. Se estivéssemos neste plano terrenal apenas por experiência de vida já estaríamos reprovados no teste. Parafraseando a visão crítica de Krenak (2019), diríamos que não somos dignos de serem chamados de humanidade. Devemos aprender muitas coisas ainda para fazer jus à altura da responsabilidade que exige ser um ser humano.

Problematizando o conceito de crise, a partir de uma perspectiva de definição da palavra, *crisem* traduzido para a língua guarani, é compreendido como sentimento de sofrimento, tristeza, insegurança, incerteza, frustração e, dentre outras, que causa perda de esperança, desconfiança e enfraquece as formas de luta pela sobrevivência. A crise, quando afeta uma pessoa, pode comprometer a saúde física, mental e espiritual, e pode levar ao óbito se não for tratada como deve ser. As crises que afetam o mundo, o nosso habitat natural em comum, pode encaminhá-lo para o mesmo fim. O mundo, assim como nós seres humanos, precisa do mesmo cuidado, pois o mundo é natureza, e natureza é vida. Ailton Krenak, não é um apóstolo do Apocalipse, mas como todo sábio indígena compreendeu isso “eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”. (KRENAK, 2019, p.10)

Para os Kaiowá e Guarani as crises são consequências do distanciamento e enfraquecimentos da relação humana com o Divino, pois na consciência do ser humano o desenvolvimento e evolução da humanidade se deve ao avanço da ciência e da capacidade humana de transformar tudo que existe conforme suas necessidades. É essa inconsciência humana de que tudo pode ser dominado e explorado para satisfazer o seu ego e não mais as necessidades básicas está gerando e piorando as crises no mundo. Pois, nos dias atuais a lei que rege essa sociedade é a de quem pode mais, quem tem dinheiro pode tudo. Essa sociedade de hoje é movida pelo consumismo exagerado, tudo que é apresentado pela mídia vira uma necessidade e buscam adquiri-las para mostrar poder e prestígios.

E essa incapacidade e inconsciência do saber viver de forma respeitosa e harmoniosa fragmenta e rompe as relações recíproca e torna a humanidade predadora.

Essa condição é explicada pelos Kaiowá e Guarani como *jeiko asy*, *jeiko vai*, *mba`e vai* e na linguagem mais dos mais antigos de *Mba`e Megua*. Todas se referem sobre o mal, a predominância do *jeiko asy* “mal viver”, o rompimento da consciência e da razão que acarreta o adoecimento físico e espiritual da humanidade e do mundo já que ela também tem vida.

Alguns pesquisadores, historiadores e antropólogos como a Graciela Chamorro, o padre Bartolomeu Meliá, Pierre Clastres, Helene Clastres, Montoya, Egon Schaden e outros

que dedicaram suas pesquisas no meio indígena, abordam esse assunto com muita propriedade trazendo reflexões importantíssimas as cerca das influências do campo da religiosidade e espiritualidade sobre esses povos. E esse assunto requer pesquisas aprofundadas que possam contribuir com a compreensão ampla dessa situação de risco que se apresenta para a humanidade.

De acordo com a obra etnográfica de Egon Schaden na revista antropológica de 1982 em: *A Religião Guarani e o Cristianismo*, podemos constatar essa passagem.

Nimuendajú reconhece que Montoya registra a expressão com o sentido oposto, de felicidade. Cadogán informa que os paí, isto é, os Kayowá do Paraguai usam *mba'emegua* como sinônimo de *Piraguai*, nome que dão ao Inferno ou Pulgatório. Recentemente, dois autores, Pierre Clastres e Helene Clastres se referem a um a um *yymba'emegua*, de composição um tanto estranha, que dizem significar terra imperfeita ou ruim. Não revelam de onde houveram a expressão. (SCHADEN, 1982. p. 15).

As crises *jeiko asy* é uma realidade muito presente no meio dos povos indígenas por consequência do trágico contato com os colonizadores europeus que implementaram uma relação de dominação desproporcional aos povos originários. A invasão, a apropriação e a usurpação de seus territórios, e ainda, a submissão ao longo processo de genocídio e etnocídio que parece não haver fim implementou de vez as crises em meios indígenas. O confinamento compulsório em Reservas Indígenas² foi uma das formas mais desumana e cruel política de estado praticado com os povos originários. Esse processo de extermínio ao qual os povos indígenas foram submetidos, pode-se fazer uma analogia ao que o filósofo Camaronês Achille Mbembe (2018) vai chamar de necropolítica. Aqueles que resistiram a esse processo convivem de geração em geração com a dor da memória trágica.

Para os Guarani e Kaiowá os tempos de crises que assolam a humanidade são consequência também da ausência da reciprocidade e da consciência sana. E essas insanidades na sociedade contemporânea tornam as condições do *Mba'e Megua* como algo dentro da normalidade. Nesse sentido, aceitar a normalidade é concordar com a ideia da superioridade e inferioridade de raça, o processo de evolução humana dentro da dinâmica de sobrevivência e seleção natural modernizado pelo capitalismo mundial que impõem a segregação, a

² O conceito de confinamento territorial foi popularizado por Antônio Brand em seus trabalhos de dissertação de mestrado (1993) e na sua tese de doutorado (1997). Já Pereira (2007) prefere adotar a expressão 'áreas de acomodação' em oposição ao confinamento que expressaria a imobilidade destes povos, para o antropólogo, existe uma sociabilidade mesmo nas Reservas. Cavalcante (2016) apresenta um debate sintetizado sobre estas questões. Por ora, nos basta categorizar a criação das reservas como uma importante ruptura do modo de vida das populações Guarani e Kaiowá.

desigualdade, a marginalização e o descarte daqueles considerados subdesenvolvidos como parte do processo de evolução.

Ao Estado, enquanto elo entre os Povos Indígenas e a nação brasileira, é atribuída responsabilidade pela incapacidade de implementar políticas efetivas que assegurem a igualdade e equidade social.

O que mantém até o momento firme o sustentáculo do mundo e que assegura a nossa existência são os cantos e as rezas sagradas. Assim, para o nosso povo, a preocupação aumenta a cada dia que passa diante da ausência cada vez mais dos líderes religiosos. Nossos rezadores, nossos anciões aqueles que detém o vínculo com “Os de Cima”, estão morrendo. Sem eles não há rezas e cantos e o equilíbrio do mundo encontra-se sob um risco eminente.

Na convivência comunitária característica dos povos tradicionais os mestres ou líderes religiosos e espirituais tinham funções muito importantes, com atribuições que somente eles podiam realizar, dentre as quais se destacam: o dom de revelar ou prever os acontecimentos e, dessa forma, podiam orientar os membros da comunidade sobre os riscos que existem.

Contudo, o longo processo de colonização, catequização, integração a comunhão nacional, acentuado com o processo de evangelização, mesmo atingindo não na sua totalidade, interferiu nas práticas culturais e religiosas, pois enfraqueceu a continuidade e manutenção das práticas como as rezas e cantos que servem para aliviar as dores e distanciar os males que há em nossa volta. Hoje, os rituais e cerimônias tradicionais são realizadas em apresentações culturais e festividades somente para demonstração. Essa prática meramente demonstrativa indica a folclorização da cultura indígena. Essa transformação sociocultural que atingiu as práticas culturais e religiosas dos povos originários é consequência da expansão e predomínio da colonialidade eurocêntrica e da modernidade como condição de convivência e relação humana contemporânea.

O estudo da relação modernidade/colonialidade e diferença, realizado a partir de um grupo heterogêneo de pensadores latino-americanos e estadunidenses participantes do “Programa de Investigação de Modernidade/Colonialidade”, dedicados aos Estudos de Fronteira, pode embasar as análises que vimos realizando. Este grupo tem produzido importantes análises desde o início do século XXI. Tomando elementos da Teologia e da Filosofia da Libertação, da Teoria da Dependência, dos Estudos Subalternos e Feministas, o grupo busca, no pensamento latino-americano, as vozes silenciadas pelo processo colonial ao mesmo tempo em que faz uma crítica contundente à racionalidade moderna. Com isso, pretende intervir decisivamente na discursividade própria das ciências modernas para configurar outra geopolítica do conhecimento. De seus esforços, além de diversos textos em separado, surgiram duas obras que consideramos das mais evidenciadoras sobre o assunto: *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*, organizado por Edgardo Lander, e *El*

giro decolonial, reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, organizado por Santiago Castro-Gomez e Ramón Grosfogel. (RAMOS; KNAPP, p. 526, 2013).

Bartolomeu Meliá (1990), um dos mais importantes pesquisadores e conhecedor das vivências indígenas especialmente da nação Guarani³, afirma em sua literatura denominado a Terra sem mal dos Guarani:

Que o mundo não é só um formoso paraíso natural, senão um espaço, um lugar onde os humanos poderão viver bem conforme ou à medida que participam e colaboram com a “boa ciência” a neblina vivificante da inspiração as chamas sagradas e da moderação o frescor da brisa. (MELIÁ, 1990. p. 6).

Isso dá a entender que a plenitude do bem viver da relação harmoniosa neste plano terrenal depende das atitudes e ações humanas. E, além do mais, que os homens devem sentir e viver conforme a neblina vivificante da inspiração do *teko porã*. Nesta mesma linha, complementa que a terra está sustentada sobre um ponto de apoio que a qualquer momento pode cambalear-se e cair. Assim, podemos afirmar que as crises, ou o *Mba'e Megua*, pode desequilibrar e comprometer a existência dos seres que partilham o espaço sustentado por um sustentáculo sagrado o *Yvyra Joasa*, a cruz.

Conforme Rubens R.R Casara (2017), a palavra crise vem de origem grego (Krisis) um termo muito usado na medicina que significa o estado entre a vida e a morte em razão da enfermidade. “A crise apresenta-se como uma situação ou um momento difícil que pode modificar, extinguir ou mesmo regenerar um processo histórico, físico, espiritual ou político. Ou seja, é uma excepcionalidade que repercute no desenvolvimento ou na continuidade de algo”. (CASARA, 2017, p. 9-10).

Segundo o autor, esse momento crítico pode ser também uma oportunidade para mudar a situação de negatividade em algo favorável, desde que seja extirpada e transformada em positividade. Porém, pode ser muito útil também em manobras ou estratégias principalmente quando se trata de poder político e econômico.

Uma crise permanente, que se apresente como funcional, útil para a geração de lucros a partir da produção de novos serviços e mercadorias em como a repressão necessária à manutenção do projeto político e econômico imposto em determinado Estado, não é mais uma negatividade, um desvio, e sim uma positividade cara ao modelo neoliberal. (CASARA, 2017, p.12).

³ O grupo Guarani se subdivide em diversas etnias falantes de uma língua aparentada, compreende o conceito de Nação Guarani os povos falantes desta família linguística espalhando no Brasil, Argentina Paraguai e Bolívia.

Ao longo do processo histórico, obviamente por muitas das vezes as crises serviram para concretizar ações excepcionais, atitudes muitas vezes fora da normalidade que foram utilizadas para implementar projeto político, econômico e social, ou ainda simplesmente para a manutenção ou legitimidade do poder.

Daí, necessariamente devemos recorrer a análise da teoria de risco e da sociedade de risco de Ulrich Beck (2018) que nos coloca em uma espécie de reflexão mais aprofundada do momento imprevisível ou incerto que a sociedade vive de significativa transformação ou transição a uma nova era. A modernização, as configurações sociais e, principalmente o sistema capitalista de produção, impôs à sociedade uma transformação brusca.

A sua hipótese parte da transição de uma sociedade industrial de classe, que não deixou de existir, para a sociedade de risco que ainda não existe, que iniciou especificamente na Alemanha, na década de 70 do século XX. Foram os avanços tecnológicos e os intensos crescimentos econômicos e suas exigências que colocaram a sociedade perante um processo de “individualização”, no qual cada um defende seu próprio interesse, notavelmente, nos dá a entender que vivemos em tempos difíceis desencadeados pelo próprio “sucesso” do capitalismo.

Por isso, as crises podem ser sabiamente utilizadas para ocultar uma opção política por manobras e ações justificadas pela falsa urgência ou pelo falso caráter extraordinário do momento (CASARA, 2017).

Essas explicações e reflexões na compreensão dos indígenas e também dos pesquisadores não indígenas sobre esse fenômeno chamado crise, nos coloca diante de uma inquietação sobre a intensidade e/ou a profundidade da preocupação sobre o nosso futuro comum, que o alemão Ulrich Beck (2018) associa ao conceito indígena sobre a compreensão da temporalidade do passado e futuro fazer parte do presente.

Para os indígenas, as transformações sociais e do espaço onde vivemos são consequências das ações, sem exceção das temporalidades, em que tudo se relaciona. As crises impõem mudanças ou tempos de transições, porém não pode ser reduzida apenas como fases para uma nova era, pois a preocupação maior deve ser a continuidade da nossa existência enquanto humanidade e da nossa casa em comum.

Objetivos da pesquisa

O objetivo principal é compreender as crises do mundo a partir daquilo que os Guarani e Kaiowá conhecem e explicam como *Mba'e Meguá*. Pois, como já observamos, os tempos

difíceis que vivenciamos não se trata apenas de crises nas dimensões sociais, políticas, econômicas, dentre outras, mas uma ameaça global à vida e a existência de todos os seres que partilham o espaço terrenal.

A partir dessa investigação pretende-se analisar como esse processo repercutiu especialmente entre os Guarani e Kaiowá que vivem em diferentes situações, seja de forma provisória, pois aguardam o desdobramento de processos demarcatórios, ou em situações permanentes, nas reservas indígenas, por exemplo.

Assim, o objetivo principal do trabalho é investigar as condições que levam ao *Mba'e Meguá*. Temos como hipótese, de que ele é um processo construído e agravado historicamente a partir das relações de colonialismo e colonialidade construídos pela forma como a Colônia, o Império e Estado agiram e agem com os Povos Indígenas. Nesse sentido, a hipótese levantada aqui é que este estado de crise, o *Mba'e Meguá*, se agravou com a eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Diante disso, o nosso esforço se concentrará em ouvir algumas personalidades do município de Paranhos que diretamente estiveram e estão envolvidas com as questões indígenas, como os líderes políticos, religiosos indígenas os demais segmentos que compõem a comunidade indígena da reserva Pirajuí.

Caminhos metodológicos

O percurso metodológico que nos trouxe até aqui se concentrou em um esforço de ouvir, observar e compreender, naquilo que tradicionalmente dentro do universo das pesquisas se convencionou chamar de etnografia, dentro do universo das pesquisas qualitativas.

Nesta parte, o trabalho será realizado através de etnografia, a partir de conversas e de entrevistas para elencar considerações que apontam os rumos de como será o futuro dos povos indígenas perante as ameaças que se apresentam, bem como às mudanças imprevisíveis que as crises brasileiras, paralelamente, com a consolidação da atual conjuntura política de notória postura anti-democrática e anti-indígena poderão submeter especialmente os povos indígenas e o futuro das próximas gerações.

Para isso, ouvimos de forma minuciosa algumas personalidades do município de Paranhos, que diretamente estiveram ou estão envolvidas com as questões indígenas, como os líderes políticos, religiosos indígenas e os demais segmentos que compõem a comunidade indígena da Reserva Pirajuí. As diversas formas de diálogos travados com as fontes de informações referentes e pertinentes ao assunto pretendido no trabalho, foram centrais para o

prosseguimento desse trabalho. Para isso, foram elaboradas perguntas em um roteiro de entrevista semiestruturado que buscassem coletar argumentos de acordo com a experiência, conhecimento e envolvimento com as questões indígenas.

Em sua maioria os entrevistados são homens com idade entre 25 e 80 anos, residente na aldeia Pirajuí e um na Terra Indígena Potrero Guaçu. No total foram entrevistadas dez personalidades que se destacam conforme os critérios levantados por: experiências, conhecimentos e envolvimento nas áreas ou segmento ao qual pertence. As entrevistas foram realizadas em visitas em datas e horários pré-determinados, e conforme a disposição de tempo dos interlocutores, pois algumas situações exigiram mudanças na metodologia de pesquisa.

Para nortear as entrevistas foi feito um questionário, porém em algumas situações especialmente, com os mais velhos por exemplo, não foi possível utilizar esta metodologia, pois eles falavam de assuntos que geralmente caminhava para o mesmo sentido, para estes casos o método utilizado se baseou em rodas de conversa. Nesta parte da pesquisa a transcrição das falas dos interlocutores foi mantida sem qualquer alteração, afim de manter a originalidade.

No tocante a fundamentação teórica, os argumentos aqui apresentados foram baseados em informações recolhidas de artigos científicos, dissertações, livros e matérias jornalísticos que tratam das crises que tomou consistência no Brasil pós 2013, e seus processos de desdobramento que culminou na eleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro, e seu eventual impacto sobre os indígenas. As categorias de análise envolvem temas como: colonialismo e colonialidade, crises, *Mba'e Meguá*, e conservadorismo. A amplitude e a relevância que esse trabalho assume parte das fundamentações teóricas de historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos dialogando com os saberes e conhecimentos dos mestres tradicionais perpassando e conectando todas as áreas de conhecimentos.

Dito isso, a dissertação está dividida em três capítulos, na primeira parte trata sobre as crises e condições de riscos que a humanidade está enfrentando nos dias atuais. A elevação da razão e sabedoria humana, associada à sobreposição das dinâmicas da modernidade e o sistema capitalista que apresenta uma nova ordem mundial e único meio de existência possível. E esses tempos sombrios de incertezas existencial, buscamos também compreender e explicar as crises e os riscos conforme a cosmologia Guarani e Kaiowá a partir daquilo que denominam e conhecem como *Mba'e Meguá*, as crises. As pesquisas se embasaram nas informações obtidas das pesquisas e diálogos com diferentes membros que compõem a comunidade de Pirajuí, localizada no município de Paranhos.

O segundo capítulo segue com as reflexões sobre as crises e seus desdobramentos que tomaram consistências no Brasil pós 2013, que geraram sentimento de medo nos brasileiros e a cada dia aumentavam a insegurança, instabilidade, no qual se reforçam a dinâmica de conflitos existenciais. E também a função cada vez mais decisiva das tecnologias digitais no campo da política que se valeu da ampliação do acesso à internet e às redes sociais digitais para todas as camadas sociais. E seguramente as situações desfavoráveis que atingiram principalmente as camadas sociais mais vulneráveis.

Já o terceiro capítulo trata sobre o análise das situações de riscos a partir da perspectiva dos Guarani da aldeia Pirajuí, que vem agravando as condições extremas sofridas pelos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Tudo isso, diante dos intensivos ataques aos direitos fundamentais e constitucionais, a integridade física das comunidades, o aumento de homicídio de indígenas praticados pelas organizações apoiadas cada vez mais pelo agronegócio e omitido pelo próprio Estado brasileiro.

Destarte, esse trabalho é um convite para se repensar sobre as diversas situações inquietantes que enfrentamos e como será o nosso futuro. Por fim, saliento mais uma vez que o *Mba'e Meguá* não se trata apenas de crises terrenal, mas põe em xeque a nossa própria existência.

Colonização e colonialidade: os Guarani e Kaiowá até a Constituição Federal de 1988

Quando tratamos do processo de colonização sofrido pelos povos indígenas, que habitaram este espaço antes mesmo da formação da América, estamos nos referindo ao processo histórico marcado pelo desastroso choque cultural entre sociedades muito distintas. Assim, iniciamos este trabalho demonstrando, ainda que factualmente, episódios do processo histórico do contato entre povos indígenas e não indígenas que marcaram uma história de colonialismos e colonialidade. O objetivo aqui é demonstrar que a categoria de riscos ou *Mba'e Megua*, das quais queremos nos aprofundar nos próximos capítulos, também são resultados de um processo histórico.

Assim, ao observar o processo de colonização, podemos perceber de um lado, uma sociedade que buscava incessantemente ampliar o poder e riquezas, buscavam formas possíveis de expansão e implementação do domínio territorial, cultural, político, econômico e religioso. Esse processo amplo garantiria a perpetuação do modelo hegemônico de cultura e domínio a partir da Europa ocidental, que se configurava desde aquele momento o berço da civilização moderna contemporânea. Por outro lado, povos originários culturalmente distintos uns dos outros, mas que partilhavam elementos comuns, como a relação íntima com a terra e seus sistemas de subsistência ligada estreitamente com a natureza e tudo que ela oferece.

Sem dúvida, a chegada dos colonizadores ibéricos constituiu na cronologia histórica dos povos indígenas, o início de um processo trágico, marcado especialmente pela significativa perda territorial, quando não a completa dizimação das populações com quem mantiveram os primeiros contatos. Essas dizimações ocorreram, seja por conflitos diretos, ou por consequência de doenças transmissíveis trazidas do além-mar.

Isso significa que as armas mortais trazidas pelos conquistadores ibéricos não eram apenas as armas de fogo dos canhões e arcabuzes, mas as doenças transmissíveis que os sistemas imunológicos dos nativos não estavam preparados para receber.

Quando estas doenças chegaram ao Brasil, causou uma tragédia avassaladora entre os brasilíndios, tal qual acontecera aos demais nativos americanos. A descrição das epidemias em especial da varíola que ciclicamente dizimavam os nativos, a estranha relação de amor e ódio entre índios e jesuítas, estes a princípio responsáveis pelos cuidados médicos na colônia. (GURGEL, 2009, p. 21-22).

Conforme Gurgel (2009. p. 88), muitos tripulantes das embarcações já vinham com a saúde comprometida. Apresentavam doenças como escorbuto, febre de origens diversas, distúrbios digestivos, pois os navios encontravam-se em péssimas condições de higiene, apresentando espaço propício para o surgimento e proliferação de fungos, bactérias, vírus, protozoários e parasitas. Além disso, as doenças infecciosas mais comuns entre os tripulantes eram a varíola, sarampo, difteria, escarlatina, caxumba, coqueluche, tétano e tuberculose.

De fato, o evento da conquista das terras novas foi tão grandioso, tanto quanto, o sacrifício e sofrimento enfrentado desde o início das grandes jornadas pelos mares desconhecidos que duravam meses e anos.

Da forma como a colonização europeia foi idealizada e posta em prática, o desaparecimento de diferentes grupos humanos foi inevitável. A exploração dos que sobreviveram e resistiram ao processo concentrou-se, de todas as formas, nos meios e recursos que dominavam e principalmente das forças produtivas.

Obviamente o início da implantação das colônias, a partir da negação dos sujeitos indígenas como gente, exigia uma política de dominação e submissão até então desconhecido pelos povos indígenas.

O processo de colonização iniciado a partir do velho mundo impôs as demais partes do mundo novas formas de sociabilidade e organização apresentando um novo padrão de poder mundial estruturado no eurocentrismo e no capitalismo colonial/moderno que, portanto, se constrói a partir da “descoberta” da América, mas não se encerra com o processo de independência dos Estados Nações.

Quando tratamos desse fenômeno contemporâneo não podemos desviar das obras de alguns autores considerados referências no assunto especialmente de dois pensadores latinos americanos o sociólogo peruano Anibal Quijano e o sociólogo venezuelano Edgardo Lander. A partir de suas reflexões, os pontos principais para compreender melhor o processo denominado de colonização e colonialidade pela qual foi apresentado ao mundo essa nova ordem mundial iniciada efetivamente com a colonização da América.

O sociólogo Anibal Quijano (2005), é bem categórico ao registrar a justificativa da implementação da colonialidade a partir da constituição dos eixos estruturais fundamentais da colonização que foi estendido ao resto do mundo como regras necessárias na construção de um mundo moderno e civilizado. Um dos eixos fundamentais é a classificação social da população mundial na ideia da raça, uma construção mental que legitimou aos conquistadores ibéricos o

sentimento de superioridade e a classificação dos demais grupos humanos como inferiores com destino possível à dominação.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005. p, 117).

As reflexões a partir dessa obra causam inquietações sobre a naturalização do processo de formação e consolidação da sociedade civilizada moderna e liberal, ao qual nós vivemos nos dias atuais. Esse modelo de civilização e humanização de diferentes grupos humanos é apresentado como um processo natural de evolução e modernidade.

O conceito de modernidade definido por Quijano (2005) nos coloca perante a uma profunda reflexão sobre as transformações e evoluções dos diferentes grupos humanos e suas trajetórias históricas específicas no espaço/tempo, porém todas submetidas de formas compulsórias ao modelo de civilização e modernidade eurocêntrica, que desqualificou e marginalizou formas diferenciadas e específicas de existência dos grupos humanos.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (QUIJANO, 2005, p, 122 [grifos do autor]).

O mundo globalizado estruturado no poder eurocêntrico seria um presente irrecusável a todos os povos classificados inferiores conforme a ordem hierárquica da pirâmide social da raça. Essa Nova Era seria de uma sociedade moderna, colonial e liberal, um destino possível para todas as culturas e povos considerados primitivos, arcaicos, pré-modernos e sem histórias.

Este pensamento subjetivo que surgiu a partir da Europa ocidental é reforçado na obra de Lander:

Esta é uma construção *eurocêntrica*, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento *colonial e imperial* em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma normal do ser humano e da sociedade. (LANDER, 2005, p. 13 [grifos do autor]).

E aqueles que se opunham a esse processo teria como destino final o desaparecimento.

A origem desse sentimento de superioridade é um tanto contraditória quando nos debruçamos a partir da visão de mundo dos Guarani sobre a essência de ser gente e ser um legítimo ser humano racional, ser realmente um *Ava*. Ser um bom humano ou gente na cosmovisão Guarani e Kaiowá é viver conforme o bem-viver (*teko porã*), que se caracteriza na capacidade e esforço do indivíduo que vive em coletividade e contribui na produção, reprodução, manutenção da igualdade, equidade e reciprocidade.

Essa reflexão nos coloca perante o questionamento da racionalidade do ser humano do mundo contemporâneo, quanto a autodeclaração como único ser detentor da capacidade da razão, do conhecimento científico e civilidade. Esse questionamento é um tanto complexo que trataremos mais adiante.

Lander (2005), também contribui na imersão desse pensamento hegemônico visto como única via de existência, no mundo contemporâneo globalizado e adequada as condições criadas na Nova Era, livres de selvageria e características primitivas ou atrasadas. Tudo deve ser transformado e adaptado para servir ao sistema capitalismo/colonial/moderno.

Essa força hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada e, no entanto, a mais normal da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas. O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. (LANDER, 2005, p.8)

A construção histórico-cultural do qual nos fala Lander, se dá a partir do que Anibal Quijano (2005, p. 117), identifica já na “descoberta” do continente indígena, uma vez que a

América, converteu-se como o berço do novo sistema padrão de poder mundial, alicerçado no capitalismo colonial. Não é à toa, que ele atribui à América a denominação de primeira identidade da modernidade. A descoberta do Novo Mundo possibilitou a implementação do domínio do mal do Velho Mundo, a colonização, um processo pelo qual as monarquias ocidentais se valeram para obter vantagens em todos os sentidos. Mas, para isso, via de regra é até hoje fundamentado na negação do outro.

A partir de uma análise mais aprofundada, podemos definir o processo de colonização como condição mais desumana de implementação da supremacia, de poder e soberania sobre outros povos. Todas as atrocidades em que se submeteram os agentes realizadores da colonização evidenciaram que na face da Terra realizou-se uma verdadeira política da morte.

Eduardo Galeano, em sua obra “As veias abertas da América Latina”, relata a violência e a brutalidade dos primeiros contatos entre os colonizadores e os nativos encontrados na América.

Três anos depois do descobrimento, Cristovão Colombo, pessoalmente, comandou uma campanha militar contra os indígenas Dominicanos. Um punhado de cavaleiros, 200 infantes e uns quantos cães especialmente adestrados para o ataque dizimaram os índios. Mais de 500, enviados para a Espanha, foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente. (GALEANO, 2010, p. 15).

Esse fato é apenas um dos exemplos históricos dos seres humanos no fracasso ou na incapacidade de conviver de forma pacífica e respeitosa com a diversidade cultural. Tudo isso é consequência daquilo que é considerado como processo natural de evolução e desenvolvimento de um mundo humanizado e moderno.

Por isso, as obras de Lander (2005) e Quijano (2005) com muita propriedade nos proporcionam essa compreensão sobre o processo de colonização de colonialidade como estrutura de poder hegemônico que se perpetuou e se mantém até os dias de hoje se reinventando e se reelaborando mesmo após o fim da colonização europeia.

Nesse sentido, cabe destacar aqui uma análise crítica muito pertinente realizada pelo padre e antropólogo, considerado como um dos mais importantes pesquisadores e conhecedor sobre a temática indígena, especialmente do povo Guarani, Bartolomeu Meliá (1992). Ele nos apresenta o conceito tradicional muito utilizado ainda sobre as histórias do descobrimento da América, do novo mundo, do Brasil, no qual usa com muita propriedade o termo Encobrimento da América. Dessa forma, a própria historiografia que conhecemos é colonizadora. Conforme Jorge Eremites de Oliveira, arqueólogo referência em pesquisas e histórias indígenas do estado

de Mato Grosso do Sul, há uma predominância eurocêntrica evolucionista em nossa historiografia.

Nota-se até aqui o emprego do termo historiografia eurocêntrica e evolucionista para se referir a uma historiografia que tem, pois, na trajetória dos povos europeus o seu epicentro espaço-temporal, quer dizer, o eixo pelo qual se percebe, especialmente por meio da cientificidade construída no Ocidente a partir do Iluminismo, toda a história da humanidade. Seria como se a Europa fosse o sol, o astro-rei, e os demais continentes os planetas que giram ao seu redor. (EREMITA DE OLIVEIRA, 2012, p. 187).

A partir disso, percebe-se como a historiografia é essencialmente colonialista e negacionista. Não obstante, a abordagem da trajetória histórica dos povos indígenas, exige o esforço na submissão da própria historiografia a um processo de descolonização para não dar continuidade ao processo de encobrimento do protagonismo indígena na própria história e historiografia.

Assim, no texto que segue pretendemos demonstrar alguns episódios, da História dos Povos Indígenas em que o processo de colonialismo e colonialidade se constitui como exemplo do que estamos falando. Estes episódios narram processos que marcam e marcaram o contato entre os povos originários e os não indígenas e que fundam a identidades destes povos, por isso, não existem políticas compensatórias que apagam os processos de colonialismo e colonialidade.

No mesmo modo, constrói-se o conceito de modernidade que para o filósofo argentino Enrique Dussel, serviu para legitimar as diferentes formas de opressão na construção de um mito sobre o desenvolvimento das Américas. Para o filósofo, os relatos edificantes sobre a colonização serviram para apagar o que de verdadeiramente acontecia nas Américas.

Descrever estes episódios servem para mostrar os processos históricos que os Povos Indígenas e tradicionais passaram, contudo, o momento atual, que abordaremos nos próximos capítulos, se constituem como outro momento de risco para estes povos.

1. 1 Os primeiros contatos Reduções Jesuíticolas-Guarani

Para o começo da conversa é preciso entender o que é a Companhia de Jesus e qual foi o seu real propósito entre os povos nativos da América. Segundo André Luís Freitas da Silva (2011), a Companhia de Jesus foi criada para a realização da missão de propagação da fé cristã para os diversos povos e terras recém descobertos. Foi uma forma ou estratégia de expandir o domínio geopolítico dos Estados Ibéricos e tanto da Igreja Católica em busca de novos súditos.

A bula “*Regimini Militantis ecclesiae*” assinada por Paulo III, em 27 de setembro de 1540, oficializou a criação da Companhia de Jesus como uma nova ordem religiosa da Igreja Católica. Ela nascia num momento conturbado da história do catolicismo. Período em que a Igreja romana se reestruturava para fazer frente à Reforma Protestante, fechando conventos e extinguindo ordens menores a fim de sanar mazelas internas. (SILVA, 2011, p. 66).

Na historiografia conhecida até os dias atuais, os trabalhos realizados pelos padres jesuítas na América foram como o mais bonito ato de amor para com os indígenas e fé em Deus, mas sob manto da catequização sempre existiu a expansão geopolítica e colonizadora dos Estados Ibéricos. Novos convertidos significavam novos súditos, mais riquezas e poder para os reis e a igreja. Portanto, com a propagação da fé, da salvação, da libertação veio também a escravidão, a morte, a destruição. Tudo isso significou o início do martírio dos povos indígenas causado pela sociedade civilizada e cristianizada.

As Reduções Jesuítico-Guarani foram uma experiência realizada pelos padres espanhóis da Companhia de Jesus na América, no território que hoje compreende Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. Seu processo junto aos Povos Guarani ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, e chegaram a constituir o que a historiografia missioneira descreve como os 30 povos das missões⁴.

Certamente os padres Jesuítas obtiveram experiências nunca antes imagináveis de convivência com os indígenas pertencentes ao povo Guarani que viviam em pequenas aldeias as beiras dos rios e córregos. Seguramente como os vários conquistadores, os primeiros religiosos que por estas terras pisaram, tiveram diferentes questionamentos, a princípio sobre a infinita exuberância das terras intocáveis habitadas por gentes que apresentavam características primitivas.

Em uma visão mais positiva, a grandeza do feito não se confundia na descoberta do paraíso perdido onde poderia estar escondido as imponentes montanhas de ouros e de pratas que poderia ser, sem dúvida, a recompensa por todo sacrifício sofrido pelos conquistadores. Na verdade, muitos dos tripulantes que chegaram por estas terras nas embarcações foram de pessoas sofridas que viam nas viagens marítimas uma oportunidade de transformações em suas vidas miseráveis principalmente na parte econômica, pois as viagens as Índias por mais

⁴ Conforme Cristina Brandt (2009), na colonização portuguesa, nos primeiros anos de colonização chegaram ao Brasil religiosos pertencentes ao clero regular, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. Porém, após a implementação do Governo Geral em 1549, vieram com Tomé de Souza, os padres jesuítas, aqueles que a autora considera como os maiores responsáveis pela cristianização indígena, ao mesmo tempo tiveram uma contribuição considerável na educação dos filhos dos colonos e nos cuidados dos doentes.

perigosos que sejam geravam lucro, poder e prestígios. Segundo Cristina Brandt (2009) as condições de vida urbana em que viviam essas pessoas eram precárias e desumanas.

Ruas estreitas, aglomeração demográfica, casas sombrias e mal ventiladas, urina e fezes correndo nas valas abertas, as populações de ratos, camundongos e incontáveis insetos competindo com a população humana pela sobrevivência. Um espaço urbano prestes a explodir a qualquer momento como palco de um espetáculo de horror e morte. (BRANDT, 2009, p, 75).

A autora ainda complementa em seu ensaio que:

Para Lisboa, principal porto marítimo do país, dirigiam-se hordas de famintos que vislumbravam nas aventuras transoceânicas, especialmente aquelas com destino às Índias, a libertação de sua miséria. Alistavam-se aos milhares como soldados ou marujos, sem preparo para tal, sendo descritos cruelmente por seus contemporâneos como: “...gente de quinhentos réis de soldo, e muy pobres e esfarrapados, e moços sem barba; gente que pera nada nom prestava...” (BRANDT, 2009, p. 74).

Outro fator que sem dúvida gerou bastante inquietação foi sobre a questão da racionalidade e humanidade dos gentios encontrados com características e comportamentos muito diferentes quando comparado com a sociedade “civilizada”, vivendo conforme os instintos selvagens e atrasados. Sobre essa questão recorreremos novamente a obra de Cristina Brandt (2009), que confirma: “afinal, os indígenas eram ignorantes do Deus cristão, não possuíam leis escritas e sequer um rei que os representasse, não buscavam lucros monetários, andavam nus e alimentavam-se de carne humana”. (BRANDT, 2009, p. 110).

Nesse sentido, a vinda da Companhia de Jesus se justificou na conversão dos indígenas à fé cristã, pois o ato de conversão significava também a transformação ou a passagens para a categoria humana civilizada livre de práticas profanas. E a partir desse processo já na condição de civilizados estariam aptos para viverem conforme os interesses e regras do colonizador e da igreja. De acordo com historiador André Luís Freitas da Silva (2011), os religiosos mantinham um pacto com os Estados Ibéricos afirmado nessa passagem:

Além desses objetivos, os religiosos tinham a missão de atender os interesses dos estados ibéricos na conquista de novos súditos e expansão de seus territórios. Portanto, diante de um quadro histórico em que os impérios ibéricos ampliavam seus domínios para distantes terras, a Companhia de Jesus era um braço que estava a serviço das cortes e do clero romano, conquistando por meio da fé cristã, um indivíduo que seria tanto um novo súdito real quanto um novo fiel da igreja católica. (SILVA, 2011, p. 67-68).

Os padres jesuítas, mais conhecido e reconhecido como *pa'i*, um termo na língua Guarani que simbolicamente compreende como a figura de líder patriarcal no decorrer do contato e aproximação com os Guarani, assumiram o *status* de novo líder religioso e político. Essa condição se deu pelo motivo da retirada dos líderes religiosos tradicionais em sua maioria anciões que adentravam mais ao interior das matas, fugindo para preservar suas vidas e culturas. Apresentando assim, as primeiras frentes de resistências perante o processo de colonização e catequização que se iniciava a partir desse momento.

Em muitas situações difíceis em que os indígenas se encontravam os padres jesuítas assumiram as competências dos líderes políticos e religiosos tradicionais. Nesse sentido, muitas famílias fragilizadas e debilitadas por consequências de conflitos e de doenças buscavam proteção e segurança nos padres jesuítas.

Aliás, os *pa'i* foram os únicos que naquele contexto estenderam as mãos aos povos indígenas no sentido de proteger e acolher perante as ameaças constantes e violências consequente do contato com o colonizador nas hordas de bandeirantes que buscavam indígenas para a escravidão.

Não restavam outras alternativas para os Guarani, pois a crueldade das violências praticadas já tinha dizimado muitas comunidades. Essa condição foi favorável aos padres que precisavam conquistar a confiança dos indígenas para assim transformá-los em novos sujeitos afastados de seus modos de vidas, considerados ímpios.

O destino de todos os povos encontrados por estas terras é a conversão a religião cristã, pois esse objetivo foi decidido conforme os interesses dos líderes políticos e religiosos de onde partiram a ordem de garantir a posse e a proteção das terras recém encontradas. Portanto, a catequização dos indígenas além dos objetivos religiosos tinha o cunho de garantir a posse, a demarcação ou delimitação do território.

Uma vez reduzidos, para os Jesuítas o processo de catequização se faria sem resistência, uma vez que os indígenas estariam submissos para servir suas forças produtivas conforme os interesses dos colonizadores e dos religiosos. Embora seja preciso apontar que em muitos casos houve sim resistências, alianças e negociações durante este processo.

Por um lado, a conversão dos indígenas ao cristianismo não representava apenas a salvação das almas, mas uma forma de dominação muito eficiente com características menos violentas. Isso se projeta perante uma visão crítica como uma estratégia de dominação moderna muito bem aproveitada e adequada utilizada pelos colonizadores. Com isso, a vinda dos padres

jesuítas, a conversão dos indígenas ao cristianismo pode ser compreendida como parte do projeto colonial.

Inegavelmente, os conquistadores tanto os religiosos perceberam que o elo entre as duas instituições resultaria em uma supremacia eurocêntrica nunca antes vista pela humanidade. Pois, a hegemonia eurocêntrica para ser expandida, implementada e aceita pelos outros povos precisava ser de forma violenta outrora pacífica. Ou ainda ser aceita como propósito do Deus cristão para toda a humanidade e para a salvação das almas e a libertação de seus modos de vidas profanos.

Contudo, a justificativa da colonização, da submissão dos povos, da conversão a religião cristão aos moldes eurocêntricos era uma necessidade, um presente inestimável que alcançou as terras Guarani.

Conforme fontes de pesquisa realizado pelo professor e historiador André Luís Freitas (2011), em sua dissertação sobre o tema, o trabalho de reorganização dos indígenas em *pueblos* ou reduções ocorrera oficialmente, a partir de 1607. Porém, alguns trabalhos itinerantes já haviam sido realizados nos anos anteriores pelos franciscanos no mesmo território.

Oficialmente a ação missionária dos padres da Companhia de Jesus se inicia somente em 1607, três anos após a criação da Província Jesuítica do Paraguai. Ao final desse ano, sob a direção do provincial Diego de Torres Bollo os jesuítas começam a dar os primeiros passos para constituir o que a historiografia consagrou como *Reduções Jesuíticas-Guarani* ou simplesmente reduções de índios Guarani, organizando ao final de 1609 a redução de *San Ignacio Guazù del Iguaracamygtà*, na margem esquerda do Rio Tebicuari. Essa redução foi a primeira de uma série de reduções que seriam organizadas juntamente com populações nativas ao longo de um século e meio nas subprovíncias do Guairá, Tape, Uruguai, Itatim e Paraná, territórios que faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai. (SILVA, 2011, p. 14).

Conforme o autor as reduções eram compostas por diferentes grupos étnicos que viviam nesta região e que na maioria dos casos não apareceram nas fontes documentais missioneiros da época de forma clara, sendo genericamente considerados como parte integrante do povo Guarani. Isso ocorreu devido a predominância majoritária de indígenas da etnia Guarani e pela utilização da língua Guarani como formas de relacionamentos e de instrução amplamente utilizado pelos diversos povos e pelos padres que conviveram juntos nesse território.

Perante as diversas dificuldades encontradas e ainda para facilitar a realização da missão de catequização os padres jesuítas organizaram as reduções, uma espécie de aldeias ou povoados aos moldes do sistema e interesse dos religiosos. Confirmado segundo as fontes de pesquisas de Freitas (2011).

Essa forma de aglomeração social não era novidade para muitas populações nativas, que à sua maneira já se organizavam em grandes aldeias. No entanto, esse novo modelo estava acompanhado de novos mecanismos de controle e administração social, que eram estranhos ao cotidiano nativo, tais como: as práticas econômicas, sociais, políticas e religiosas importadas do velho continente. (SILVA, 2011, p. 75).

Claramente, as Reduções, para os espanhóis e portugueses, eram uma importante estratégia geopolítica para demarcar seus territórios, assim como para os religiosos serviu como espaço favorável para a implementação das políticas de catequização, transformação dos Guarani em “humanos plenos” aptos para serem incorporados a sociedade colonial, submissos ao rei e a Igreja.

Contudo, para os Guarani as reduções significaram espaços de acolhimento e refúgios para preservar suas vidas. E o processo de catequização é aceito ao passar do tempo, pois, os Guarani estrategicamente se apropriaram ou ainda podemos dizer que guaranizaram pelo fato de haver aspectos semelhança entre o cristianismo e a religiosidade Guarani, ou mesmo na guaranização dos atos litúrgicos dos quais os padres se utilizaram. E isso, conforme uma das mais respeitadas pesquisadoras e conhecedora do assunto Graciela Chamorro (2008), podemos definir como importante forma de resistência e recriação dos modos de ser Guarani.

Apesar de a dominação sobre as culturas indígenas na América do Sul durar séculos, nem as missões religiosas nem os colonizadores conseguiram suplantar as religiões das populações aborígenes. Pelo contrário, é no campo religioso que muitos desses povos se recriaram e resistiram, primeiramente, ao projeto colonial e, mais tarde, ao de integração nacional. Assim, conseguiram permanecer fiéis aos grandes valores de seu sistema cultural, embora, para manterem ocultas suas verdadeiras crenças, tivessem que incorporar a nova religião no campo de seu folclore e de seus costumes. (CHAMORRO, 2008, p. 15).

Em síntese, portanto, podemos refletir que as Reduções Jesuítico-Guarani foram um dos primeiros episódios do contato entre as populações Guarani e os não indígenas. Significara, nesse sentido, tanto a expressão da colonização quando proporcionaram negações e resistências dos indígenas neste processo histórico, demonstrando apropriação do cristianismo na sua religiosidade.

1.2 A Guerra do Paraguai

Essa guerra se apresenta como um dos fatos históricos de maior relevância que se sucedeu nas terras Guarani entre os anos de 1864 a 1870, no qual desde os séculos XVI ao

XVIII já se iniciavam as primeiras disputas entre espanhóis e portugueses em tons mais alterados com o intuito de agregar ao seu território à região pertencente aos Guarani.

A guerra do Paraguai foi o maior conflito armado que ocorreu na América Latina envolvendo o Paraguai e a Tríplice Aliança formada pelos impérios do Brasil, o Uruguai e a Argentina. Essa guerra, praticamente, arrasou o Paraguai causando, aproximadamente, 300 mil vidas perdidas de civis e militares nos combates e em consequências das epidemias de doenças e fome⁵. As consequências da guerra para o Paraguai são incalculáveis, cerca de 90% da população masculina acima de 20 anos que diretamente estava envolvidas na guerra foi dizimada.

Este território estava em disputa desde o acordo entre os reinos de Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 na vila espanhola de Tordesilla, no qual foram traçadas linhas imaginárias que repartia as terras novas no lado oeste para a Espanha e do lado leste ao reino de Portugal, e com o Tratado de Madri em 1750, para definir novas fronteiras entre as colônias. Nem esses tratados foram suficientes para satisfazer a sede dos dois reinos em se apropriar e expandir cada vez mais seus limites territoriais sobre as terras Guarani. No século XIX com a Independência de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, essa disputa territorial continuaria. Essa sede da expansão do domínio territorial, econômico, político e religioso que veio desde o continente do velho mundo a partir do século XVI permaneceu contribuindo na eclosão daquilo que seria um dos maiores e mais sangrento conflito armado que já ocorreu nas terras Guarani.

Entre os Guarani, esse episódio histórico é conhecido como *Ñorairõ Guassu Guarani Retãme*, A grande Guerra no território Guarani. Esse é um dos principais fatos que marcou definitivamente a perda do *Guarani Retã* (grande território) aos colonizadores.

Para não aprofundar muito no fato da Grande Guerra e repetir aquilo que já ouvimos tantas vezes desde o ensino fundamental nas escolas sobre este episódio histórico, o nosso objetivo se concentrará em evidenciar o lado que foi ocultado na historiografia colonial conhecida. Trataremos da versão Guarani que ainda se encontra minimamente nas fontes documentais que priorizam evidenciar fatos e feitos colonialistas. Nesse sentido, a historiografia que conhecemos, obviamente, não daria relevância aos fatos que envolviam diretamente os povos originários que sofreram a colonização.

⁵ Conforme estimativa consultada em: F. Chartrain : "L'Eglise et les partis dans la vie politique du Paraguay depuis l'Indépendance", Paris I University, "Doctorat d'Etat", 1972, pp. 134–135 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai#cite_note-95 acesso em 12.10. 2021.

Em nem um momento da história desse acontecimento não houve sequer um questionamento sobre os povos que habitavam nesta parte da terra, não levaram em consideração se este não seria um país ou um território que já tinha dono. Este elemento que chamamos a atenção ao demonstrar que a colonialidade invisibiliza os Guarani.

O fato é que fizeram a Grande Guerra em cima do território Guarani, e a disputa foi sobre a posse e a demarcação do *Guarani Retã*. Certamente, para isso, ignoraram a existência de uma população organizada de forma sistêmica conforme a cosmologia tradicional Guarani.

A historiografia “tradicional” se esforçou em restringir a participação e envolvimento dos indígenas na Grande Guerra forjando sua aparição apenas de formas secundárias protagonizando fatos não muito importantes, apenas como personagens e não como os verdadeiros habitantes deste território.

Esse processo compõe uma memória trágica entre os Guarani e eles mantêm de forma restrita, porém bastante presente nos relatos orais, uma forma de transmissão de conhecimento e experiência muito eficaz característicos dos povos indígenas.

Para os Guarani, que são estreitamente ligados com a religiosidade e espiritualidade, um fato histórico dessa magnitude, e por se tratar de uma memória muito dolorida, não é considerado conveniente para ser compartilhado frequentemente, pois a essência do ser Guarani se fundamenta em um dos eixos vitais que é o *Teko Porã*, bem viver, a alegria em viver e conviver em comunidade. Nesse sentido, se aplica com muita propriedade um ditado Guarani que diz que raramente se verá um Guarani triste, mesmo com o mundo desabando ao seu redor. Dessa forma, como o objetivo deste trabalho não é a discussão da participação dos Guarani na Guerra, não vamos aqui aprofundar essa análise, basta neste momento, afirmar que esta memória é ainda muito presente.

A grandiosidade desse episódio histórico provoca até os dias atuais muitas discussões e debates, por envolver questões políticas, econômicas, territoriais e sociais numa região muito cobiçada desde os períodos da colonização. E não seria diferente para os indígenas e pesquisadores das questões relacionadas a eles, pois muitos questionamentos pairam sobre esse fato que acarretaram consequências irreparáveis aos povos indígenas que protagonizaram e sofreram tanto quanto os demais que tiveram envolvimento direta ou indiretamente.

Sem dúvida, a Grande Guerra gerou nos Guarani sentimentos de humilhação, destruição e principalmente a perda definitiva do território tradicional, o *Guarani Retã*. Ainda abriu caminhos para o início de um processo contínuo e desumano de desterritorialização e política de extermínio apoiado pelo próprio Estado brasileiro contra os povos que ainda resistem a todas

as formas de violência e violação dos direitos humanos e constitucionais conquistados com muitas lutas e sacrifícios.

Outro elemento é que a própria presença indígena ao lado do exército brasileiro, foi definidor na garantia do final da Guerra, e como consequência, o ganho de território para o Estado brasileiro. Assim, o Brasil tem uma dívida histórica com as populações indígenas que lutaram na guerra, contudo isso nunca foi propriamente reconhecido em sua história e historiografia⁶.

1.3 *Ka`a*, erva-mate (*Ilex Paraguariensis*): a planta nativa que impulsionou a invasão do território Guarani e Kaiowá.

Ka`a (*Ilex Paraguariensis*) é uma planta originária do hemisfério sul muito importante e amplamente utilizada pelos indígenas falantes da língua Guarani. Os Guarani Ñandeva⁷ utilizam a erva mate para fins medicinais em rituais de iniciação e batismo, geralmente de crianças recém-nascidas para proteger o novo membro da família e espantar os males que existem ao seu redor que podem molestar a saúde física e espiritual.

O *ka`ay* é um tipo de chá quente à base de erva mate sempre acompanhada com plantas e ervas medicinais bastante consumido entre os nativos e foi amplamente difundido e adotado pelos primeiros colonizadores espanhóis e euroamericanos que viveram por estas terras. O historiador e arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira e Paulo Marcos Esselin, no ensaio sobre a historiografia da exploração da erva mate na região Platina e da Província de Guairá até a região do Antigo Sul de Mato Grosso confirma este fato nessa passagem:

Nos povoados constituídos majoritariamente por indígenas, logo os espanhóis e seus descendentes euroamericanos aprenderam a preparar e a tomar gosto pelo consumo da bebida, afastando-se, porém, do contexto ritualístico no qual era mais consumida. Mesmo assim, em meio a esses contatos interétnicos foi mantido seu consumo como elemento de sociabilidade e solidariedade entre as pessoas, dentre outras características. (EREMITES DE OLIVEIRA, ESSELIN, 2015, p. 286).

Entre os indígenas falantes da língua Guarani o *ka`ay* proporciona com muita propriedade a função de sociabilidade e solidariedade, inclusive associado à função vital do fogo, no momento do *jepe`e* (do estar perto fogo, do aquecer e acolher). No entorno do fogo,

⁶ É preciso aqui apontar, que a presença e relevância da participação dos povos Terena e Kadiweu está demonstrada na historiografia, talvez ainda não com a relevância merecida. Contudo. Especificamente sobre a atuação dos indígenas Guarani e Kaiowá há pouca coisa produzida, faço menção ao meu trabalho de conclusão no Curso da Licenciatura Intercultural Indígena “Ñorairõ Guaçu Guarani Retãme: A Grande Guerra” defendido no ano de 2017.

⁷ Estes atualmente no Mato Grosso do Sul se autodenominam apenas como Guarani.

compartilham-se o *Ka`ay*, e esse momento, tem uma função social estratégica para fortalecer e manter as alianças políticas e sociais. Esse costume Guarani assim como as festas e os casamentos, é um importante costume para garantir a reciprocidade e a boa convivência entre as famílias que compartilham o mesmo espaço território.

Por proporcionar função social de estreitar as relações entre as pessoas, os colonizadores espanhóis se apropriaram dela sabiamente, porém sem o sentido ritualísticos no qual os indígenas utilizavam. Uma estratégia muito eficaz para ganhar confiança e dessa maneira explorar as forças produtivas, os conhecimentos tradicionais de manejos da erva-mate e de outras plantas que os indígenas dominam como ninguém.

Conforme Eremites de Oliveira e Esselin (2015) o consumo e a utilização da erva predominavam pelo amplo território da América do Sul entre os diversos povos indígenas.

A erva-mate também era utilizada por outros povos indígenas para produzir bebidas semelhantes, inclusive entre comunidades originárias do Chaco e dos Andes, de onde a espécie não é nativa ou endêmica. A situação apontada sugere que desde muito tempo a planta circulava em uma grande rede interétnica de relações sociais, a qual abrangia uma vasta extensão territorial na América do Sul. Ademais, a ocorrência de ervais nativos, isto é, próprios ou originários da região, não é um fenômeno meramente natural, pelo contrário. (EREMITES DE OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 284).

Essa informação justifica que a erva mate é considerada uma planta originária do território ocupado majoritariamente por povos falantes da língua Guarani, porém foi domesticado e manejado por pelos menos há 2000 anos atrás por esses nativos. (OLIVEIRA; ESSELIN. 2015). Os colonizadores espanhóis, os padres Jesuítas e todos os que chegaram por estas terras a partir do século XVI tomaram gosto pelo produto. Conforme seu consumo foi sendo expandido a demanda pelo produto também aumentou. Dessa forma, a necessidade maior de mão de obra na exploração para suprir a demanda agravou também a difícil relação entre os Guarani e os colonizadores espanhóis acentuando principalmente a violência que já vinha sendo praticado pelos colonizadores. O trabalho forçado em condições de escravidão dos indígenas foi a solução. Uma das formas de dominação e exploração amplamente utilizada desde os primórdios da colonização ibérica na América.

Contudo, a exploração dos ervais na região do Sul do antigo Mato Grosso⁸ em grande escala, conseqüentemente marcou um ciclo de transformações especialmente para os Guarani e

⁸ Em 1977, o estado do Mato Grosso dividiu-se em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Kaiowá que viveram e vivem até os dias atuais pelo amplo território que compreende atualmente o estado de Mato Grosso do Sul.

Após o período da Guerra do Paraguai, o governo brasileiro estava muito preocupado em proteger o território conquistado. O primeiro e mais importante medida geopolítico que o governo tomou foi a demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Paraguai.

Demarcar limites territoriais naquele contexto seria uma forma de se sobrepôr sobre qualquer tipo de ameaça à soberania que poderia emergir desordem, ainda mais, no espaço por onde ocorreram os conflitos e que diretamente era objeto de disputa.

Segundo Eremites de Oliveira e Esselin (2015), o governo brasileiro não perdeu muito tempo em adotar medidas necessárias e urgentes no sentido de se apropriar e criar condições legais para a ocupação das terras tidas como devolutas.

Com o fim da guerra, o Império não demorou a definir e adotar medidas para dinamizar a incorporação de Mato Grosso ao mercado e ao projeto civilizador nacional. Criou condições para o investimento produtivo e para isso acionou mecanismos legais, como a Lei de Terras de 1850, a Lei nº 601, com vistas à colonização, inclusive por meio do arrendamento e venda de terras devolutas. Isso tudo ocorria em uma região ocupada por vários povos indígenas, alguns dos quais bastante populosos, como os Guarani e Kaiowá estabelecidos na parte mais austral da província. Era imperioso para o Estado brasileiro ocupar aquela área com população não índia ou “branca”, organizar a produção em outros padrões, proteger as fronteiras com novos postos militares e recuperar as fortificações danificadas durante a guerra. (EREMITES DE OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 196).

Conforme os trabalhos de Eva Maria Luiz Ferreira e Mariana Silva Falcão para o III Congresso Internacional do Curso de História da UFG/Jataí, sobre os Kaiowá e Guarani e sua participação no processo de exploração da erva mate pela Companhia Matte Laranjeira, a equipe encarregada de liderar o trabalho de demarcar o território brasileiro, ficou bastante entusiasmada ao ver a abundância dos intermináveis ervais que poderiam gerar grandes vantagens econômicas e principalmente prestígio e poder às autoridades políticas daquela época.

Nesse contexto, entra em cena o argentino Thomas Laranjeira, um dos pioneiros, e mais influentes empreendedores que fundou uma empresa que monopolizou durante décadas a exploração dos ervais na região. Como destacam Eremites de Oliveira e Esselin (2015), Thomas em virtude da Guerra do Paraguai acabou tendo bastante influencia e amizade com os governantes da época.

Thomaz Laranjeira obteve autorização do governo central para explorar com exclusividade uma vasta extensão de terras devolutas, onde havia ervais nativos em territórios ocupados por comunidades guarani e kaiowá. A concessão inicial foi dada com o Decreto Imperial nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, quando o empreendimento foi chamado de Empresa Matte Laranjeira. Em 1890, no começo do período republicano, a autorização foi renovada pelo governo federal através do Decreto nº 520. Com isso a empresa ampliou sua área de exploração para aproximadamente 5 milhões de hectares. Em 1891 passou a atuar com o nome de Companhia Matte Laranjeira e manteve a referida autorização por meio do Decreto nº 436C e outros posteriores ajustes contratuais. Foi com esta designação que ficou mais conhecida na historiografia e permaneceu até 1902. A partir de então, foi denominada Laranjeira, Mendes & Companhia e formalmente seguiu à frente da economia ervateira na região até 1949, quando o contrato de arrendamento foi rescindido pelo governo central e logo em seguida a firma encerrou suas atividades. (EREMITES DE OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 280).

A história da exploração dos ervais torna-se muito relevante para conhecermos como ocorreu o processo de apropriação, incorporação e a formação do atual estado de Mato Grosso do Sul. Torna-se ainda parte obrigatória de estudos para compreender o longo processo de ocupação, exploração do território Guarani que resultou na expropriação de seus territórios tradicionais, resultando no confinamento compulsório em pequenas reservas indígenas criado pelo próprio Estado a partir de 1915, para a liberação das terras para ocupação e exploração das primeiras frentes econômicas e agropastoril. Também para compreender os complexos caminhos dos processos que geram conflitos e disputas judiciais pelas terras entre os Guarani e os fazendeiros, consequência das iniciativas de retomadas das terras tradicionais pelos Guarani e Kaiowá iniciado a partir de 1980.

De praxe, minimamente fica evidenciada a participação dos Guarani e Kaiowá nesse processo tão importante da História sul mato grossense e do Brasil. Historicamente, toda a contribuição no processo de exploração dos ervais foi atribuída aos paraguaios, brasiguaios e colonos que também aparecem como pioneiros e principais protagonistas da formação do estado. Contudo as obras já citadas aqui mostram o contrário.

Conforme o historiador Antonio Brand (1997, p. 72), em sua tese de doutorado aborda que a invisibilidade da participação dos Guarani e Kaiowá nessa importante história social e econômico da região se deve ao provável ocultamento no meio dos paraguaios que falam a mesma língua e com costumes muito semelhantes. Além do mais, o interesse da Companhia em ocultar tinha claras intenções de confirmar que ali não havia ninguém e que as terras estavam aptas para ser arrendadas e exploradas.

1.4 Da República à Ditadura Cível-Militar: redução do espaço e a criação das Reservas

Com a perda do monopólio da exploração da erva mate da Companhia Matte Laranjeira a partir da década de 1930, ocorreu o agravamento das condições de extrema violência enfrentados pelos Guarani e Kaiowá que se encontravam no Sul do antigo Mato Grosso, uma vez que o território do então estado de Mato Grosso passou a abrigar novas frentes de expansão agropastoris.

Os colonizadores avançaram rapidamente apoiado pelo próprio governo que tinha por objetivo ampliar o domínio e controle através de uma política conhecida como a “Marcha para o Oeste” que buscava incorporar e se apropriar das novas terras, consideradas devolutas embora fossem ocupadas tradicionalmente pelos indígenas. A ocupação e a apropriação das novas terras abririam possibilidades para o país aumentar a produção de alimentos e a obtenção de produtos primários muito necessário à industrialização, e dessa maneira, contribuir no desenvolvimento econômico da região e do país.

Quando tratamos do processo histórico vivenciado pelos Guarani e Kaiowá tornam-se obrigatório as leituras das pesquisas realizadas e acompanhadas pelo historiador Antônio Jacob Brand. O professor Brand dedicou sua vida e trabalho acompanhando os difíceis caminhos pelas quais os Guarani e Kaiowá foram submetidos desde a chegada dos homens não indígenas em territórios indígenas.

Esse período compreende o longo processo de ocupação e exploração dos territórios tradicionais, e conseqüentemente, sua submissão ao confinamento compulsório em reservas criada pelo próprio Governo para priorizar projetos de desenvolvimentos econômicos neoliberais.

Na condição de confinados diversas situações desumanas se apresentaram agravando as situações de debilidades causadas pela violência praticada durante as expulsões de suas terras, exploração e destruição de seu *tekoha*, espaço-território adequado e propício para a produção e reprodução do *Ñande Reko*, modos de vidas necessário e fundamental para a existência dos Guarani e Kaiowá. Sem o *Tekoha*, podemos concluir que não é possível imaginar o *teko* ou *jeikove*, o viver, o existir, a vida.

Nesse sentido, tomaremos como principal referência as pesquisas realizadas na tese de doutorado do professor Brand intitulado de “O impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavras” no ano de 1997.

O ciclo da exploração da erva-mate em terras Guarani e Kaiowá que se iniciou em 1882 com o decreto imperial número 8.799 retratado no tópico anterior a partir da Companhia Matte

Laranjeira, desde o início, se interessou nos ervais e não na ocupação e colonização efetivo do território indígena. Diferentemente, ocorreu com a colonização empenhada pelo Estado Novo e a Criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) em fevereiro de 1942 através do decreto-lei 3.059.

Essa política de ocupação das terras consideradas devolutas atingiu diversas aldeias indígenas. Isso começou com as comunidades Kaiowá de Panambi e Panambzinho em 28 de outubro de 1943 com o decreto lei número 5941 criando a Colônia Agrícola de Nacional de Dourados (CAND) (BRAND, 2007, p, 75-76).

Conforme Brand (2007) a chegada dos primeiros colonos às terras indígenas iniciaria um longo período muito difícil para os Guarani e Kaiowá pela defesa e a manutenção de seus territórios tradicionais. “Negavam-se a deixar estas terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Esta por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios através de ações na justiça, ou através de meios mais escusos” (BRAND, 2007, p. 78).

Os colonos ameaçavam constantemente as várias famílias indígenas que defendiam seus *tekoha*, território. A defesa do território se define como a defesa da vida, no sentido de que sem território a sobrevivência das futuras gerações fica comprometida. Mesmo assim, o próprio governo fazia vista grossa diante das atrocidades que eram praticados com os Guarani e Kaiowá.

O respeito aos direitos indígenas, já amplamente garantidos pela Constituição em vigor, confrontam-se com os projetos de desenvolvimento coordenados e incentivados pelo mesmo Ministério. A ação do SPI estava subordinada e integrada nos planos globais de desenvolvimento econômico que neste período estavam voltados para a Marcha para o Oeste, buscando integrar e controlar novos espaços geográficos. (BRAND, 2007, p. 85).

O problema das terras indígenas usurpada apoiado pelo próprio Estado raramente é posto em discussão e as mínimas iniciativas que possam encaminhar possíveis soluções e reparações encontram-se, todavia, barrados pelas burocracias sem possibilidade de avanço. A política genocida de ocupação das terras tradicionais Kaiowá e Guarani contribuiu também na fragmentação e dispersão de várias famílias extensas que impactou na inviabilização da continuidade e manutenção do sistema tradicional o *Ñande Reko*, modo de ser Kaiowá e Guarani.

Conforme Brand, (1997, p. 88) o monopólio da exploração dos ervais durante décadas pela Companhia Matte Laranjeira encerrou de vez suas atividades em meados de 1943 com a criação do Território Federal de Ponta Porã pelo presidente da república Getúlio Vargas. E a

partir de 1950 com a instalação dos colonos em territórios Kaiowá e Guarani provindos de várias regiões do país especialmente os migrantes gaúchos iniciou o processo que os próprios indígenas denominam como *sarambipa*, o esparramo. (BRAND, 1997, p. 90-91).

O *Sarambipa*, o esparramo foi o período que compreende desde 1950 a 1970, que se caracterizou pela dispersão de várias famílias que viviam em pequenos *tekoha* pelo amplo território do *Tekoha Guassú*, espaço por onde viviam conforme o sistema de ecologia tradicional. O *sarambi*, consequência direta da perda do território tradicional se configurou efetivamente com principal responsável pela fragmentação, interrupção e ainda a desarticulação dos modos de ser Kaiowá e Guarani.

As Reservas Indígenas criadas a partir de 1915 pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), confinaram várias famílias esparramados e desaldeados, além de liberar as terras para a ocupação pelas frentes econômicas e agropastoril, o objetivo do Estado desde o início foi a integração e assimilação dos indígenas à sociedade nacional, transformando-os em cidadãos passivos e submissos, preparados para servir com a força produtiva conforme os interesses do Estado. As áreas criadas naquele momento foram: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí.

A nova realidade nas Reservas em condições de confinamento impôs aos Guarani e Kaiowá profundas transformações principalmente no modo de ser, na adaptação e convivências entre as famílias confinadas. As Reservas como novo espaço de assentamento humano, especialmente criado para os Guarani e Kaiowá, é um tanto impróprio para o desenvolvimento humano enquanto povo coletivo culturalmente diferenciado, pois necessitam viabilizar através da mobilidade a sua ecologia, economia, relações sociais e religiosos. De fato, as reservas interferiram no *oguata*, a mobilidade, reduzindo o espaço de circulação delimitando e restringindo a manutenção e a continuidade do *Ñande Reko*.

O novo espaço significativamente reduzido, agravou cada vez mais as consequências do processo de *Ñemosarambi*. O confinamento compulsório trouxe a sobreposição de várias famílias Kaiowá e Guarani impondo o trabalho assalariado como uma das formas de subsistências dentro das reservas.

Sem a mínima possibilidade da mobilidade no espaço da reserva ficou impossibilitado a realização da roça tradicional Kaiowá e Guarani conforme as práticas e conhecimentos adquiridos desde tempos milenares.

Conforme a ciência tradicional Guarani e Kaiowá, a vitalidade da terra ficou comprometida, ou seja, a terra ficou doente, fragilizada não dando mais condições suficientes

e favoráveis para a prática da agricultura. Com isso, a maioria dos homens Kaiowá e Guarani encontrou nos cortes de cana de açúcar a única alternativa para garantir a sobrevivência de seus familiares no contexto de confinamento.

A instalação das primeiras fazendas agropecuárias necessitava de mão de obras, que recorreu aos indígenas confinados para trabalhar nas derrubadas das matas. Passado o auge das atividades de derrubadas da mata que se estendeu pelas décadas de 1960 e 1970, a mão de obra indígena foi canalizada para a roçada dos pastos e para o plantio de pastagem exóticas. E, finalmente, durante a década de 1980, passou a ser a mão de obra preferida para o trabalho de plantio e colheita da cana nas usinas de álcool. (BRAND, 1997. p, 90).

A roça tradicional passou a ter importância secundária sendo substituída pelo trabalho assalariado como principal meio para garantir comidas para as famílias. A dependência do assalariamento trouxe consigo a falta de alimentos produzidos na própria aldeia, a fome, a desnutrição infantil, o surgimento de doenças como diabetes, colesterol, pressão alta e outras consequências diretas do consumo dos alimentos processados e industrializados. Aumentou também a violência, o suicídio e o consumo de bebidas alcoólicas.

O trabalho assalariado efetivamente comprometeu as expectativas de viver e alcançar o *Teko-Porã* (bem-viver). A dependência cada vez maior desse sistema de trabalho agravou também os endividamentos e a exploração de seus trabalhos.

Desta forma, ainda que os povos Guarani e Kaiowá tivessem em seu processo histórico de contato com a colonização sobrevivido a divergentes episódios de violência territorial, é este período que marca a grande perda territorial e seu contato mais intenso com os não indígenas.

1.5. Um novo paradigma: a Constituição brasileira e os direitos dos Povos Indígenas.

A Constituição brasileira promulgada em 1988, foi um grande avanço no tocante aos direitos constitucionais de reconhecimento e respeito a identidade cultural dos povos originários. Deixando de lado uma política integracionista e assimilacionista defendida desde os primórdios da formação do Estado brasileiro para os povos indígenas. A ideia sempre pautada era de que os indígenas faziam parte de uma espécie em processo de transição fadados ao desaparecimento, e necessitavam de ajuda do Estado para se libertarem de seus modos de vidas atrasadas e miseráveis.

Conforme Cíntia Rodrigues (2005) o projeto do Estado moderno era a formação de uma nação única e desenvolvida, para isso, a política de negação da pluralidade e diversidade cultural estava mais uma vez posta em prática.

Sabe-se que, desde a institucionalização do modelo de Estado moderno, contemplou-se que todo Estado ou unidade política correspondia a uma única nação. Assim, o objetivo era proporcionar a integração e o controle de todos os membros do Estado, desconsiderando a formação histórica e multicultural anterior ao seu aparecimento. Esse modelo de Estado caracterizava-se pela soberania do território, da cultura única, da população e da organização político-administrativa. (RODRIGUES, 2005, p, 241).

A subjetividade colonialista permaneceu até a contemporaneidade em relação aos povos indígenas que os classificava como irracionais e incapazes de viverem conforme a “vida civilizada” e humanizada dentro de um Estado moderno. A necessidade do Estado de proteger e legislar sobre essas populações nativas se pautava nessa justificativa.

Foi nesse contexto que se justificava a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) impulsionar os planos de incorporação, integração e assimilação dos povos indígenas à Nação. A ação do SPI foi fundamental ao tirar os indígenas do caminho para a implementação das ações desenvolvimentistas. Nesse sentido, mesmo a extinção do órgão e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não significou em um primeiro momento, a ruptura deste modelo, uma vez que a orientação ideológica do órgão permaneceu a mesma.

Vale ressaltar que as Constituições anteriores a 1988, e o Estatuto do Índio Lei 6.001 criado em 1973, pautavam sem o pensamento colonialista de incorporação e integração dos povos indígenas estipulando medidas básicas de assistência e promoção dos indígenas a identidade nacional.

Então foi a partir do fim da década de 1970 e na década seguinte que, juntamente com os movimentos pela redemocratização do país, as articulações e movimentos pela causa indígena foram tomando forças, com apoio formando alianças com outros setores da sociedade civil, como: Conselho Indígena Missionário (CIMI) e órgãos não governamentais, como a Comissão Pró Índio. Os povos indígenas tomaram espaços e vozes expondo situações gravíssimas de violações de direitos humanos praticados desde os primórdios da colonização que se segue até os tempos atuais.

As vozes que se levantaram foram para exigir do Estado brasileiro o respeito merecido com os diversos povos e culturas que resistem em meio às tantas truculências que violam direitos de existir e ameaçam a sobrevivência das futuras gerações.

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário), pertencente à Igreja Católica, criou várias assembleias indígenas. Estas, por seu turno, tiveram papel importante no sentido de oportunizar o contato entre diversas culturas indígenas, além de reivindicar o direito à autodeterminação dos índios. Também surgiram outras organizações, como a UNIND (União das Nações Indígenas), e depois foi realizada a fusão desta com a UNI (União das Nações

Indígenas). A nova UNI tinha o papel de porta-voz do movimento indígena, direcionando os rumos e as estratégias a seguir. Mesmo com a organização dos movimentos indígenas, “os militares ainda no poder desencadearam na década de 1980 uma forte repressão contra o movimento indígena, interpretando-o como inimigo potencial do Estado e considerando o nome ‘União das Nações Indígenas’ uma ameaça à soberania nacional” (NEVES, 2003). (RODRIGUES, 2005, p. 241).

O levante dos povos originários teve repercussão significativa e foi fundamental para a garantia de alguns dispositivos fundamentais na Constituição Federal de 1988 que reativaram os ânimos pela garantia de seus direitos de permanecerem como indígenas e a garantia principalmente da demarcação de seus territórios tradicionais invadidos e usurpados.

Estas conquistas estão estabelecidas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, no Título VIII “Da Ordem Social”, do capítulo IV “Dos Índios”, nos quais são reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

De acordo com o artigo 232, os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

No âmbito da educação escolar indígena, justamente no campo onde foi enraizado efetivamente os projetos coloniais, integracionista e assimilacionista dos povos originários, houve avanço significativo, pois, foi garantido no artigo 210, que aos indígenas estão assegurados a utilização da língua indígena materna e processos próprios de aprendizagens, responsabilizando o Estado sobre a implementação e efetivação de projetos que assegurem que a escola se constitua como um instrumento aliado de valorização das culturas, das línguas, dos conhecimentos tradicionais. Nesse sentido, a escola assume uma função muito importante o de garantir a autodeterminação, autonomia e sustentabilidade.

Outra questão bastante pertinente, que traz muitas inquietações e conflitos, trata dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias no Artigo 67 no qual assegura que as terras indígenas deverão ser demarcadas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Esse dispositivo encheram os povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombolas e ribeirinhas de esperanças, porém ficaram “bonitinhos apenas no papel”, pois apresentam uma grande contradição e descompasso entre os textos constitucionais e cumprimento na prática.

O descompasso da Constituição de 1988 reforçou o momento de retomada das iniciativas dos Guarani e Kaiowá de reocupar suas terras tradicionais. Esse movimento iniciado ainda da década de 1970, em numa tentativa de pressionar o Estado e as autoridades para cumprirem a legislação em vigência, pois as condições desumanas em que se encontram as diversas comunidades Guarani e Kaiowá chegaram ao extremo.

Nos últimos anos, com mais frequência presenciamos manobras e tentativas de golpes na Constituição através das Proposta de Emendas Constitucionais (PEC`s) e Projeto de Leis (PL`s), que são instrumentos em tese para aprimorar a Constituição, porém recheados de planos malignos para barrar de vez a criação e proteção das unidades de conservação ambiental e a demarcação das terras indígenas. Por trás de todas as falcatruas há claras intenções de dar abertura por meios legais as invasões e exploração dos recursos naturais que ainda restam.

Como exemplo a PEC 215/2000 é uma dessas estratégias, um pacote completo, no qual os inimigos dos povos indígenas tentaram explicitamente implementar políticas que ferem os direitos constitucionais dos povos indígenas. Em tese, a PEC 215 foi uma tentativa de transferir da responsabilidade do Executivo para o Congresso a questão que trata do processo de demarcação das terras indígenas. Uma outra pauta incorporada aos debates sobre a PEC 215 pretende determinar que apenas os povos indígenas que estavam fisicamente em suas terras na data da promulgação da CF de 1988 teriam direito a elas. Com essa PEC os anti-indígenas pretendiam-se também abrir exceções quanto ao usufruto exclusivo dos povos indígenas com relação as terras abrindo brecha para os arrendamentos, construção de usinas hidrelétricas, rodovias, ferrovias e revisar os processos de demarcações já concluído.

Essas mesmas estratégias estão sendo defendidas pelos representantes do agronegócio para questionar as demarcações das terras indígenas através da tese jurídica conhecido como o Marco Temporal. Na Tese do Marco Temporal as terras indígenas serão demarcadas mediante a comprovação da posse anterior e até o dia 5 de outubro data da promulgação da CF de 1988. A construção deste argumento surgiu do resultado do processo que questionava a criação da Terra Indígena da Raposa Serra do Sol no estado de Roraima.

Frequentemente os ataques aos direitos indígenas são colocados em pautas no Congresso Nacional, um espaço político cada vez mais ocupado pelos representantes da elite. Recentemente foi a vez da PL 490/2020 que caminha na mesma direção no sentido de liberar a exploração das terras indígenas e das últimas áreas protegidas pela legislação. Na realidade este PL é muito próximo à PEC 215, contudo são novos textos que são incorporados para aparentar uma novidade do debate do legislativo vinculado ao agronegócio.

A mobilização nacional indígena tem surtido efeito para mostrar à sociedade brasileira e as autoridades que o desenvolvimento de forma predatória só tem a prejudicar toda a população mundial, diante das evidentes mudanças climáticas e fenômenos naturais nunca antes visto pela humanidade.

Boa parte dos brasileiros não conhecem minimamente o valor que possuem as unidades de conservação ambientais e as terras indígenas, pois são manipulados pelos grandes veículos de informação que propagam que o Brasil tem áreas de preservação e terras indígenas demais, o que impediria o “desenvolvimento ou progresso”. Essa mídia, vêm trabalhando incessantemente em função dos interesses dos grandes chefes do agronegócio, da mineração, madeireiras, empreiteiros e banqueiros para mudar aquilo que eles chamam de excesso de leis ambientais, uma verdadeira política degenerativa do desenvolvimento econômico do país.

A ganancia de uma pequena parcela da sociedade pode comprometer o futuro de várias gerações, pois sem a preservação do meio ambiente, não terão mais os elementos fundamentais que necessitamos para sobreviver. Um exemplo; com a falta de água, não poderão mais produzir e para ter água precisam de florestas em pé, precisam de unidades de conservação ambiental e terras indígenas e sem água não existe vida.

Diante desses riscos que colocam em xeque a nossa existência como seres humanos, as ações e transformações parecem estar acelerando o fim do planeta Terra e a nossa extinção. Os povos indígenas lançaram-se na linha de frente pela proteção das florestas, da terra, do meio ambiente, pois as terras tradicionais demarcadas são a grande esperança do dia de amanhã.

Por isso, as retomadas⁹ significaram a defesa da vida, da proteção dos territórios sagrados da ganancia e ignorância da sociedade ocidental branca. As lutas pela demarcação das terras tradicionais significam a defesa das futuras gerações. A retomada é o martírio dos Guarani e Kaiowá que compreendem que a garantia das terras tradicionais pode custar a própria vida.

Neste capítulo procuramos demonstrar que as situações históricas de colonialismo e colonialidade sempre estiveram presentes nas relações com os povos indígenas. Contudo, a categoria de análise da qual pretendemos nos valer para observar a situação em Pirajuí, a saber, o *Mba'e Megua*, se dá por uma relação diferente destas descritas aqui, embora também sejam

⁹ A definição de áreas de retomadas, para os Guarani e Kaiowá, são os acampamentos nos, ou próximos, aos antigos tekohas. São medidas também chamadas de autodemarcações, á espera de que o Estado lhes conceda seus territórios de direito.

consequências dessas. Assim, antes de propriamente falarmos de Pirajuí é preciso observar o contexto atual que nos levam a categorizar esse momento como o *Mba'e Megua*.

2. A instabilidade política e democrática a partir de 2013

Neste capítulo o nosso esforço se concentrará para embasar teoricamente nossas perspectivas. A partir de diversos pesquisadores que apresentam informações e dados de acordo com os diferentes campos de pesquisa que irão direcionar os caminhos para às discussões e análises sobre as crises e seu desdobramento que tomaram consistência no Brasil pós 2013. As hipóteses e considerações sobre o futuro ainda bastante imprevisível serão apontadas a partir das percepções dos líderes indígenas que residem na aldeia Pirajuí.

As nossas referências serão as fontes bibliográficas da Esther Solano (2018), com a ‘Crise da Democracia e Extremismo da Direita’, por apresentar dados e informações conceituais sobre a crise brasileira e a reorganização de grupos conservadores, neoliberais e da direita radicalizada considerado por muitos pesquisadores e defensores dos direitos humanos como um grande risco à democracia do nosso país e no tocante ao reconhecimento da igualdade de direito das minorias sociais, ainda apresenta resultados de entrevistas diretamente com simpatizantes e apoiadores de políticos extremamente antidemocrático, simbolizado principalmente no pensamento do Jair Messias Bolsonaro, que contribuíram para compreender o fenômeno que podemos chamar de “ondas neoconservadoras”.

Ronaldo de Almeida (2019), com a sua literatura, ‘Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise brasileira 2018’, contribui bastante no aprofundamento da discussão sobre o fenômeno neoconservadorismo, trazendo para o debate sobre a participação e envolvimento mais expressivo dos evangélicos como novo articulador político e forte aliado para disseminar ideais e valores dos grupos de extrema direita para conseguir apoio, sobretudo, das camadas mais pobres e periféricas da sociedade.

Leticia de Castro Braga (2019), contribui sobre a função cada vez mais decisivas das tecnologias digitais no campo da política que se valeu da ampliação do acesso à Internet e a redes sociais digitais para todas as camadas sociais. Em sua pesquisa, analisou sobre as estratégias de políticos que recorrem cada vez mais na construção da personalização política para atrair e agradar mais simpatizantes e eleitorados. A utilização e a apropriação cada vez maior dessas ferramentas tecnológicas e as vantagens que ela proporciona tem tudo a contribuir na reflexão sobre outro fenômeno conhecido como ciberativismo, assunto que trataremos mais adiante, que foi altamente decisivo antes e durante as campanhas, nas organizações, mobilizações e manipulação da sociedade, porém, permanece como forte aliado e mantém uma conexão direta e instantânea entre os políticos e os apoiadores e vice-versa. Esse processo

contribuiu na significativa eleição de parlamentares com retórica antidemocrática e conservadora. O ciberespaço é assumido como um campo eficiente para a manutenção e legitimidade do poder.

As crises que tomaram consistência no Brasil geraram sentimento de medo da condição de incerteza existencial nos brasileiros e a cada dia aumentam a insegurança, instabilidade, na qual se reforçam a dinâmica de conflitos existencial. O sentimento de medo causado pelo contexto de crise permanente já vem da experiência do processo histórico complicado e desfavorável.

Com isso, Eduardo Viveiro de Castro (2017), na sua reflexiva obra de “Involuntários da Pátria”, é bem categórico ao afirmar que boa parte dos brasileiros não se sentem brasileiros, muito menos cidadãos, controlados e oprimidos por um Estado-nação dominado pelos interesses das grandes corporações que visam apenas a geração de lucro. Proximamente, identificam-se aos indígenas pelas atitudes de resistência e persistência perante as ações do Estado que não representam de forma alguma a vontade e necessidade do povo.

Constatamos que em vez daquilo que, Casara (2017), afirma como estado democrático de direito como um tipo ideal de estado que tem compromisso de realizar os direitos fundamentais e possui como principais características a existência de limites legais ao exercício do poder conforme previsto na constituição do país, não é posto em prática. Em vez disso aproveitam-se estrategicamente das crises, para impor uma forma de governo que se apresenta como a solução para os problemas.

Assim Kierecz (2016, p. 360), em seu ensaio “A Crise da Democracia no Brasil” contribui que uma crise dessa natureza sempre esteve presente na realidade nacional. E que por algum momento a população brasileira pode respirar com ar avivado pelas conquistas e avanços assegurados pela Constituição Federal de 1988, como o fim da repressão política, direito ao voto livre para a escolha da classe política. Porém, destaca também que, nem sempre o Estado através daqueles que foram eleitos pelo voto popular defenderam a vontade da população, “frise-se que o cidadão vem se distanciando da tomada de decisões cada vez mais, prevalecendo um individualismo egoísta que se apodera de todos e deixa a população sem representantes de fato, pois na verdade estes representam apenas a si mesmo. (KIERECZ, 2016. p. 368)

As crises inicialmente se apresentaram com roupagem política e econômica, mas que se alargam para as crises sociais, culturais e político representativas. Diante dos fatos, necessariamente, devemos recorrer e nos debruçar com aquilo que a Rosana Pinheiro Machado (2018), chama de luzes antropológicas, justamente por proporcionar uma reflexão mais

profunda e cautelosa, característicos do campo antropológico, para ver e descobrir as faces ainda obscuras das crises brasileira. Esse aspecto primordial que exprime alto grau de reflexão poderá proporcionar a compreensão aprofundada das crises a partir das óticas de diferentes agentes que compõem o tecido social contemporâneo.

Procuramos aqui, dar um contexto para então descrever o sentimento e a percepção dos indígenas Guarani e Kaiowá que vivem em sua maioria na região do Conesul do Estado de Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira do Brasil com o Paraguai, sobre as crises que assolam o país. Pois, as crises do mundo na compreensão dos indígenas Guarani e Kaiowá põem em risco a nossa existência enquanto humanidade e a nossa casa em comum o planeta Terra. Vale ressaltar que crise na compreensão Guarani e Kaiowá não se reduz minimamente à necessidades e prioridades terrenal, mas que a sua compreensão de fato relaciona o campo da religiosidade e a cosmologia indígena.

Porém, como indígenas que vivem sob a jurisdição de um Estado-nação não são isentos inicialmente das leis e das consequências das crises.

2.1 A crise brasileira a partir de 2013

Conforme Ronaldo de Almeida (2019), a crise política pela qual atravessa o Brasil pode ser compreendida pela sua excepcionalidade, pouca previsibilidade, da capacidade de inflexões e mudanças, mais desestruturante do que a própria dinâmica de tensões políticas. A profundidade da crise contribuiu também na ampliação de suas dimensões.

Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também de implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1998), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças têm levados aos choques identitários, de valores e comportamentos). (ALMEIDA,2019, p.187).

Como observamos acima, as causas desse processo são bastante complexa. Todos os fatores estão interligados envolvendo, sem exceção, o conjunto que compõem o tecido social brasileiro. Segundo Almeida (2019), o fator chave que reforçou com toda força aquilo que podemos chamar também como um grande mal-estar social brasileiro é associado ao processo complicado do declínio dos governos à esquerda na América Latina que iniciou no ano 2000.

Quando boa parte dos líderes políticos, do centro-esquerda à esquerda, da América latina, começou a declinar principalmente por consequência de envolvimento nos escândalos de corrupção e o empoderamento dos menos

favorecidos, as chamadas minorias sociais, com as políticas de inclusão, reafirmação e reconhecimento da diversidade assumido pelo campo político progressista como direitos humanos fundamentais e democráticos. (ALMEIDA,2019, p.186).

As condições adversas que contribuíram nas perdas de confiança pela classe política que assumem a administração das máquinas públicas administrativas instauraram a anomalia política no cotidiano das pessoas. Põe em evidência a democracia em crise, no qual a política e os políticos são apresentados como algo indesejável e vergonhoso.

Conforme a afirmação de Esther Solano (2018), a crise política resume-se em uma ruptura dramática na instabilidade institucional, que fragiliza a ordem democrática e acelera os processos de decomposição política. Daí percebe-se o quanto as irresponsabilidades dos gestores públicos institucionais podem comprometer a estabilidade de um país como o Brasil. Pois, através da ordem política os órgãos e instituições públicas administrativas funcionam e possuem as condições e mecanismos cabíveis para mudar a situação de crise. A crise política abre caminhos e possibilidades para as outras crises criarem condições de um colapso.

Para Abreu (2017), no ano de 2013, o ponto chave foram às manifestações organizadas que tinham por objetivo cobrar os preços justos das tarifas dos transportes, a melhoria da qualidade dos transportes públicos, entre outras pautas e ações governamentais que produziam efeitos negativos para a sociedade brasileira. Aos poucos as manifestações tomaram as principais capitais do país e rapidamente ganharam os noticiários nas mídias e eram amplamente divulgados e compartilhados nas redes sociais digitais. Foi um cenário de intensa movimentação e articulação, com debates pontuais sobre os principais problemas e aflições da população brasileira. Esses movimentos demonstraram que os brasileiros estavam mais atentos e exigentes, sobretudo, com relação às responsabilidades e competências do Estado no tocante a gerência da máquina administrativa pública no país.

Figura 10: Manifestações de 2013



Fonte: Imagem retirada do site <https://www.revistagalileu.globo.com.br/manifestação-2013/>

No ano seguinte, 2014, foram marcantes as tensões e contradições a partir das disputa acirrada pela presidência da república protagonizada pela candidata petista Dilma Rousseff e pelo candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, que fortaleceu e reacendeu com toda força a polarização partidária.

Segundo Abreu (2017), uma parte muito expressiva de apoio à candidata petista Dilma Rousseff se encontrava nas regiões norte e nordeste, e as demais regiões marcadas pelo equilíbrio de apoiadores aos dois candidatos. Já o candidato Aécio Neves obteve maior apoio principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Essa divisão geográfica imaginária do eleitorado brasileiro fortaleceu o sentimento de inimizade, ódio e preconceito entre os eleitores, principalmente com os apoiadores dos candidatos petistas do norte e nordeste do país. Os eleitores petistas eram rotulados e identificados como ignorantes políticos, dependentes de auxílios sociais governamentais individuais e familiares. A Polarização partidária trouxe consigo com toda força a segregação, a classificação, a rotulação social entre o mais e o menos importante, ou ainda, quem deve ter mais direitos e quem deve viver a margem da sociedade.

Em sequência, após a eleição de 2014, o país também atravessou um período muito crítico entre 2015 e 2018, quando acompanhamos e presenciamos muitos escândalos de corrupção envolvendo a maioria das autoridades públicas que ocupava os mais altos cargos nas bases representativas políticas do estado brasileiro. A maioria dos políticos envolvidos nos esquemas de corrupção eram dos partidos mais conhecidos e influentes do país.

Para Solano (2018), essa situação gerou uma alteração na ordem democrática provocando uma grande ruptura na estabilidade institucional, acelerando o processo de decomposição política e perda de confiança nas bases representativas da sociedade brasileira. Em consequência, aumentou o sentimento depreciativo, de modo que a política é vista como algo vergonhoso e sujo, um espaço favorável de muitos corruptos para obterem vantagens e privilégios em benefício próprio.

A partir desse momento, as manifestações organizadas ganharam um novo sentido, uma nova configuração provocada pelo sentimento de revolta e traição dos políticos que deveriam representar as demandas e necessidades da sociedade brasileira. Nas manifestações organizadas, sobretudo, contra a corrupção, rapidamente foram incorporadas outras pautas de interesse da classe média. A classe média, por sua vez, se via perante as ameaças dos seus privilégios com a ascensão das camadas populares.

O ensaio de Solano (2018) nos traz uma importante reflexão para compreender o que de fato incomodou a classe média no país.

Esse sentimento e reação se deu devido à reconfiguração social brasileiro como consequência da política de inclusão social promovida pelo petismo com a diminuição drástica da miséria, o aumento significativo das taxas de emprego, o crescimento de uma nova classe consumidora, modificando a morfologia das regiões periféricas do país. (SOLANO, 2018, p. 03).

Sem dúvida, ocorreu no país uma mobilidade e reordenamento social, mesmo de forma mínima, porém, foi fundamental principalmente para as camadas mais pobres puderam sonhar com uma perspectiva de vida melhor devido às políticas de inclusão e afirmação adotados pelo governo daquela época.

As políticas sociais adotadas pelos governos petistas, com o bolsa família, foram e são bastante criticadas pelas classes sociais que não precisam utilizar destas políticas, por estarem em uma classe social mais abastada. Essas críticas foram presentes durante os períodos de disputas eleitorais de 2010, 2014 e 2018. Argumentos, como que as cotas raciais universitárias são negativas, porque estimulam a preguiça, o clientelismo e fazem com que o cidadão dependa do Estado. Essas políticas de inclusão a partir da visão das classes superiores são consideradas assistencialistas e têm sido utilizadas estrategicamente pelos petistas para garantir o voto dos mais pobres e mantê-lo sob seu controle.

As políticas públicas sociais como Bolsa Família, as cotas raciais, entre outros, inegavelmente foram de grande ajuda para os mais pobres, especialmente para os povos

indígenas. Com esses projetos adotadas pelo governo petista, as comunidades indígenas Guarani e Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul, que enfrentavam graves problemas principalmente como a falta de alimentos e a desnutrição infantil obtiveram uma luz no fim do túnel que nutriram as esperanças.

Enquanto os homens Guarani e Kaiowá trabalhavam em serviços temporários fora da aldeia, o Programa Bolsa Família criou uma renda extra principalmente para as mulheres indígenas, em sua maioria donas de casas, que na ausência dos homens passaram a assumir todas as responsabilidades pela família.

Por um lado, os benefícios também geraram uma certa deficiência atingindo diretamente a autonomia indígena. Com isso, muitas famílias deixaram de produzir os alimentos provindos das roças, interferindo significativamente na continuidade do processo da produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais milenares necessários na produção de mantimentos. A roça para os Guarani e Kaiowá vai muito além de espaço da produção de mantimentos, serve como espaço agradável e propício onde se realiza com toda plenitude a garantia do bem viver. O trabalho na roça transmite esse sentimento de bem-estar e boas energias.

No Estado de Mato Grosso do Sul em todas as comunidades Guarani e Kaiowá se reforçam a relação de dependência dos programas sociais, do trabalho assalariado e a cesta básica oferecido pelo Estado. Essa situação reforça ainda mais o estereótipo amplamente utilizado para dizer que os índios não trabalham ou não produzem nada.

Diante disso, é importante frisar refletindo como é dificultoso envolver e relacionar políticas públicas governamentais ao sistema socioeconômico e cultural dos povos indígenas. Pois, a economia de reciprocidade principal base socioeconômica e cultural dos Guarani e Kaiowá acaba sofrendo interferência que acarreta alteração no sistema tradicional de relação socioeconômica, política e até religioso.

Nesse sentido, Dominique Gallois já afirmava que, no campo indigenista, as políticas públicas estão voltadas aos atendimentos de demandas emergentes, praticando-se um assistencialismo que já demonstrou que é e continua sendo o principal causador de ruptura na sustentabilidade do modo de vida indígena. (GALLOIS,2005, p. 1). As políticas públicas sociais de Estado para os povos indígenas sem a participação efetiva dos interessados na construção de propostas e projetos trazem uma série de implicações e novos desafios a serem enfrentadas.

Conforme os caminhos que Solano (2018) aponta, a crise política que afetou principalmente o governo e os principais líderes políticos de esquerda, paralelamente com a

complicada governabilidade num Congresso amplamente ocupado por líderes políticos de matriz conservadores cada vez mais unidos em torno do processo de impeachment, encaminharam até a consumação um processo considerado por intelectuais políticos como impeachment ilegítimo, um golpe parlamentar, um golpe de estado sofrido pela presidente petista Dilma Rousseff (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016).

Consequentemente, esse contexto acentuou a crise econômica do país contribuindo com o aumento significativo das altas taxas de desempregos. A recessão política impôs um ar de instabilidade sem precedentes, no qual acabou sobrando e quebrando nas costas dos trabalhadores brasileiros. Aqueles considerados peças funcionais que movem a engrenagem do sistema de produção e geração do capital.

Essas situações adversas foram fatores que alimentaram a ambição da imprensa cada vez mais oligopolizados que parece ser mais uma instância do Judiciário. Agia na dinâmica de espetacularização da justiça em que todos os fatos são televisionados ao vivo com claras intenções de influenciar, manipular e comover a opinião pública. Essa situação de comoção pública foi fundamental para promover o espaço propício do processo de impeachment que já se encontrava com a sentença dada pela opinião pública.

2.2 Elementos para a crise nacional.

2.2.1 A crise econômica do Brasil

A crise econômica do Brasil da virada de milênio é definida por alguns economistas e historiadores com início a partir de 2014¹⁰, Oreiro, (2017). Até então o Brasil vinha de um período de avanços econômicos positivos impulsionados pelo aumento significativo no preço das commodities no mercado internacional e o comércio das matérias-primas e produtos agrícolas. Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram o recorde de US\$ 256 bilhões, que resultava aproximadamente no resultado muito positivo de 14% do Produto Interno Bruto (PIB)¹¹.

A grande recessão iniciada no segundo trimestre de 2014 é a mais profunda e duradoura queda do nível de atividade econômica desde o término da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, entre o segundo trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2016, o PIB brasileiro apresentou uma queda de 8,33% de acordo com os dados do Ipeadata (OREIRO, 2017, p. 75).

¹⁰ Matéria oficial de agência de Estado de 2016, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>. Acesso em 12.02.2021.

¹¹Ver nota anterior.

É consenso na área que as causas da crise econômica são atribuídas a fatores diversos, especialmente o fim da alta dos preços da Commodities no mercado externo que reduziu drasticamente a movimentação do capital estrangeiro no país. Desaceleração da economia Chinesa.

Quem talvez melhor tenha definido o movimento econômico deste século, pelo menos neste espaço sugere uma luz importante sobre o que levou a crise econômica da última década, é a economista Laura de Carvalho em seu livro “Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico” (2018). Neste trabalho a autora defende que os pilares que sustentaram o crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro foram a distribuição de renda na base da pirâmide social, o maior acesso a crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social, ao movimento que a autora chama, ao se referenciar ao economista Edmar Bacha, de “milagrinho brasileiro”, que na metáfora da valsa seria o passo à frente.

Um dos limites desse processo de crescimento, que diferentemente do período chamado de milagre econômico, se refere a baixa competitividade e a fragilidade do setor industrial.

A fragilidade da indústria tornou-se mais clara após a crise de 2008-09, quando começou a haver um deslocamento cada vez maior entre comércio varejista, que volta a crescer ao ritmo do pré-crise, e produção industrial, que, por sua vez, cresceu muito mais lentamente. [...] A demanda maior no mercado interno por produtos industriais vindos de fora. Uma das explicações para isso é a própria valorização do real no período. (CARVALHO, 2018, p. 43).

Outro limite do processo de crescimento, apontado por Carvalho (2018, p. 46) ocorre por conta da inflação no setor de serviços que não acompanhou o ganho real de salário mesmo com o real ganho na redistribuição de renda do início dos governos petistas. Por fim, ainda que as desigualdades salariais tenham efetivamente diminuído, em virtude do aumento real do salário mínimo e do crescimento de setores focados na mão de obra, a concentração de renda no Brasil dos mais ricos cresceu ainda mais (CARVALHO, p. 50). Isso ocorre em muito, devido a caráter regressivo da nossa tributação.

A partir de 2011, conseqüentemente, do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, Carvalho aponta que os problemas relacionados aos limites apontados pelo modelo de crescimento da década anterior não foram enfrentados. Ao invés de se combater a valorização do real e o aumento dos juros, fatores que impediam o estímulo a indústria interna, se optou junto a isso, se fazer a defesa de um ajuste fiscal, por parte do governo, que controlaria a demanda doméstica e os preços. Acompanhando a metáfora da valsa, a autora nomeia este período de “a agenda Fiesp: um passo ao lado”.

Em 2012, o então secretário de Política Econômica Mario Holland, em uma entrevista ao jornal Valor Econômico, apresenta a ideia de que o governo estaria passando por uma fase de transição para uma “Nova Matriz Econômica”

O termo criado por Holland passou a ser utilizado por economistas liberais para denominar o modelo de política econômica do primeiro governo Dilma [...]. Como estas políticas foram referendadas por associações patronais que, posteriormente, abandonaram o barco e apoiaram o impeachment da presidente, optamos aqui por chamar o modelo econômico adotado em 2011 e aprofundado nos três anos seguintes de Agenda Fiesp. (CARVALHO, 2018, p. 58).

Em síntese, ainda que não nos aprofundamos mais neste período, há que se apontar, que embora a “agenda Fiesp” tenha sido totalmente empregada pelo Governo, a crise econômica é cada vez mais anímica da sociedade inaugurou o colapso do governo petista.

2.2.2 O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores (PT) ou impedimento da continuidade do mandato como Presidente da República ocorreu em 2016, devido à acusação pelo crime de responsabilidade, através de “pedaladas fiscais” ao ter se valido da suplementação de créditos sem autorização legislativa.

O processo iniciou no dia 02 de dezembro de 2015 com a aceitação do pedido de processo de impeachment pelo presidente da Câmara dos deputados Eduardo Cunha¹² no dia 17 de abril. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório da Comissão especial com 367 votos favoráveis e 137 contrários. Em sequência, no dia 12 de maio, o Senado aprovou por 55 votos a 22 afastando a Dilma da presidência até que o processo fosse concluído. O processo deu-se por encerrado no dia 31 de agosto de 2016¹³.

De acordo com coluna do site jornalístico El País Brasil (2016)¹⁴, o artifício utilizado como acusação foi utilizada por 16 governadores naquele tempo para fechar as contas em seus estados. Que pelos procedimentos legais poderiam também perder o cargo. É até irônico, conforme o mesmo site jornalístico que 60% dos parlamentares que a julgaram são acusados de crimes que vão desde falsidade ideológica até abuso de poder econômico. Assim reconhecemos

¹² Então, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 19 de dezembro de 2017.

¹³ Os dados e datas da votação, resumidos aqui foram retirados de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Dilma_Rousseff. Acesso em 12.02.2021.

¹⁴Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Acesso em 12.02.2021.

que houve uma articulação muito bem organizada pela derrubada da presidenta Dilma, liderado pelo próprio vice-presidente Michel Temer.

Na câmara dos deputados o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), um dos políticos mais influentes e poderosos na linha de hierarquia administrativa defendia a ferro. Segundo a mesma matéria do El País (2016), havia uma rede de articulação e mobilização de entidades e organizações pró impeachment como o Movimento Brasil Livre (MBL), financiado pelo Democratas (DEM), PSDB, Solidariedade (SD), MDB, o Movimento Vem pra Rua criado em 2014 por um grupo de empresários para apoiar a candidatura do senador Aécio Neves (PSDB) à presidência da República, Revoltados Online liderado pelo empresário Marcello Reis que defende a intervenção militar e que tem forte ligação com o então Deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que após a eleição de 2014 começa a articular um projeto de se candidatar à presidência naquele tempo.

Ainda que não seja nosso objeto central de análise aqui, é possível sintetizar que este foi, sem dúvida um acontecimento dos mais vexaminosos da história política democrática do país. Conforme a coluna de opinião pública do site jornalísticos Sul21¹⁵, conceituados jornais pelo mundo afora estamparam e suas manchetes o processo de impeachment como o golpe-jurídico-midiático-parlamentar.

Em uma declaração de Dilma Rousseff sobre o processo de impeachment para o site jornalístico Brasil de Fato¹⁶, no dia 17 de abril do ano de 2019, coincidentemente na mesma data que fez três anos de sua caída do poder, ela denomina como um dos momentos mais infames da história brasileira, uma porta aberta para o desastre. Conforme suas declarações o golpe foi arquitetado pelo Congresso, juntamente com segmentos do Judiciário e do mercado financeiro. O Objetivo dessa trama tinha claras intenções de enquadramento do Brasil na agenda neoliberal. Para tanto, as primeiras ações que levaram adiante o processo do golpe iniciaram a partir do Congresso.

O ano de 2015 foi aquele em que ganhou corpo essa oposição que atuava na base “quanto mais pior, melhor”, e que, insensível para as graves consequências da sua ação para com o povo e o país, inviabilizava a própria realização de novos investimentos privados e públicos, ao impor a instabilidade como norma. Uma crise política desta dimensão paralisou e lançou o país na recessão. (ROUSEFF, 2019, em <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>.)

¹⁵Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/08/a-farsa-do-impeachment-e-o-golpe-contra-a-democracia/>. Acesso em 12.02.2021.

¹⁶Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>. Acesso em 12.02.2021.

2.2.3 A espetacularização da crise um espaço propício para a ascensão da extrema direita.

Não poderíamos caminhar adiante sem tratar daquilo que pode ser considerado como um dos motores propulsores dessa crise brasileira, aquilo que proporcionou a conexão em tempo real, o povo brasileiro de todas as informações seja ela manipulada ou não, porém informações acerca daquilo que interessam. Estamos nos referindo de uma imprensa hegemônica neoliberal cada vez mais ousada pelos avanços dos recursos tecnológicos, a ampliação do acesso à internet e aos recursos e ferramentas tecnológicos digitais para todas as camadas sociais.

Vivemos em tempo em que os políticos, os partidos e os governantes buscam cada vez mais conquistar apoiadores e simpatizantes através da propaganda política na dinâmica de marketing apresentando projetos que visam conquistar através de imagens meramente simbólico. Segundo Letícia de Castro Braga (2019) em sua dissertação *Redes Sociais como novo palco para o espetáculo na política*, o contexto em que vivemos as mídias ocuparam um espaço central, pois no sistema político democrático os cidadãos escolhem seus representantes políticos através da aprovação popular e pelo voto.

Nesse sentido, o que vemos é o crescente investimento na profissionalização de comunicação governamental e das campanhas eleitorais, a fim de obter legitimação junto à opinião pública e, conseqüentemente, os votos necessários à chegada ou à manutenção dos grupos políticos no poder (BRAGA, 2019, p. 38).

A autora ainda reforça que a política com toda sua racionalidade, encontrou na mídia tão espetacular e mercadológica, o ambiente ideal para construir seu discurso. O texto de Braga (2019) se embasa na obra de um autor especialista no assunto Guy Debord (1931-1994) que escreveu sobre a sociedade de consumo a “Sociedade do Espetáculo”, uma sociedade mediada e manipulado por imagens, que a lógica mercantil parece governar a vida social e política. Não seria um equívoco considerar a sociedade contemporânea, uma sociedade de consumo manipulado por espetáculos mercantilistas.

Outro fator que foi sabiamente explorado pela extrema direita através da imprensa e que mexeu na consciência do povo e o que chamamos de guerras culturais.

Conforme o ensaio de Solano (2018), os Estados Unidos foram o palco de tensos debates que mexeram com os valores morais e éticos construídos e estabelecidos na sociedade que se estendeu para outros países através da condição de crises. Debates que pontuavam como: o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e legalização das drogas, tem exaltados os ânimos entre conservadores e progressistas.

Estamos vendo, no Brasil e em outros países, uma expansão das guerras culturais que tomaram os Estados Unidos a partir do final dos anos 1980. A antiga polarização, entre uma direita liberal que defendia a meritocracia baseada na livre iniciativa e uma esquerda que defendiam intervenções políticas para promover a justiça social, passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo entre, de um lado um conservadorismo punitivo, autoritário e antipluralista e, do outro, um progressismo inclusivo. (SOLANO, 2018, p. 9).

Segunda a autora há um claro movimento reacionário por partes dos conservadores que se sentiram ameaçada. Seus sentimentos se fundamentam na retórica do medo e do inimigo e defendem a ideologia construído e amplamente difundido o da família tradicional da ordem, da hierarquia e patriarcal. Esses conservadores repudiam veemente todo os tipos de movimentos e iniciativas apoiados pelos progressistas.

Neste contexto, no Brasil, as pautas dos movimentos que se levantavam continuaram diversificadas, porém a identidade de boa parte da população já se definia com base na anticorrupção e antipetismo. O antipetismo ganhou uma conotação significativa e tem sido utilizado até hoje, com frequência, para desqualificar e atacar as camadas mais pobres da população brasileira que foram diretamente beneficiadas pelos programas sociais, políticas de inclusão e afirmação. Esse ambiente tenso tornou-se um campo fértil e propício para a ascensão de um grupo de extrema direita radicalizada e antidemocrática que se associou aos grupos de pautas neoliberais e conservadores para se fortalecer mais. Oportunamente e estrategicamente, esse grupo se apresentou com alternativa e solução perante as crises.

Diante do que a Esther Solano (2019) chama de vulnerabilidade existencial, aprofundado a partir da explicação do Camaronês Achile Mbembe sobre o sentimento de insegurança permanente gerado principalmente pela expansão e globalização do neoliberalismo que universalizou a condição negra para todos os povos, a autora reforça que o neoliberalismo se estabeleceu como uma espécie de “nova razão do mundo”, atravessando todas as esferas da existência humana para além das econômicas, que vem se agravando cada vez mais pela substituição da democracia por um sistema de fachada que defende cada vez mais interesse das grandes concentrações privadas de capital na dinâmica da corporocracia. A extrema direita em ascensão oferece respostas grandiosas e espetaculares, em muitos casos fora dos fundamentos democráticos, porém aquilo que o povo quer ouvir como salvação da sociedade em situações de crises profundas.

Os autoritarismos populistas e de extrema direita oferecem respostas (simplórias e enganosas, mas respostas), a este desespero ontológico, a esta

sensação de risco e medo global permanente e ao saudosismo conservador. (SOLANO, 2018, p. 8).

A extrema direita construiu a sua popularidade em cima desse sentimento de segurança. A ideia que foi amplamente difundida em consequência da suposta alteração da ordem, a população brasileira, a classe trabalhadora estaria esquecida e desprotegida, e que seriam vítimas dos criminosos que estariam superprotegidos e que por ironia teriam mais direitos que o cidadão de bem. Estrategicamente souberam utilizar todos os fatores para garantir a admiração e principalmente a segurança.

Para o acentuado descrédito do povo brasileiro com a política e principalmente com os políticos, utilizavam os discursos de que a democracia é falha, um sistema caótico onde os corruptos imperam, estimulavam a desconfiança institucional com fortes discursos anti-político e antidemocrático. Esse contexto imposto pela extrema direita foi aceito por boa parte da sociedade ao ponto de optarem por via eleitoral de um governo mais rígido e autoritário. Como consequência uma parcela da população mais exaltados e fanáticos saudavam o tempo do regime militar como uma das soluções possíveis para as crises.

Jair Messias Bolsonaro, figura polêmica, ímpar da eferescente onda neoconservadora e da extrema direita constituiu sua personagem e força política sobre estas retóricas reafirmando sua ideologia, que é considerada uma afronta por muitos defensores e apoiadores das minorias e dos direitos humanos. É opositor carrasco da esquerda progressista e das políticas de inclusão, igualdade e afirmação.

Durante o pleito eleitoral para a eleição de 2018, Bolsonaro, assim como outros candidatos do centro à direita, discursavam que a crise brasileira chegou a esse ponto por culpa do Partido dos Trabalhadores (PT), o antipetismo e anticorrupção foram dois fatores de coesão. Outro discurso bastante utilizado era de que o PT estaria defendendo demais grupos que estariam se apropriando do vitimismo para obter regalias do Estado. E que há um plano de implementação do regime do comunismo no Brasil.

Algumas questões bastante polemicas como a liberação do porte de armas, endurecimento penal punitivista, redução da maioria penal foram amplamente explorados, pois são assuntos que eram frequentemente pautadas pela mídia. E o discurso que atacavam descaradamente movimentos negros, de indígenas, LGBTQI+, sem-terras e outros movimentos das minorias animaram grupos neoliberais e conservadores.

As organizações e movimentos das minorias foi considerado uma afronta, uma grande ameaça aos valores morais da família tradicional, um movimento desnecessário, considerado explicitamente, como inversão de valores.

2.2.4 Movimentos das minorias uma ameaça à alteração da ordem

Quando tratamos de minorias sociais no Brasil estamos nos referindo à aqueles que compõem a camada social da parte de baixo conforme a pirâmide social estabelecida, como sempre marginalizados e subalternizados.

A história da civilização ocidental “branca”, como os indígenas comumente costumam chamar, nos conta como se deu o relacionamento entre os diferentes grupos humanos que compõem a humanidade. As relações sempre apresentaram a preponderância de um povo ou cultura sobre a outra. E com a formação do Estado moderno e o sistema econômico mundial em torno do capitalismo essa forma de relação social foi oficializados e naturalmente entendidos como processo natural de evolução da humanidade. L.G. Mendes Chaves nos traz essa reflexão no seu ensaio:

De acordo com as características que envolvem o contexto de relações maioria-minoria, infere-se que o fenômeno "minorias" só se tornou possível ao longo da História humana com o aparecimento do Estado. Com efeito, o Estado é constituído de um povo ocupando um território determinado com soberania própria perante outros grupos estatais, os quais pretendem de igual modo o monopólio do poder sobre o seu território e seu povo. (CHAVES, 1970. p. 150).

Porém, as minorias são peças fundamentais da engrenagem que move o sistema capital moderno com suas dinâmicas. Uma classe oprimida e a todo momento utilizados como massa de manobras, pois os principais meios de sobrevivência no contexto atual foram apropriados para esse fim pela maioria que são na verdade uma minoria que compõem a elite.

Diversos projetos em nome do desenvolvimento social e econômico são apresentados, que não os dispensam, pois, o seu apoio é fundamental para legitimar poder e prestígios na estrutura administrativa do Estado. Ocupando cargos nas instituições do Estado implementará facilmente na forma da lei projetos que visam apenas interesses particulares.

As minorias no Brasil são composta pelos pobres das periferias em sua maioria negros e pardos, classe dos operários, trabalhadores que ganham a vida como prestadores de serviços, movimentos sem terras, sem tetos, movimentos LGBTQI+, movimentos feministas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, entre outros que emergem reivindicando seus direitos e seus espaços. Esses movimentos sofrem ataques constantemente de diversas naturezas e são considerados como movimentos rebeldes que impõem significativo risco à alteração social do *status quo*. São vistos como classes de miseráveis que atrapalham o desenvolvimento do país, onerando o Estado com gastos sem retornos para os cofres públicos.

Pelos menos durante o governo do PT, essas minorias tiveram a oportunidades de sonhar um pouco mais com as políticas de inclusão e afirmativa. Pela primeira vez, o pobre podia respirar confiante e ver que políticas efetivas dependem da boa vontade dos políticos que podem fazer valer as lutas pela igualdade e oportunidade justa que desde sempre foi negado. Esse salto em direção ao Brasil mais justo e igualitária foram registradas pela professora Rosana Pinheiro Machado e Lucia Mury Scalco em um artigo de opinião que trata sobre o tema:

As pessoas de grupos de baixa renda desfrutaram pela primeira vez de várias oportunidades, incluindo ofertas de cartões de créditos, a possibilidades de comprar produtos manufaturados e/ou eletrônicos em várias parcelas e o acesso ao sistema bancário de crédito. O fato de que os pobres estavam andando de avião pela primeira vez ou comprando um novo celular foram celebrados com evidências da redução da desigualdade promovidas pelas reformas do Partidos dos Trabalhadores no século XXI. Vale lembrar que o Brasil não apenas resistiu à crise econômica internacional de 2008, mas também atingiu seu pico de crescimento econômico (7,5%) em 2010, reduzindo os impostos sobre produtos manufaturados e incentivando o consumo interno. O Brasil deixou a condição de “país do futuro” e acessou o privilegiado status de um país emergente no sistema internacional. (MACHADO; SCALCO, 4.10.2018, artigo de opinião, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em 12.02.2021).

Pela primeira vez, os pobres podiam respirar aliviados, pois podiam ver os filhos pisarem numa universidade com estudantes. Pela primeira vez o filho do pedreiro, do chacareiro, favelados e o índio podiam ingressar numa universidade, porém, não mais como prestadores de serviços e visitantes, quebrando o tabu da ideologia de que as universidades são espaços privilegiados das classes superiores.

Diante dessa condição desigual não é necessário fazer muito esforço para compreender que há um acentuado conflito de um lado pela sobrevivência e do outro a continuidade ou a manutenção do status de privilégios, de superioridade estabelecido na sociedade que prevalece com alta vitalidade.

Essa situação, nos coloca perante uma reflexão importantíssimo sobre os limites da racionalidade humana considerando que somos membros da mesma espécie dividindo os mesmos espaços. Pois, a capacidade da razão atribuí ao ser humano como o mais avançado das espécies que vive na terra, porém esse divisor comum, mostra o lado obscuro da condição inumana possível. O domínio e opressão tornou-se necessário para manter a sua hegemonia sobre os outros.

2.2.5 Os povos indígenas: resistir ou morrer

Os povos originários incomodaram desde o início da conquista e da colonização da América. Devido às várias formas de resistência que apresentaram diante da imposição dos projetos coloniais ibéricos. Resistiram ao processo de catequização, aculturação e assimilação à sociedade nacional. O objetivo dos colonizadores era escraviza-los e, por conseguinte à integração à sociedade que estava se formando nas colônias. A prioridade do império português era povoar as colônias e precisava mais do que tudo de trabalhadores.

Hoje os povos indígenas também se associaram às minorias sociais, pois sofrem há cinco séculos as consequências da invasão de seu território. “Os brancos” que invadiram sua terra até os dias atuais não os deixam em paz. Apropriaram-se de suas terras e usurparam os bens mais preciosos e submeteram-nas às mais cruéis situações de extermínio realizados na face da Terra. São mais de 522 anos de exploração e colonialidade que vem se atualizando dentro daquilo que chamamos de Estado moderno implementado desde a invasão e colonização da América. A descoberta da América também inaugurou a fundação da modernidade, do Estado/Colonial/Eurocêntrico e a classificação da população mundial na ideia da raça, nacionalidade e até cores.

Os indígenas começaram a incomodar mais a partir do momento que se articularam enquanto movimentos indígenas organizados. A partir da década de 1970 e 1980 começaram a denunciar as violências e violações de direitos humanos praticados há séculos. E esses movimentos foram fundamentais para garantir alguns dispositivos na Constituição promulgados em 1988. Hoje os povos indígenas estão se levantando para exigir o cumprimento e o respeito de seus direitos constitucionais, frequentemente atacados pelos representantes do agronegócio e grandes empreendimentos que estão de olhos na exploração de suas terras tradicionais. Reivindicam também a demarcação dos territórios tradicionais que se arrastam por décadas nos processos judiciais e ninguém faz esforços maiores para cumprir aquilo que está previsto na Constituição, a lei maior do país. Enquanto isso, muitas comunidades indígenas vivem em condições desumanas em acampamentos, nas beiras de rodovias e periferias das grandes cidades. Sofrem ataques de diversas naturezas todos os dias e presenciam a morte de suas crianças vítimas de desnutrição, doenças e fome. E o alarmante índice de suicídios dos jovens que sem muitas perspectivas de vida acabam tirando sua própria vida. E o assassinato de líderes indígenas que nunca dão em nada e está virando uma prática comum e eficiente para acabar com os conflitos entre índios, madeireiro, fazendeiros, entre outros.

São atos truculentos praticados debaixo do nariz das autoridades do Estado, porém, todavia, omitido por eles próprios. Diante das constantes ameaças às suas vidas e retrocessos dos principais direitos constitucionais conquistados ergueram suas bandeiras junto com as minorias sociais. As mobilizações e articulações em defesa de seus interesses era mais do que nunca necessário diante do aumento cada vez maior de parlamentares no poder legislativo representando as maiores corporações, o agronegócio, mineradoras, madeireiras. Os setores do agronegócio e as corporações estão investindo altos para garantir seus representantes até no executivo, pois a câmara dos deputados e as do senado eles já dominam. Bolsonaro foi como um colírio para os olhos de muitos, construiu e fortaleceu o Bolsonarismo, incitando o ódio, o preconceito e o racismo. Apresentou-se como a solução para as crises, resolveria os problemas do a quem doer. Não é à toa que foi chamado pelos seus seguidores de herói da nação e de “Mito”. No calor das campanhas descaradamente proferiu ataques aos negros, quilombolas, indígenas, mulheres, entre outros.

Os fazendeiros, latifundiários, madeireiros e outros setores que viviam em disputas constantes com os indígenas se sentiram agora protegidos e intensificam os ataques que claras intenções de mudar e desestruturar os dispositivos legais conquistados com muitas persistências e lutas no artigo 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Mais do que nunca os indígenas sentiram que devem se fortalecer junto com às minorias, pois os ataques serão cada vez mais intenso e cruéis. Agora o chefe de Estado maior é o principal inimigo dos povos indígenas.

Pierre Clastres (1974, p.3) afirmava que o Estado é necessária e imprescindível para todas as sociedades. E que não é possível imaginar sociedade sem Estado e que o destino final de todas a partir do estado primitivo é a civilização.

Esse pensamento sobre a possível relação indissociável e inevitável das sociedades com Estado nos coloca perante múltiplas reflexões. Diante disso, devemos nos questionar sobre dois assuntos muito relevantes, a quem deve servir e a quem serve o Estado. Pois, quando tratamos de questões indígenas o Estado não os defendem, pelo contrário, parece que foi criado para atender apenas interesses da elite. A realidade e as necessidades da sociedade não indígena necessitam dessa estrutura política administrativa para estabelecer a ordem perante aquilo que eles definem como desenvolvimento e evolução. Porém, os mesmos mecanismos e as características funcionais no meio dos povos indígenas, que por sua vez, possuem outras formas de organização própria, intensificam os conflitos e submetem os índios e suas organizações aos interesses alheios. A experiência com a funcionalidade do Estado e as políticas adotadas e

direcionadas para os povos indígenas somente reforçam o sentimento de guerra declarada. A palavra de ordem a partir deste momento é fortalecer a resistência: resistir ou morrer.

2.2.6 Ciberativismo: novas formas de relações sociais e legitimidade de poder

A eleição de 2014 foi marcada principalmente pela forte influência das mídias associadas às redes sociais que vem ocupando uma nova função de sociabilidade criando um espaço de conexão virtual, trocas de informações em tempo real numa velocidade extraordinária. Esse processo é denominado de ciberativismo, um fenômeno de abrangência mundial que teve forte reflexos no Brasil e foi responsável pela configuração de uma nova maneira de tratar da política e de outros assuntos considerados importantes pela sociedade.

De acordo com as contribuições do ensaio de Jonas Modesto de Abreu, Danielle Pereira Mello, Larissa Alvarenga Silva (2017), sobre as redes sociais e comportamento político violento no Brasil constatamos que o fenômeno ciberativismo compreende sobre ações ao mesmo tempo reações da sociedade através das novas mídias que tem por objetivo mobilizar pessoas sobre temas de natureza políticos, culturais, religiosos e socioambientais numa velocidade muito rápida.

Conforme Carolina Frazon Terra (2009), a sociedade está vivendo em um cenário em que as pessoas se articulam em redes de comunicações virtuais que favorecem a produção e reprodução de ideias, posicionamentos, argumentos, valores e comportamentos. Ela ainda contribui na compreensão do conceito de redes que deriva das redes sociais que significa laços que as pessoas estabelecem entre si na busca de uma relação de proximidades e pertencimento com ideias e opiniões em comum.

De acordo com a Leticia de Castro Braga (2019) outra importante pesquisadora sobre o assunto, o ciberespaço, as redes sociais são novas formas de aproximação, comunicação, entretenimento de forma virtual. Uma nova forma de conexão, porém perigoso capaz de provocar efeitos extremos e definitivos, sejam eles benéficos ou devastadoras.

Tratar desse fenômeno é fundamental para compreender a velocidade, a facilidade e a espontaneidade de reunir diferentes segmentos da sociedade para participar dos debates. As pautas variavam a partir de determinados momentos decorrentes de manipulações que tinham por objetivos provocar e envolver o maior número possível de pessoas. É bastante relevante tratar desse processo amplamente difundido, pois, assume a sua eficácia como ferramenta que tem a facilidade de adentrar na vida das pessoas, nos trabalhos, nas residências, interferindo na

compreensão e posicionamento sobre alguns temas pontuais que incomoda o cotidiano das pessoas.

De acordo com o ensaio de Ronaldo de Almeida (2019) sobre Bolsonaro Presidente, conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira, as redes sociais como o *Facebook*, *Twitter* e principalmente a plataforma digital *Watsapp* foram os principais instrumentos tecnológicos utilizados nesse processo.

Merecem destaque nessa arena de interação política os efeitos crescentes da plataforma digital *Watsapp*, por meio da qual circulam informações, fakesnews e memes em múltiplos grupos fechados que se sobrepõem às pequenas redes sociais: núcleos familiares, família extensa, grupos de trabalhos, de amigos, de comunidades religiosas ou temporários com propósitos pontuais etc. Em resumo, o *Watsapp* favorece uma interatividade mais instantânea, próxima e circunscrita. (ALMEIDA, 2019, p. 190).

O acesso aos recursos tecnológicos, paralelamente à ampliação do acesso à internet a todas as camadas sociais, proporcionou a classe dominante um espaço propício para estabelecer novas formas de relações de poder e domínio configurado aos moldes de seus interesses. O estreitamento das relações entre a comunicação e a política tem sido fundamental na manutenção e legitimidade do poder. Confirmada nesse trecho da dissertação pela Letícia de Castro Braga.

O campo de interseção entre a Comunicação e a Política torna-se cada vez mais amplo e complexo à medida que a própria comunicação e a própria política apropriam-se cada um à sua maneira, dos avanços tecnológicos que, por sua vez, permitem a manutenção do poder. (BRAGA, 2019, p. 20).

Com isso, os conflitos, a polarização partidária tomou formas e espaços virtuais inserindo com toda força a violência, o desrespeito, o discurso de ódio para desqualificar e desmoralizar adversários políticos, “na verdade, o instrumento tecnológico foi usado preferencialmente para deslegitimar adversários, aumentando-lhes a rejeição” (ALMEIDA, 2019, p. 190).

Emerge com força a campanha política midiática do espetáculo de encenação protagonizado por políticos que se apresentam como éticos, moralista, conservador e com discursos expressivos de anticorrupção. Durante a campanha eleitoral, as redes sociais eram nutridas de muitas informações que circulavam a todo momento com informações verdadeira e falsas sempre manipuladas, conhecido comumente no espaço midiático ou virtual como “*Fake News*”.

Esse fenômeno impulsionou a consolidação da campanha permanente, a personalização e espetacularização na política. Essa postura foi assumida pela maioria dos políticos que tinha como objetivo criar mecanismos e espaços cada vez mais favoráveis para influenciar opinião pública e dirigi-las de acordo com seus interesses.

Um dos autores que a Letícia de Castro recorreu e que muito tem a contribuir com a nossa reflexão sobre esse assunto foi o francês Guy Debord (1931-1994), com a sua obra “Sociedade do Espetáculo” que trata de uma sociedade mediada por imagens, por propagandas espetaculares veiculadas com intuito de influenciar e manipular a vida social e política em torno do capital. Conforme o autor a sociedade do espetáculo é resultado da culminação do processo de alienação em que o indivíduo não compreende o próprio valor, espaço-tempo e desejos.

Essa nova postura de fazer políticas, cada vez mais, influenciado e manipulado pelos interesses das grandes corporações, setores do agronegócio e industriais, através dos seus representantes políticos, conseguiram desviar do foco de debate os principais problemas que deveriam ser tratados como prioridade para sair da crise.

Eis aí o paradoxo: uma democracia que funciona na aparência, mas cada vez mais esvaziada de conteúdos e sentido. A democracia vai sendo substituído, pela *corporocracia*. As grandes decisões não são tomadas pelo “demos”, pelo “poder popular” e sim pelas grandes concentrações privadas de capital, que pensam a democracia como um instrumento para atingir maiores níveis de intervenção política de lucro. (SOLANO, 2018, p. 7)

Esse processo colocou em evidência alguns personagens como o próprio Jair Messias Bolsonaro que se apropriou efetivamente dessa ferramenta e soube levar adiante arrastando milhões de seguidores que se identificaram com essa nova forma de fazer política. Descobriram a eficácia dessa ferramenta e souberam utilizar em seu favor. Antes, durante e após a campanha eleitoral essas ferramentas serviram de espaço e meios efetivos para manterem conexões diretos com seus apoiadores e simpatizantes em tempo real. Essa forma de fazer campanha de forma instantânea pelas mídias digitais superou as expectativas das mídias tradicionais mais utilizados ainda por muitos políticos e partidos tradicionais.

As mídias tradicionais que até então eram consideradas eficientes, pela acessibilidade e por alcançar maior quantidade possível da sociedade que assistiam e acompanhavam o processo em desdobramento e dos escândalos de corrupção através de reportagens espetaculares com claras intenções de mobilizar, comover e promover a condenação pública televisionado. Entra em cena a justiça midiática televisionada, o povo cada vez mais informado, porém manipuladas.

As mídias tradicionais ficaram em desvantagens frente as redes sociais, por não disponibilizar mecanismos de interação e conexões de forma instantâneo. Em vez disso, as

redes sociais conectavam e aproximavam cada vez mais pessoas com ideologias e posicionamentos em comum.

Candidatos ¹⁷	Coligação	Tempo de TV horário eleitoral diário	Posição primeiro turno
Geraldo Alckmin Ana Amélia Lemos	PSDB – DEM – PP – PR – PSD – SD – PRB – PTB – PPS	5 min e 32 segundos 434 inserções de 30 segundos no primeiro turno	4º
Fernando Haddad Manuela D'ávila	PT – PCdoB – PCO – PROS	2 min e 23 segundos 189 inserções de 30 segundos no primeiro turno	2º
Henrique Meireles Germano Rigotto	MDB – PHS	1 min e 55 51 inserções de 30 segundos no primeiro turno	7º
Álvaro Dias Paulo Rabello	PODEMOS – PCS – PRP	40 segundos 53 inserções de 30 segundos no primeiro turno	9º
Ciro Gomes Katia Abreu	PDT – AVANTE	38 segundos 51 inserções de 30 segundos no primeiro turno	3º
Marina Silva Eduardo Jorge	REDE - PV	21 segundos 29 inserções de 30 segundos no primeiro turno	8º
Guilherme Boulos Sonia Guajajara	PSOL	13 segundos 17 inserções de 30 segundos no primeiro turno	10º
Jair Messias Bolsonaro Hamilton Mourão	PSL - PRTB	8 segundos 11 inserções de 30 segundos no primeiro turno	1º
Cabo Daciolo Sulene Balduino	PATRIOTA	8 segundos 11 inserções de 30 segundos no primeiro turno	6º
José Maria Eymael Elvio Costa	DC	8 segundos 11 inserções de 30 segundos no primeiro turno	12º
Vera Lucia Hertz Dias	PSTU	5 segundos 7 inserções de 30 segundos no primeiro turno	11º
João Goulart Filho Leo Alves	PPL	5 segundos 7 inserções de 30 segundos no primeiro turno	13º
João Amoedo Christian Lohbauer	NOVO	5 segundos 7 inserções de 30 segundos no primeiro turno	5º

Quadro 1. As chapas presidenciais e o tempo de TV. Quadro elaborado a partir dos dados do portal Superior Tribunal Eleitoral <https://www.tse.jus.br/>

O quadro 1 apresenta o resultado do tempo de TV de cada chapa que concorreu a eleição, podemos concluir que sem as redes sociais alguns candidatos como Jair Bolsonaro e João Amoedo jamais conseguiriam as posições que conquistaram. De outra sorte, coligações grandes como a qual disputaram Geraldo Alckmin e Henrique Meireles tiveram um resultado vexaminoso.

Este capítulo nos apresenta uma parte muito importante do processo em desdobramento que se apresenta com roupagem política e econômica no Brasil, porém, está causando um grande alvoroço e impondo situações extremas principalmente às camadas menos favorecidas.

¹⁷ Alguns nomes aparecem conforme a divulgação da chapa, não sendo o nome completo dos candidatos.

Todas as iniciativas e manobras realizadas no campo político e econômico tem por objetivo a implementação de políticas de agendas neoliberais. Tudo isso causou uma grande recessão ou mal-estar brasileiro. Com essa investigação pretende-se analisar como esse processo atingiu e repercutiu no meio indígena, especialmente entre os Guarani e Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul. Pois, as condições em que vivem os indígenas no estado se agravaram com os ataques cada vez mais violentos depois da eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro. O próximo capítulo traz inúmeras reflexões a partir das pesquisas e entrevistas com os indígenas Guarani de Pirajuí e que nos ajudarão a entender melhor as crises e o futuro dos povos indígenas e de toda a humanidade.

3. MATO GROSSO DO SUL: O AGRONEGÓCIO E COLONIALISMO INTERNO

Nesta parte do texto o objetivo será o de analisar as diversas situações de riscos que vem agravando as condições extremas sofridas pelos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Quando nos referimos aos Guarani e Kaiowá é muito importante compreender que são duas etnias que possuem características muito semelhantes, porém as peculiaridades e especificidades que determinam a identidade de cada etnia. Ambos fazem parte da grande nação Guarani.

Hoje em dia a utilização do termo Guarani/Kaiowá já é mais comum devido aos casamentos que está unindo cada vez mais as duas etnias também como reflexo do contato que as duas etnias passaram a ter com a criação das Reservas e a diminuição de seus territórios tradicionais. Isso forçou que as etnias passassem a conviver.

Ainda assim, durante minhas pesquisas, nas conversas que fiz na reserva indígena de Pirajuí, com meus interlocutores, que em geral tem mais de 40 anos, estes apresentam resistência para reconhecer os Kaiowá que passaram a conviver há menos tempo na reserva, neste contexto, portanto, apresentam a reserva Pirajuí como se fosse exclusivamente Guarani.

De outra sorte, a geração atual, resultado do processo de convívio entre Guarani e Kaiowá se autodeclarem Guarani/Kaiowá. A utilização do termo também está associada às questões políticas perante o contexto que vivenciam, pois, as lutas se definem e se aplicam de igual modo às duas etnias. A luta pela sobrevivência, pela demarcação das terras tradicionais e contra as violências praticadas a mando dos agroindustriais que são amplamente apoiadas pela classe política do estado de Mato Grosso de Sul. O aumento significativo de ataques a integridade física das comunidades, o aumento de homicídio de indígenas através de organizações paramilitares financiadas cada vez mais pelo agronegócio fortaleceu a necessidade de organizar e articular os Kaiowá e Guarani pela defesa da sobrevivência.

Conforme o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil publicado no ano de 2018 e 2019 pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o estado de Mato Grosso do Sul lidera o ranking juntamente com o estado de Roraima, como os mais violentos e onde mais homicídio de indígenas ocorrem por consequência de conflitos que envolvem disputas de terras entre índios e fazendeiros. Por possuir a segunda posição de maior contingente populacional de indígena do Brasil, o estado de MS também protagoniza os piores conflitos

entre fazendeiros e indígenas que no ano de 2019, segundo dados do Relatório do CIMI, registrou a marca de 40 indígenas assassinados.

As condições de calamidade em que vivem os Kaiowá e Guarani mostram a indiligência do Estado com as questões indígenas. No Mato Grosso do Sul há uma crescente força articulada com intuito claro de legitimar na forma da lei ações que visam efetivamente exterminar os Kaiowá e Guarani, negando os seus direitos fundamentais previstos na legislação brasileira. Enquanto isso, os ataques ordenados especialmente para matar índios se intensificam a luz do dia e como se diz no ditado popular “debaixo do nariz” das autoridades governamentais.

Esse conflito que parece não haver fim no Estado de Mato Grosso do Sul evidencia que ainda há uma relação característica de um Estado Colonialista com os Kaiowá e Guarani na dinâmica do colonialismo interno.

Essa perspectiva ou categoria de análise utilizado pelo Cavalcante (2013) que recorreu a reflexão do sociólogo mexicano Pablo González Casanova (2006) sobre o conceito de colonialismo interno, no qual as relações coloniais dominantes com as minorias e com as etnias colonizadas se mantêm e se reproduzem permanentemente mesmo após o fim da colonização ibérica. O Estado por sua vez demonstra má vontade em solucionar esse problema, pois não há até o presente momento políticas públicas efetivas que trata diretamente dessa questão que se arrasta por décadas paralisadas nas burocracias jurídicas. Essa situação é sustentada na afirmação de Cavalcante (2013):

Primeiramente o Estado participou ativamente do processo de esbulho do território guarani e kaiowá e hoje se nega de maneira contumaz a agir de modo a efetivar os direitos territoriais indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988. (CAVALCANTE, 2013, p. 27).

O Estado é o principal responsável pelo processo denominado por Cavalcante (2013), de esbulho territorial dos Kaiowá e Guarani, não fez e não faz o mínimo esforço para a reparação dos danos causados aos indígenas. Em vez disso, segue com projeto de integração disfarçada de promover a autonomia aos indígenas.

Se omite perante todas as truculências praticados a serviços e interesses do agronegócio que praticamente dita as regras no estado de Mato Grosso do Sul. E quando tratamos de questões que envolve interesses das minorias, como dos povos indígenas, o Brasil mostra de fato as caras, onde há ainda o predomínio do colonialismo dentro de suas fronteiras políticas favorecendo explicitamente interesses das classes dominantes.

Os direitos dos povos indígenas que trata sobre o reconhecimento, a demarcação e a proteção de seus territórios ficaram assegurados apenas no papel, enquanto o seu cumprimento

fica cada vez mais distantes devido às pressões e mobilizações constantes de representantes e de organizações ligadas ao agronegócio e que efetivamente fazem parte da política estatal do contrário dos povos indígenas.

E interessante destacar também a estruturação da conjuntura política que compõem os poderes do legislativo e o executivo no Estado de Mato Grosso do Sul, majoritariamente formada por representantes dos ruralistas que influenciam decisões até no Judiciário, que por sua vez, vem demonstrando parcialidade em suas decisões favorecendo os grandes latifundiários.

Um exemplo do que estamos falando aconteceu no ano de 2010, quando o Ministério Público Federal solicitou a transferência do júri do assassinato da liderança indígena Marcos Veron. Naquele caso o MPF alegou que não havia imparcialidade suficiente no estado para que se realizasse o julgamento.

No estado de MS se levanta uma rede de articulação cada vez mais organizada que integram os Sindicatos de Produtores Rurais de todos os municípios, liderada pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), que é a principal entidade responsável pelas organizações e articulações que defende interesse do agronegócio no estado. Nessa organização também se associam prefeitos, vereadores e empresários ligado ao setor. E os veículos de comunicações e sites jornalísticos são financiados especialmente para manipular e comover a opinião pública em favor dos fazendeiros.

Sintomático lembrar nesse caso do que ocorreu em Caarapó no ano de 2013. Após o fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves ter assumido a autoria do assassinato do jovem Denílson Barbosa de 15 anos, e ter sido preso, os cidadãos de Caarapó - apoiados pelo sindicato rural e comercial da cidade - resolveram fechar o comércio e fazer um ato de apoio ao fazendeiro preso.

Conforme as informações retiradas do site “De Olho nos Ruralistas”, publicado no dia 22 de março do ano de 2019, um ano após a eleição de 2018, o Estado de Mato Grosso do Sul obteve um número significativo de deputados e senadores eleitos que compõem a nova Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), são eles: Beto Pereira (PSDB-MS), Bia Cavassa (PSDB-MS) suplente de Tereza Cristina, Dr. Luiz Ovando (PSL-MS), Fábio Trad (PSD-MS), Loester Trutis (PSL-MS), Rose Modesto (PSDB-MS). Importante observar que o estado de MS tem oito cadeiras na câmara federal, portanto seis delas ocupadas por representantes do Agronegócio. Entre os Senadores, Nelsinho Trad (PSD-MS), Soraya Thronicke (PSL-MS). Ainda a deputada

federal licenciada Tereza Cristina (DEM) que ocupa desde 2019 a função de Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹⁸.

Não obstante, o rompimento político do ex-ministro Luis Henrique Mandetta com o governo atual, cabe lembrar que enquanto Deputado Federal sua atuação sempre esteve ligada as bases do agronegócio. Um exemplo da sua postura foram suas declarações quando do assassinato de Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos de idade, durante conflitos entre indígenas e fazendeiros no município de Antônio João. Conforme informações do jornal Midiamax, publicado no dia 09 de setembro de 2015, o deputado federal estava presente e acompanhando o conflito e em trecho de sua declaração afirma que o indígena foi assassinado antes dos conflitos. Demonstrando assim o seu posicionamento favorável aos produtores rurais que acabaram de matar mais um Guarani Kaiowá que defendia seu povo e seu território tradicional.

Perante da inoperância do Estado, as organizações do agronegócio e pecuarista do MS, estão agindo por conta própria e tentando fazer justiça com as próprias mãos como nos velhos tempos da colonização. Diversas iniciativas têm sido organizadas para engajar setores ligados ao agro e promover a criação de grupos armados em nome da segurança das propriedades privadas ou defesa dos fazendeiros de supostas invasões de indígenas.

Figura 11: Ruralistas no “Leilão da Resistência”



Fonte. Site De olho nos Ruralistas <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/02/no-ms-protagonistas-do-leilao-da-resistencia-procuram-se-manter-no-poder/>

¹⁸ Fonte disponível no site: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/> Acessado em 26/07/2021.

Maiores exemplos do que estamos apontando é o que ocorreu no ano de 2013, na capital do estado de MS, Campo Grande, em que foi organizado pela Acrissul (Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul), um evento contando com a presença dos fazendeiros e setores ligados a eles, e especialmente líderes políticos renomados que compõem a bancada ruralistas como o atual governador do Estado Reinaldo Azambuja (PSDB), na época Senador Waldemir Moka (MDB), a atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a deputada federal Tereza Cristina (DEM), Luis Henrique Mandetta (DEM), os deputados estaduais Mara Caseiro na época do (PTdoB) e hoje (PSDB), Márcio Monteiro (PSDB) e Zé Teixeira (DEM), com o objetivo de arrecadar dinheiro para a contratação de segurança armada, para impedir que os indígenas prossigam com as retomadas de terras no Estado. Esse evento foi chamado de “Leilão da Resistência”.

Ainda que o referido “Leilão da Resistência” não tenha ocorrido, por força judicial, os objetivos dos ruralistas se mantêm, hoje são os mesmos que fazem lobby por uma maior flexibilização das armas de fogo. Nesse sentido, estes setores têm sido atendidos, pois essa é uma das maiores bandeiras do Governo Bolsonaro que já apareceu desde sua campanha para presidente.

As ameaças e ataques não ocorrem somente aos indígenas, mas aos seus apoiadores como ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), aos antropólogos que fazem estudos para identificar se a terra em questão é ou não terra tradicional indígena. Conforme a matéria publicada no dia 25/11/2013, pelo site jornalístico Midiamax, o então governador André Puccinelli na sua declaração durante audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, fez uma acusação de que o CIMI seria o principal responsável por incitar indígenas a invadirem propriedades dos fazendeiros no Estado, além de promover as invasões estariam financiando. (Matéria disponível no site: <https://midiamax.uol.com.br/politica/2013/apos-ataque-de-puccinelli-ao-cimi-igreja-cobra-solucao-pacifica-para-conflitos-indigenas>)

Outra tentativa de criminalizar líderes indígenas e o CIMI, foi a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul e liderado especialmente pela bancada ruralista com o intuito de investigar possíveis participações da entidade nas inúmeras “invasões de fazendas” realizados pelos indígenas no Estado. O CIMI estaria incitando, financiando e orientando os indígenas com táticas de guerrilhas, inclusive, para resistir as decisões ou mandatos de reintegração de posse e também atacar os policiais.

Os fatos determinantes que motivaram a instalação da CPI foram as suspeitas de atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas no Mato Grosso do Sul. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016, p. 06).¹⁹

Essa CPI foi majoritariamente liderada pela bancada ruralista do Estado de MS, a começar pela presidente Deputada Mara Caseiro (PSDB), vice-presidente Deputado Marquinhos Trad (PSD), relator Deputado Paulo Corrêa (PR), Deputado Onevan de Matos (PSDB) e o Deputado Pedro Kemp (PT), único parlamentar que tem mostrado imparcialidade quando se trata de conflitos de terras entre índios e fazendeiros e que tem se posicionado favorável as questões das minorias.

É interessante analisar uma parte do Relatório Final da CPI do CIMI publicado em 2016 pela Assembleia Legislativa do Estado de MS:

Verifica-se, então, uma situação dicotômica. De um lado os indígenas crendo ser viável e possível a demarcação de territórios supostamente tradicionais. De outro, produtores rurais que não se conformam com o processo expropriatório de suas áreas, tendo em vista que são detentores de justo e legítimo título de suas propriedades, há muito, muitíssimo tempo. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016, p. 14).

Neste trecho do Relatório, o texto nos apresenta duas situações diferentes. Pois, dá a entender que os mais injustiçados são os fazendeiros, pois, o texto defende que os proprietários rurais são detentores de título de propriedade “justo e legítimo há muito tempo”. Enquanto os indígenas reivindicam a demarcação de “suposto” terras tradicionais. Conforme o Relatório, o desdobramento do processo jurídico sobre as disputas de terras no estado de MS é sempre desfavorável para os proprietários rurais.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em nota esclarece que a Assembleia Legislativa extrapolou as suas competências criando a CPI que tinha objetivo de viés político-ideológico, perseguição, criminalizar e causar danos morais a instituição que sempre demonstrou apoio com as causas dos povos indígenas. Foram oito meses de ataques na tentativa de enfraquecer e intimidar os aliados das causas indígenas²⁰.

É importante destacar também que tanto no campo político, quanto no jurídico as organizações que defende o agronegócio estão se fortalecendo. Uma figura que tem mostrado essa força a nível do estado de MS, e nacional, pela postura firme em defesa dos interesses do

¹⁹ Disponível no site: <https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/CPI/ANEXOS>

²⁰ Sobre isso ver “Nota do Cimi: Justiça Federal anula CPI do Cimi no Mato Grosso do Sul” Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/05/nota-do-cimi-justica-federal-anula-cpi-do-cimi-no-mato-grosso-do-sul/> Acesso em 12.10.2021.

agronegócio e dos fazendeiros é a advogada Luana Ruiz Silva Figueiredo. A advogada é publicamente contra as demarcações das terras indígenas e também vem fazendo sérias acusações contra o CIMI, FUNAI e os antropólogos, que segundo ela incitam e apoiam as “invasões das propriedades privadas”. Além do mais, em suas declarações vem dizendo que o próprio Ministério Público Federal juntamente com FUNAI, CIMI e antropólogos estão engajados e favorecendo as retomadas indígenas. Pela sua projeção e influencia a Luana, agora no governo Bolsonaro, ocupa a função de Secretária Adjunta de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura.

No período que antecedeu a pré-campanha eleitoral do ano de 2018, as visitas do então candidato à presidência da república Jair Messias Bolsonaro ao estado de Mato Grosso do Sul aumentou o sentimento de medo e de risco para os Guarani e Kaiowá, pois o próprio deputado já anunciava que se chegar a ocupar a presidência da república “não iria demarcar nenhum centímetro de terras para indígenas e quilombolas”²¹. Esse discurso consolidou o sentimento de proteção e justiça para os produtores rurais que esperavam decisões e posicionamentos favoráveis principalmente de autoridades políticas como do presidente da república.

Enquanto isso, os Guarani e Kaiowá que vivem na pele os mais dramáticos conflitos geralmente em acampamentos debaixo de barracas de lonas e em algumas situações à beira das rodovias do estado, vem a esperança de ter suas terras demarcadas cada vez mais distantes. Pois, a ascensão de Bolsonaro à presidência significava mais derramamento de sangue e a impossibilidade do andamento dos processos judiciais que trata especialmente das demarcações das terras reivindicadas pelos indígenas.

O discurso de Bolsonaro reascendeu com toda força o movimento em defesa do agronegócio. Houve uma mobilização para comover a opinião pública em favor dos produtores rurais, principalmente nos maiores centros urbanos e pelas regiões por onde estão instalados os setores agroindustriais. Esses movimentos tinham duas finalidades: (i) para diminuir ainda mais a imagem dos indígenas e as condições em que se encontram; (ii) para engajar mais pessoas em defesa dos produtores rurais e ao mesmo tempo garantir apoio para eleger Bolsonaro à presidência da república.

Evidenciamos que em três anos de mandato o, agora presidente Jair Bolsonaro, cumpriu com sua promessa, pois desde a Constituição de 1988, foi o único presidente a não demarcar “nem um centímetro” de Terra Indígena.

²¹ Fonte: <http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/> Acesso em 12.10.2021

O estado de Mato Grosso do Sul é uma região onde imperam interesses das grandes corporações nacionais e internacionais. A região vem se destacando cada vez mais pelas exportações de Commodities agrícolas e minerais. Por isso, as demarcações reivindicadas pelos indígenas se apresentam como se fossem uma grande interrupção dos avanços econômicos. Diante disso, os latifundiários ampliam também a guerra nas dimensões políticas, ideológicas, discursivas, jurídica e econômica, tudo em defesa do desenvolvimento econômico e social e em defesa da propriedade privada. O discurso sempre defende que o agronegócio contribui no desenvolvimento econômico, geração de renda e emprego. Contudo, por fim, basta reforçar que esse movimento ruralista não se iniciou no Governo Bolsonaro.

Marcos Leandro Mondardo (2012) em sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Fluminense, trata sobre esse território de guerra permanente no estado de Mato Grosso do Sul. Conforme as análises que o autor realizou o problema está longe de ser solucionado.

Em sua obra afirma que a raiz do conflito iniciou no final do século XIX, com o avanço da colonização impulsionado pelos projetos de expansão e delimitação dos limites territoriais apoiado pelo próprio Estado brasileiro. Com o apoio das autoridades governamentais emitindo decretos respaldando legalmente, as primeiras frentes de ocupação e expansão econômica avançaram sobre os territórios indígenas.

Mondardo (2012), se apropria de dois conceitos a desterritorialização e reterritorialização, para tratar do processo pela qual foram submetidas os Guarani e Kaiowá há pelo menos cem anos. A começar pela colonização, exploração das primeiras frentes econômicas, a modernização da agricultura com a difusão do agronegócio e pecuária. A desterritorialização trouxe como consequência a expropriação e exploração de seus territórios tradicionais, da força produtiva e a precarização de seus modos de vidas tradicionais. (MONDARDO, 2012. p. 769). E o processo de reterritorialização que iniciou no século XX com o confinamento dos indígenas em espaço delimitado para assentar diversas famílias extensas, que viviam dispersos pelo amplo território Guarani, para abrir caminhos aos avanços dos projetos de empreendimentos econômicos.

Dessa forma, o conflito pela terra no estado de MS assume competência e característica do campo da biopolítica e biopoder²², no qual a defesa da propriedade privada e tanto da demarcação dos territórios tradicionais são considerados vitais para os dois lados.

²² Estes conceitos foram elaborados pelo filósofo Michel Foucault, para este autor, A Biopolítica da forma como as estratégias do viver, a partir dos mecanismos biológicos passam a fazer parte das estratégias políticas, como: higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, longevidade. Desta forma, o objeto da biopolítica é atuar sobre a

Essa conflitualidade acaba reforçando as duas formas de lutas: do território de dominação/hegemônica e o território de resistência. De um lado a luta é pela manutenção do poder e privilégio, e da outra parte, pelo reconhecimento e garantia do espaço e efetivação dos direitos vigente na legislação brasileira.

Nos dias de hoje o grande território tradicional Guarani e Kaiowá, o Guarani Retã, está se convertendo em território do agronegócio, um território dominado pelos interesses neoliberais e do capitalismo mundial.

Nessa condição prevalece o que Bernardo Mançano Fernandes (2005), afirma em sua obra em que as políticas neoliberais sempre vão se sobrepor sobre outros territórios na tentativa de consolidar o território do capitalismo de dominação.

Conforme o autor as políticas neoliberais e seus ajustes estruturais minimizaram o Estado, mas maximizaram o capitalismo principalmente na tomada de decisões que sempre favorecem interesse de seu desenvolvimento.

O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. (FERNANDES, 2005, p. 12).

Essa condição é bastante perigosa, pois coloca em risco a soberania do país. A autonomia e governabilidade do Estado ficou nas mãos das grandes corporações. O Estado é instrumento facilitador para a implementação e manutenção do poder da elite. Com isso, a omissão perante as ações criminosas e truculentas praticadas principalmente com os povos indígenas se justifica como necessária, pois, os desenvolvimentos dos projetos neoliberais e capitalistas se apresentam como indispensáveis e impõem novas formas de relações e organizações adaptada conforme seu desdobramento. A democracia está sendo consumida pela corporocracia.

3.1 As crises e os riscos: a partir da percepção dos Guarani da Reserva Pirajuí

Nesta parte do trabalho apresenta-se os resultados da pesquisa de campo que foi realizada em forma de entrevistas na Reserva de Pirajuí localizado no município de Paranhos,

dinâmica da população, seu corpo, sua saúde, suas ideias, sua subjetividade, sua vida. Já o Biopoder, seria a forma como essas tecnologias exercem suas forças na forma de governar a vida, por exemplo, as intervenções do poder político na saúde da população.

estado de Mato Grosso do Sul. É importante destacar desde o início que o método utilizado para desenvolver a pesquisa especialmente no meio indígena exigiu muita paciência e responsabilidade por envolvem questões bastante delicadas. Os vários segmentos que compõem a comunidade possuem diferentes sentimentos e entendimentos e o pesquisador deve saber interagir e se comunicar no meio das compreensões e opiniões.

Na comunidade de Pirajuí, durante a realização do trabalho de campo o contexto e o ambiente nem sempre foram adequadas ou favoráveis. Houve situações em que os interlocutores não foram encontrados, não estavam à vontade o suficiente para conversar, tinham visitas, e outras situações que exigia mudanças de planos.

Outros fatores que são fundamentais considerar são a sabedoria para ouvir e analisar perspectivas da cosmologia indígenas e, ao mesmo tempo, explicações a partir da percepção indígena do mundo ocidental, e como os conhecem e a compreendem. O trabalho de campo em forma de entrevista torna-se mais vantajoso quando o interlocutor sente confiança e segurança para assim, de forma espontânea, manifestar o seu conhecimento e experiência ao pesquisador. Durante a realização da pesquisa percebi que os mais velhos da comunidade dificilmente contam aquilo que sabem para um desconhecido ou para alguém que não possuem intimidade e confiança.

O objetivo principal do trabalho de campo é coletar informações acerca das compreensões e posicionamento perante as ameaças que se levantam e impõem permanente estado de riscos a partir de Pirajuí.

A Reserva Pirajuí é um dos oitos espaços demarcados e destinados desde os tempos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), entre 1915 e 1928, para aglomerar indígenas que viviam dispersos pelo amplo território Guarani e Kaiowá. Hoje na Pirajuí dividem espaços indígenas que viviam em diferentes *Tekoha*, localizada pelo amplo território que hoje compreende o município de Paranhos.

O município de Paranhos está situado no extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo fronteira com o país vizinho Paraguai, distante há 465 km da Capital do Estado Campo-Grande, MS. Sua população é aproximadamente de 12.350 pessoas segundo pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) de 2010. O município também comporta 6 comunidades indígenas das etnias Guarani e Kaiowá Na reserva Pirajuí e nos Tekoha, Potrero

Guaçú, Paraguassú, Sete Cerro, Arroio Corá, além do acampamento Ypo'i. O município tem 4.404 indígenas, também dados de 2010 (BARBEIRO, 2020)²³.

Os interlocutores foram escolhidos conforme a sua projeção e contribuição nos diferentes setores em que pertence ou atua. Em sua maioria são adultos que possuem idades acima de 40 anos, casados e com filhos.

Conforme relato do primeiro interlocutor o senhor Venido Vera, 56 anos, etnia Guarani, que nasceu e viveu no Tekoha Ypo'i, situado aproximadamente 40 km da cidade de Paranhos, os fazendeiros ameaçavam constantemente as famílias que sempre viveram em Ypo'i para que abandonassem este tekohas e se deslocassem para a Reserva Pirajuí. A Reserva já comportava algumas famílias que sempre viveram ali e desde a sua demarcação cada vez mais chegavam indígenas que eram expulsos pelos fazendeiros de suas terras tradicionais.

Nessa parte destaco o relato do professor Adriano Morales, 67 anos, sobre a participação dos missionários da Missão Evangélica Unida, comumente chamada de Missão Alemã, que estava desde o final da década de 1960 realizando trabalho de evangelização nessa região. O professor Adriano Morales foi o primeiro indígena que começou o trabalho na parte da educação escolar na comunidade Pirajuí auxiliando a missionária e professora Ursula Bender, de nacionalidade alemã, atuando apenas como voluntário no início sendo contratado como professor já na década de 1990.

O professor afirma que por diversas vezes acompanhou os missionários em visitas pelas comunidades de Ranho Kapi'i (que hoje compreende a aldeia Potrero Guaçu) e Ypo'i que ano de 2009, foi retomada pelas famílias remanescentes que viviam até então na reserva Pirajuí. As visitas tinham finalidades de evangelização, mas também orientar as famílias para se deslocar na Reserva onde teriam assistência à saúde e educação escolar dos filhos.

O indígena Guarani Selestino Benites, 71 anos, que trabalhou por mais de 25 anos como voluntário atendendo na enfermaria mantida pela Missão Evangélica Unida, localizada próximo a Reserva Pirajuí, relata que atendia muitos enfermos vindos de várias regiões, destacamos que naquele momento a Missão era a única instituição a oferecer assistência médica, não havendo a presença do Estado uma vez que nem Paranhos possuía hospital, somente em Amambai²⁴.

Assim, a farmácia da Missão se tornou como principal ponto de referência dos primeiros socorros e evangelização de indígenas e não indígenas (em sua maioria paraguaios que viviam na região). Conforme meu interlocutor, a Missão Alemã fornecia todos os tipos de remédios

²³ Importante relatar que a população indígena de Paranhos é maior, contudo ainda que desatualizado preferimos utilizar os dados do IBGE para termos o comparativo com a população total do município.

²⁴ Paranhos se emancipou de Amambai em 1987.

desde as necessidades primárias, soro para picadas de animais peçonhentas, até um espaço que servia para internar e acompanhar pacientes que necessitavam de tratamento mais específico. O senhor Selestino também afirma que os familiares dos enfermos procuravam ajuda dos missionários em última instância.

Existia muitas acusações de feitiçarias. Em muitos casos eram doenças que poderiam ser tratadas e curadas. Nossos parentes acreditavam muito nessas coisas. Buscavam primeiro os curandeiros tradicionais, mas os missionários diziam a eles que deveriam deixar essas práticas pagãs e se converter ao evangelismo. Os atendimentos das pessoas na farmácia da Missão eram para tratar dos enfermos tanto carnal e espiritual. (BENITES, Selestino. 2021)

O relato de experiência do senhor Selestino Benites é muito importante para contribuir na compreensão das relações de conflitualidades que existia entre diferentes famílias e segmentos que conviveram neste período por esta região. E o envolvimento da Missão Alemã como uma instituição que, ao mesmo tempo, proporcionava assistência médica, mas que, também tinha por objetivo principal a conversão dos indígenas ao evangelho.

Conforme o meu interlocutor, a Reserva Pirajuí era um lugar onde havia muitos conflitos e pessoas doentes. Por falta de conhecimentos e orientação principalmente sobre as doenças as acusações de feitiços eram comuns. As análises do interlocutor sobre essas situações, já são de um Guarani convertido ao evangelismo, e que se sentia, no dever de ajudar seus parentes a abandonar suas práticas e crença considerados pelos missionários como diabólico.

A intenção aqui não é concentrar-se sobre os processos de territorialização e composição da comunidade Pirajuí, mas sim analisar o contexto e as relações das famílias que dividem o mesmo espaço. O espaço da Reserva, como um território novo e diferente com novas formas de sociabilidade e adequação que inegavelmente impôs formas de organização e negociação entre diferentes sistemas, segmentos e núcleo familiares. As conflitualidades, especialmente, no contexto das reservas, considerando ainda a relação entre os diferentes núcleos familiares e o processo compulsório de confinamento nos proporcionam a compreensão de ordenamentos favoráveis e desfavoráveis quando se trata de relações sociais e políticas. Pois, o espaço da Reserva é dinâmico e cada vez mais sofre influência e interferência de agentes externos.

Em conversa com o senhor Venido Vera, ele relatou da experiência do regresso ao território tradicional no ano de 2009, que resultou no desaparecimento dos professores Rolindo Vera e Genivaldo Vera. Este último foi encontrado morto com marcas de tiros jogado no rio

próximo ao acampamento de onde estavam. O professor Rolindo Vera até este ano (2022) consta apenas como desaparecido. Importante destacar que eles eram meus primos.

Figura 12: Entrevista com Senhor Venido Vera



Fonte: Imagem feita durante a primeira entrevista com o Senhor Venido Vera, acervo pessoal 18/02/2021.

Hoje o senhor Venido é membro da Igreja Pentecostal Restauração da Fé e trabalha com uma pequena venda em sua residência. Devido à gravidade do problema de saúde foi orientado pelos profissionais da saúde para encerrar os trabalhos na agricultura da qual sempre viveu e sustentou a família.

O diálogo especificamente ao tema pretendido iniciou a partir da experiência de vida e da situação que ele está vivendo. Conforme relatou a experiência que teve na retomada da Tekoha Ypo'i e durante a convivência no acampamento acarretou implicações no bem-estar físico e psicológico dele. Ele foi um dos principais líderes que esteve à frente nos momentos mais tensos pela qual foram submetidas as famílias na retomada. Abalados com a perda dos dois professores alguns líderes ficaram acuados e ele teve que se fortalecer e assumir a função de líder principal. Durante esse período a sua função foi fundamental para intermediar as principais necessidades das famílias com a prefeitura, a FUNAI e Ministério Público Federal (MPF) como a construção da escola, contratação de professores, pessoal administrativo, atendimento da equipe da Secretária de Saúde Indígena (SESAI) no acampamento, entre outros.

Com a saúde debilitada por consequência da pressão alta e diabete quase perdeu a vida. Ele alega ter sobrevivido graças à ajuda de alguns pastores evangélicos que reavivou sua fé em Deus. “As enfermidades na minha vida também me tiraram de situações que não ia suportar”, afirmou senhor Venido em 2021.

Mesmo tendo ocupado esse papel de liderança no momento posterior a retomada de Ypo'i, o senhor Venido acabou retornando para Pirajuí onde reside atualmente. O fato de ter se reconvertido a religião evangélica acabou acarretando em uma situação incomoda em Ypo'i, pois as igrejas evangélicas não foram aceitas na área de retomada naquela época.

As igrejas evangélicas sofrem muitas crítica, especialmente das lideranças que vivem os dramas das retomadas, justamente, por não apoiarem e se envolverem com as retomadas. As lideranças indígenas alegam que as igrejas condenam as iniciativas de retomadas, influenciam os indígenas para não participar e apoiar, ainda, enfraquecem toda e qualquer forma de valorização, fortalecimento e manutenção da cultura e identidade Guarani e Kaiowá. A maioria das igrejas que estão instalados nas aldeias são lideradas pelos não indígenas que vivem nas cidades e, conseqüentemente, não iriam apoiar as iniciativas de retomadas que é chamado por eles de invasões de terras e de propriedades privadas.

Cabe destacar o que vem ocorrendo nas comunidades indígenas do município de Paranhos, no qual, as lideranças indígenas estão convidando e abrindo espaço para que as igrejas evangélicas participem mais dos movimentos e reuniões. Destaco a participação dos pastores nas manifestações que ocorreram no município em repúdio ao PL 490 e o Marco Temporal, onde a rodovia que liga a cidade de Amambai, Paranhos e Tacuru foram fechadas pelos indígenas das seis comunidades. Nesses atos os pastores se manifestaram como evangélicos fazendo suas orações, porém, defendendo os parentes, as demarcações, os direitos constitucionais indígenas e repudiando todas e quaisquer tipos de violações e violência praticado com os indígenas. O processo histórico de contatos dos indígenas com as igrejas expõe que a relação nunca foi totalmente pacífica, pois a igreja ou a religião cristã, foi o principal instrumento e estratégia de dominação e submissão dos povos originários ao processo de colonização. Por isso, a desconfiança e o receio são algo muito presente quando envolvem as questões de interesses indígenas.

Figura 13: Pastores contra o Marco Temporal e PL 490



Fonte: Participação dos pastores durante a manifestação em repúdio ao PL 490 e a Tese do Marco Temporal, acervo pessoal 29/06/2021.

Aos ser perguntado sobre as crises que afetam a humanidade nos dias de hoje o senhor Venido, buscou fundamentar suas respostas conforme as escrituras sagradas da Bíblia. Como um bom evangélico buscou justificar que o mundo e a humanidade estão vivendo os fins dos tempos. E que as crises são consequência da elevação da razão e ciência humana como único caminho para a humanidade. Afirma também que a existência humana sem as providências Divinas caminharia em direção a destruição.

O senhor Venido Vera, como evangélico, aborda também o assunto a partir da explicação da religiosidade indígena. Pois, durante sua infância escutava muitas histórias dos mais velhos sobre os tempos de crises que chegariam.

Neste diálogo podemos contribuir com a entrevista do professor Hélio Medina, 45 anos, também evangélico, ao relatar da experiência que obteve durante o tempo em que viveu na aldeia Guapo'y, no município de Amambai. Foi nessa comunidade que teve o primeiro contato com a Igreja Pentecostal Deus é Amor. Ele foi o responsável por implantar uma igreja na Reserva Pirajuí a Igreja Pentecostal no ano de 1996. O mesmo lembra da história que seu pai o senhor Avelhano Medina ouviu dos *Ñande Ramõi* líderes religiosos.

Houve um tempo em que os *Ñande Ramõi* e os *Karai Ruvicha* trouxeram em suas bolsas todos os tipos de materiais e ferramentas e colocaram na frente dos indígenas para eles escolherem. Os nossos antepassados logo foram escolher tudo aquilo que os *Karai Ruvicha* trouxeram e deixaram de lado os materiais e objetos sagrados e tradicionais da própria cultura. Com isso, os *Ñande Ramõi* perceberam que os indígenas estavam mais interessados naquilo que é novo e podiam ser facilmente submetidos e controlados. Diante da situação, os *Ñande Ramõi* disseram que os líderes religiosos *Imba'ekuaava* iriam acabar e que as boas novas que caminham juntos com o *Teko Porã* "Bem-Viver" iriam chegar aos indígenas através do papel. (MEDINA(a), 2021).

Diante dos fatos, os *Ñande Ramõi* já perceberam e previam o que poderia acontecer num futuro próximo. Com o passar dos tempos os males do mundo pioraram e está deteriorando cada vez mais todas as formas de relações sociais e territoriais. Os *Ñande Ramõi* já alertavam que a evolução e desenvolvimentos da humanidade, conforme a sabedoria humana, aceleraria a destruição consolidando permanentemente o *Mba'e Megua*.

O professor Hélio Medina também justifica que as igrejas e a conversão ao evangelismo seriam o único caminho para garantir a salvação da humanidade. Ele ainda afirma que o mundo ficou comprometido a partir do momento em que nossos antepassados escolheram

tudo aquilo que foram trazidos pelos *Karai Ruvicha* e deixaram de lado os ensinamentos e saberes tradicionais.

É interessante observar a relação e comparação que o senhor Venido Vera e o professor Hélio Medina realizaram sobre as perspectivas aproximando tanto a religiosidade indígena e não indígena de forma respeitosa e dialógica. Em momento algum houve a sobreposição ou preponderância das religiosidades sobre o outro. E quando tratamos sobre as perspectivas de futuro, os dois interlocutores foram unânimes ao afirmarem da impossibilidade do retorno às normalidades. Normalidade essa que é explicada a partir das perspectivas ou cosmologia Guarani sobre a existência e convivência humana conforme o *Teko Porã Bem-viver*. As consequências apontadas por eles são atribuídas ao aumento demográfico da população mundial e suas demandas estabelecidas a partir da lógica da modernidade que globalizou novos padrões de sociabilidade e ordem. E as anomalias que se estabeleceram como normalidade e como algo necessário e inevitável para a manutenção do sistema.

Conforme estas análises, cabe aqui reafirmar o que Chamorro (2008), destacou que a religião cristã foi um dos principais meios que os indígenas encontraram para resistir, proteger e manter seus valores e sistema cultural.

A religião evangélica, de fato, foi e é até os dias atuais um campo em que os indígenas se sentiram acolhidos por transmitir e proporcionar sentimentos e compreensões de existência e convivências que se aproxima da religiosidade indígena. Isso se deve ao fato de que tanto na religião evangélica e religiosidade indígena podemos encontrar os fundamentos essenciais de existência conforme o Bem-Viver.

Conforme o senhor Avelhano Medina, 93 anos, a religião dos brancos também busca orientar as pessoas para viver e saber viver conforme o *Teko Porã* dos Guarani. Os *Ñande Ramõi* orientavam que muitas ações eram consideradas incoerentes e que podiam implicar consequências para o indivíduo e até atingir um grupo maior. É isso que ele denomina de *Teko Vai* ou *Teko Ky'a*. A religião dos brancos também não ensina muito diferente. Como, ou seja, *Ñande Rekotee rupi* orienta o homem a se esforçar e viver bem e ser feliz com um bom ser humano e alcançar o *Teko Katu* e o *Teko Joja*.

O professor Hélio sustenta que as condições impostas pelo *Jeiko Vai* ou *Mba'e Megua* o oposto do Bem-Viver, vem piorando cada vez mais, agravando todas as formas de lutas pela sobrevivência, a reprodução e continuidade dos modos de ser indígena.

Em conversa com o rezador guarani Eduardo Pires, 59 anos, aponta que os principais problemas enfrentados na Reserva Pirajuí, relacionado com as crises são a desunião e os

conflitos. Para ele, as várias famílias que dividem espaço não conseguem ainda superar problemas recorrentes de conflitos e disputas, seja ela poder político, religioso, por espaço, entre outros.

Figura 14: entrevista com o cacique Eduardo Pires



Fonte: Entrevista com o cacique Eduardo Pires, acervo pessoal 16/12/2021.

Esses conflitos o senhor Eduardo atribui a desvalorização dos líderes religiosos tradicionais, pois perderam seus espaços e prestígios sendo substituído pelos atuais capitães. Já a figura de capitão representa efetivamente formas de governo mais autoritário e repressivo, uma forma de ordenamento ocidental implantado pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio). As crises inicialmente atingem as relações recíprocas humanas. Impõem o sentimento de superioridade e a necessidade de implementar forma de domínio e relação a partir da sua cultura e necessidade. O rezador Eduardo, compreende e explica que o vínculo com os *Ñande Ruete* se rompeu e os seres humanos ficaram expostos às suas próprias negatividades. As negatividades humanas hoje dominam o mundo implementando permanentemente condições de riscos as nossas vidas. A retirada dos líderes religiosos tradicionais do posto de líder principal implicou no desequilíbrio tanto da negatividade quanto da positividade.

Sem os mestres tradicionais nada vai melhorar. Eles sabem como agir e tomar providência, pois são orientados através dos sonhos pelo *Ñande Ruete*. Por isso o nosso povo parece tudo doido, não conseguem viver bem juntos. Qualquer problema que seja já querem brigar. Não enxergam mais o próximo como irmão e tudo que a natureza oferece tem apenas valor comercial. (PIRES(b), 2021).

A partir da imposição de capitánias nas comunidades indígenas com a SPI, o capitão assumiu o posto de principal líder desempenhando mais a função política e deixando de lado o religioso. É importante também frisar nesta parte sobre o principal critério que foi utilizado para a escolha de capitães naquela época. Segundo o senhor Eduardo Pires, os chefes do posto

influenciavam e apoiavam a escolha dos mais jovens pela facilidade na comunicação na língua portuguesa e que facilitaria a negociação com os indígenas na função de tradutor.

Atualmente, na Reserva Pirajuí a escolha de capitães se organiza em forma de eleição a cada quatro anos. Todas as pessoas que vivem na comunidade acima de 16 anos são convocadas para participarem. O capitão eleito pode ser deposto também do cargo antes de cumprir os quatro anos caso cometer algumas irregularidades. Liderança jovem tem mais facilidade de se comunicar e representar a necessidade da comunidade para os órgãos governamentais, mas apresentam grandes dificuldades em solucionar os problemas internos e muitas vezes acabam recorrendo a métodos mais violentos.

A utilização de métodos mais repressivos acaba fragmentando as alianças e distanciando as famílias. Métodos mais autoritários que se valem das violências físicas também foram trazidos pelo SPI como forma complementar da atuação do Capitão. Na aldeia Pirajuí os capitães também sempre utilizaram métodos violentos com o objetivo de pôr ordem e abafar quaisquer tipos de conflitos. E quando uma pessoa sofre punição as famílias se levantavam um contra o outro. Por isso, a disputa pelo cargo de capitania gerava conflito intenso que resultava em agressões, expulsões e alguns casos até de homicídios. Todos entenderam que o cargo de capitão significava prestígio e domínio sobre os outros.

Por consequência disso, na Pirajuí muitas famílias, entre si, ainda não superaram as desavenças recorrentes de políticas internas pelo cargo de capitania. É muito difícil, até os dias de hoje, as famílias que vivem nessas comunidades se unirem de forma espontânea e garantir algo benéfico para todos, pois ainda há uma lacuna a ser preenchidas. Isso também é reflexo do processo histórico de constituição da Reserva Pirajuí.

Nos dias de hoje o pleito eleitoral do município de Paranhos interfere muito na indicação ou escolha de capitão. Há famílias indígenas que apoiam candidatos a prefeitos com o interesse de assumir o controle ou o poder de capitania. Ou ainda, o prefeito eleito já indica sua confiança ou aqueles que foram seus parceiros políticos, desrespeitando toda e qualquer tipo de organização da comunidade. E as áreas de saúde e principalmente educação indígena servem como espaço para gerar emprego que fora prometido na campanha eleitoral.

Diante disso, o cargo de capitão está se tornando como uma importante ferramenta de dominação e implementação dos interesses externos, especialmente de prefeitos e vereadores em sua maioria não indígenas. Tendo o domínio sobre o capitão a comunidade fica submetido aos interesses alheios. Nessas circunstâncias, o capitão fica entre os interesses da comunidade e dos políticos externos que dominam e ditam as regras. Quando a interferência externa

implementa sua condição dentro da comunidade o poder e a influência do capitão fica submetido e não há muita coisa a ser feito.

Um outro grande problema que vem prejudicando a organização e o relacionamento das famílias é a escolha de líderes jovens que não tem o perfil de assumir a função de líder da comunidade que apresentam contexto complexo como a Pirajuí. Segundo a maioria dos meus interlocutores que participaram da pesquisa, são mais fáceis de manipular e influenciar, e apresentam muitas dificuldades para solucionar problemas internos.

Para o professor Valdenir Romero, 59 anos, a comunidade deve seguir alguns critérios fundamentais como: a experiência, a idade, o conhecimento, e deve ser uma pessoa esclarecida e estudada, e compreender os problemas a partir da visão da cultura indígena e ocidental, pois a realidade da Pirajuí hoje exige essa forma de ordenamento. Os desafios e dificuldades que surgem e enfrentamos na comunidade Pirajuí exige esse preparo. Esse processo é bastante complicado por se tratar de conflitualidade e suas dinâmicas que envolve diretamente disputa pelo poder.

Figura 15: Entrevista com o senhor Valdenir Romero



Fonte: Imagem da entrevista com o professor Valdenir Romero, acervo pessoal 18/11/2021.

A Pirajuí já foi palco de tensos conflitos entre as famílias que envolveu diretamente a política interna para a escolha de capitão. Pela gravidade e risco em que chegou os problemas recorrentes desses conflitos, envolveram o Ministério Público Federal (MPF), juntamente com a FUNAI e a Polícia Federal que no ano de 2016, esteve acompanhando de perto para minimizar as tensões e contradições. Os principais fatores das crises na Pirajuí são a desunião, falta de

diálogo, fatores externos, aumento populacional e a ausência de condições e estrutura adequadas para os líderes realizarem seus trabalhos.

A gestão do atual capitão de Pirajuí o senhor Máximo Velasque, 58 anos, mostra que é possível organizar e reunir a comunidade. Ele articulou e criou a comissão de lideranças composto por representantes de todos os segmentos da comunidade. Na Pirajuí essa organização articulou os professores, administrativos, trabalhadores da saúde, agricultores e os representantes dos demais setores e tem surtido efeito muito positivo especialmente nas tomadas de decisões. E as autoridades do município de Paranhos estão respeitando mais os líderes, buscando dialogar e consultar antes de qualquer tomada de decisão. É fundamental envolver os líderes das famílias, os representantes de cada segmento para dividir a tarefa. Dialogando e consultando para que todos se sintam valorizados e sujeitos ativos que fazem parte de uma comunidade com suas complexidades.

Nesta parte do ensaio a intenção não é aprofundar os estudos sobre as conflitualidades que envolve cargo ou função de líderes, chefias e capitania, nem tampouco, sobre suas competências e atribuições, mas contribuir nas discussões sobre o que o senhor Eduardo Pires apontou, como sendo um dos principais motivos das instabilidades e inseguranças.

Ko'aga rupi ñande tendota kuera ñande ae rei ñamopu'ã. Ñande rekotee rupi ndaha'ei voiko ñande jaiporavo vaerã ñande rekoha ruvicha. Ñande Ruete teevoi ohete monde peicha oiko va'erã ñandeve. Upeagui peichagua oikuaatee voi mba'emo, ikepe voi ojehechauptama chupe ojehutava. (PIRES(b). 2021).

Conforme essa afirmação do interlocutor um líder é escolhido pelo próprio *Ñande Ruete*. Veste em seu ser o manto sagrado. Por isso, eles têm o dom de prever o futuro que são revelados a eles através dos sonhos. Hoje, são as pessoas que escolhem seus líderes de acordo com seus interesses particulares. Diante da situação de crise e instabilidade que estamos vivenciando a partir de Pirajuí, tudo indica que a preponderância da racionalidade humana está acima das providências Divina. O ser humano impondo as suas condições como normas de existência para todas as que partilham o mesmo espaço e tempo.

A natureza humana é essencialmente egocêntrica, pois entendem que a regra mais importante para assegurar a sobrevivência pertence aos mais fortes e evoluídos. A partir dessa lógica a dominação e a submissão se apresenta como uma necessidade para manter a ordem e a lei da evolução de sua espécie ou grupo ao qual pertence.

Essas análises, das quais partilhamos a partir dos que relataram os Guarani da Reserva Pirajuí, especialmente sobre os problemas enfrentados nessa comunidade que envolve

diretamente a relação de poder e suas implicações são muito importante para contribuir na reflexão e análise sobre o desdobramento do processo que resultou na escolha do presidente da república Jair Messias Bolsonaro no Brasil.

Com as palavras do líder Otoniel Ricardo, Bolsonaro representa uma ameaça mortal para todos os brasileiros. Líderes mundiais que governam conforme a mesma ideologia do atual presidente do Brasil podem piorar cada vez mais as crises e acelerar a destruição do mundo e da humanidade. Bolsonaro é assumidamente inimigo dos povos indígenas e dos mais pobres do nosso país. O meu interlocutor é professor formado pela Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, UFGD, na área de Ciências Humanas, membro do Conselho do Aty Guassú Guarani/Kaiowá, Conselho Continental da Nação Guarani CCNAGUA e membro do Movimento de Lideranças e Professores Guarani/Kaiowá do MS. Segundo Otoniel, Bolsonaro representa ainda a elite de militares, do agronegócio, evangélicos e defende interesses dos empreendimentos multinacionais.

O professor Valdenir Romero reforça que o atual presidente está entregando as últimas reservas de riquezas para a exploração. E afirma ainda que a exploração traz destruição, desmatamento, contaminação dos rios, queimadas, e piora as condições climáticas do mundo. “Por isso, está cada vez mais quente. O vento está cada vez mais destrutivo, pois não existe mais mato para segurar a força do vento. A intensidade da geada e do calor era equilibrado pelas florestas e sem elas, o impacto está afetando nossas roças a produção de alimento”, afirma professor Valdenir Romero.

O senhor Eduardo Pires contribui com uma reflexão sobre essas situações que estamos tratando, ao ser questionado sobre o seu olhar como rezador sobre a gestão do presidente da república e suas ações. Conforme ele, a escolha de um presidente que pensa e age como Bolsonaro é reflexo da ignorância do ser humano que age movido pela sua ganancia. “O bem-estar momentâneo parece ser mais importante do que o futuro dos filhos e das próximas gerações”, afirma.

Para Otoniel, o fato do presidente admitir que não irá demarcar nenhum centímetro de terras para indígenas já é um atentado contra a vida de todos os seres humanos. Pois, os povos originários são os maiores responsáveis pela proteção da biodiversidade existente no planeta Terra.

O presidente Bolsonaro não tem projeto para assegurar a sobrevivência dos povos indígenas. Na verdade, ele quer liberar as terras indígenas para os brancos invadirem mais uma vez e explorar. A demarcação das terras indígenas nem sequer existe no vocabulário dele. Na verdade, ele não se

preocupa com a saúde, geração de renda, emprego e educação. Viveu a vida toda defendendo a tortura e a ditadura. (RICARDO, 2021)

O professor Valdenir Romero, reafirma que a escolha de líderes políticos que defende cada vez mais o lucro do que a vida são os sinais do que seu pai Valêncio Romero já dizia sobre os fins dos tempos. Segundo o professor, o pai dele não é evangélico, mas ouvia esses relatos de seu pai e dos líderes religiosos. Conforme o professor, as famílias indígenas também estão sofrendo com os tempos de crises, pois, não vivem mais como antes onde tudo era compartilhado, os trabalhos eram realizados de forma coletiva, os problemas eram solucionados juntos e as dores e tristeza eram sentidas e respeitadas por todos. Quando morre alguém da comunidade todos paravam e acompanhavam os familiares pela dor da perda. Infelizmente, na Pirajuí essas práticas e costumes da cultura Guarani vêm sofrendo alterações e sendo deixado cada vez mais pela nova geração. Essas transformações da cultura Guarani são definidas pelo professor como o desdobramento dos fins dos tempos.

Na tentativa de entender melhor o processo do qual estamos nos referindo a partir da visão de diferentes segmentos e geração, conversamos também com um jovem indígena que assumiu a função de conselheiro tutelar na cidade de Paranhos desde o ano de 2016.

Figura 16: Entrevista com o jovem Cledino Caldeira Pires



Fonte: Imagem da entrevista com o jovem Cledino Caldeira Pires, Avá Ndujá, acervo pessoal 10/11/2021.

O jovem Cledino Caldeira Pires é indígena da etnia Guarani, reside na Terra Indígena Potrero Guassú, filho do grande líder Félix Pires, Avá Nẽmbiara (in memoria). Ele assume a função de conselheiro tutelar pelo segundo mandato um importante espaço conquistado pelos indígenas do município de Paranhos. O jovem relatou a experiência de sua infância com os pais, e praticamente não precisou trabalhar, pois os pais sobreviviam do benefício da aposentadoria

e não passavam necessidade tal qual outros indígenas. As diferentes formas de relacionamento e vivências presenciou a partir do momento que foi trabalhar na colheita da maçã e convivendo com os familiares da esposa.

Eu pude entender melhor as formas de relacionamento e o *Ñande Reko* quando fui trabalhar na colheita da maçã e convivendo no meio dos parentes da minha esposa. Os parentes dela quando vinha da cidade com as compras se reuniam e dividiam tudo. E eu achava isso errado, pois eu cresci dentro de um ensinamento muito diferente. E essas práticas culturais de fato está enfraquecendo e sendo substituído pelos costumes dos não índios. (PIRES(a), 2021).

Hoje mais experiente possui um outro entendimento em relação a cultura indígena e não indígena e por isso afirma que nós indígenas deixaremos de ser indígenas se permanecermos acomodados e dominados pela cultura envolvente.

O jovem é estudante da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, pela Faculdade Indígena (FAIND-UFGD), e o pai dele o senhor Félix foi um dos que lideraram a retomada da *Tekoha Rancho Kapi'i*, que hoje compreende a Terra Indígena Potrero Guaçu.

As lutas dos Guarani e Kaiowá está presente na história de vida dele. Por esse motivo na nossa conversa não poderíamos nos furtar de assuntos que envolvem as lutas pelas demarcações das terras indígenas e sobre as mobilizações nacionais indígenas que estão se fortalecendo e engajando cada vez mais apoiadores. Cledino afirma que as lutas pelas demarcações são muito importantes, pois devolve a esperança aos indígenas da possibilidade de reconstruir os rastros de destruição que foi deixado pelo chamado desenvolvimento do “homem branco”. Os indígenas e suas terras se projeta como importante protetor que ampliam o tempo de vida do mundo. E as mobilizações servem para dizer e alertar sobre as situações caóticas que estão chegando cada vez mais críticos. O modelo de vida tão desejado por todos apresentado pela modernidade está custando caro demais para todos nós.

Conforme meu interlocutor, as conquistas indígenas especialmente no que tange aos direitos constitucionais estão incomodando muita gente, pois, esses dispositivos conquistados proporcionam e encaminham autonomia, proteção e fortalecimento da identidade dos povos originários. Por isso, a elite busca de todas as formas possíveis manter o controle sobre as instituições estatais para continuar seus progressos e avançar sobre as áreas protegidas por lei e terras indígenas. Conforme essa lógica a omissão perante as atrocidades cometidas com os povos indígenas é necessária para assegurar a estabilidade do poder e privilégio da elite.

Ele comenta ainda sobre o processo de formação da sociedade brasileira, que resultou das brutalidades praticadas fora dos limites da racionalidade humana ao ponto de a submissão

ser aceita como um processo natural. E a chegada à presidência de Jair Messias Bolsonaro, ele atribui também como consequência do longo processo de dominação e manipulação do saber que é o principal mecanismo da colonialidade presente até os dias atuais em muitos brasileiros.

Ele menciona sobre o ocorrido no dia 23 de outubro de 2021, sábado, na aldeia Potrero Guaçu, quando um tornado segundo o jornal A Gazeta News, publicado no dia 24/10/2021, que pode ter atingido de 150 a 200km/h²⁵ passou pela região e deixou rastro de destruição. Em sua fala Cledino afirma que os não indígenas em nome do desenvolvimento estão matando os indígenas, os rios, as florestas que são os maiores responsáveis pelo equilíbrio do clima no mundo. Os Guarani da aldeia Potrero Guaçu passam por diversas dificuldades pela ausência das matas nativas no local. Antes da retomada a vegetação nativa sofreu transformação para dar espaço a criação agropecuária uma atividade de destaque no município de Paranhos. A política desenvolvimentista adotada também pelo presidente Jair Bolsonaro está acelerando a destruição do planeta, por isso, a natureza está respondendo com os fenômenos cada vez mais surpreendente e destrutivo. Em verdades a natureza está se defendendo com toda força das ações humanas.

Em entrevista no dia 17 de novembro de 2021, em sua residência, o senhor Pedro Duran, então com 52 anos, ele afirma que a esperança ainda está ativa, pois, dia-a-dia nascem crianças saudáveis por todos os cantos do mundo e os povos originários diante das políticas de extermínio permanecem firmes em defesa da natureza e tentando adiar um pouco mais o fim dos tempos. A defesa da vida e da continuidade da existência para todos, por mais perigoso que seja no contexto em que estamos vivendo ainda é uma missão defendida por muitos. O que inquieta o senhor Pedro Duran é a consolidação da ideia de que tudo está à disposição da modernidade, mesmo que comprometa a nossa própria existência. E essa ideia da modernidade está dominando o pensamento da nova geração alcançando as comunidades indígenas. E o maior erro da geração atual, ele atribui aos desinteresses de buscar orientação com os anciãos.

Yma guare oikuaaha rupi mante ikatu ñande reraha, ohasa ha oikuaamagui mba'epa ikatu ojehu. Oikuaa'yva katu ikatu ñande reraha vaipa ha ñande kuaauka. Ko'ava teko porãã ñane myangekoivo ae mante jaheka oikuaava ha ñaporandu. Ymã guare oñeguerotima ñande hegui, oñomimbama oikuaavae, ykua jepeve oñemoyrõ noñemboete veirõ ha upeichaite avei koaga rupi umi oikuaa teevae ñande reko. (DURAN, 2021).

²⁵ Fonte: <https://agazetaneWS.com.br/noticia/regiao/170811/tornado-de-150-kmh-provocou-destruicao-em-paranhos> acesso em 12.01.2022

O senhor Pedro Duran é professor na aldeia Pirajuí. Formado pela Magistério Indígena Ára Verá e licenciado na área de Linguagens pela Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, UFGD. Pedro relata que sempre conviveu mais próximo de seu pai e dos anciãos da comunidade. Essa experiência com os mais velhos o ajudou a entender os motivos das dificuldades que há e que está contribuindo nas pioras das crises que vivem os Guarani da aldeia Pirajuí. Conforme meu interlocutor o desinteresse por parte da nova geração pelos conhecimentos e experiências dos mais velhos, associado a desvalorização das práticas e costumes Guarani são os principais fatores que geraram o enfraquecimento dos anciões, e consequentemente, os saberes ficaram escondidos ou adormecidos. O professor sustenta que com essa situação os mais velhos também podem sofrer com o estado de desânimo e descrédito característico do *ñemoyrõ*. Ele dá exemplo das minas de água *Yvú* que podem mudar de lugar ou secar por motivo do *ñemoyrõ*. Pois, ninguém mais o valoriza como se deve, e nem bebem mais a água da mina. De maneira geral, todos necessitam do *ñemboete*, do se sentir importante, valorizado e útil.

Figura 17: Entrevista com o professor Pedro Duran



Fonte: Imagem da entrevista com Pedro Duran, acervo pessoal 17/11/2021.

Conforme a sua análise a mentalidade da nova geração está muito focada sobre o mundo de fora da comunidade. Tudo que vem de fora da aldeia é novo, bonito e está na moda. Já os costumes, ensinamentos e saberes tradicionais são considerados obsoletos. Como

consequências as práticas fundamentais como as rezas, o batismo das crianças, batismo dos produtos da roça, as festas não são mais realizadas. Parece que não há mais necessidade.

Ele também fala sobre o *Ñemyangekoi*, que é um estado de incomodo imposta pelas condições de negatividades. Com o *Ñemyangekoi*, as pessoas buscam meios para mudar situações desconfortáveis e desfavoráveis. Por isso, certas situações incomodadas são consideradas importantes e necessárias para mover as pessoas.

“*Umi imba'ekuaa teeva otíma ñande hegui, oñemima*”. Nesta parte meu interlocutor ressalta que aqueles detentores da sabedoria verdadeira já se sentem envergonhados perante a nova geração. “*Oñemima*”, significa que já estão escondidos. Mesmo sabendo qual caminho que a geração atual está seguindo.

A propósito, cabe refletir sobre a história contada pelo professor Hélio Medina anteriormente. Quando os *Ñande Ramõi* colocaram em provações os nossos antepassados. E justamente, a nova geração que fracassou, pois estavam tão iludidos pelas boas novas que os *Karai Ruvicha* trouxeram. Os mais velhos como sempre cautelosos e sábios apenas observaram a escolha dos jovens. A história nos mostram que os mais velhos foram mais resistentes aos projetos coloniais. Uma das estratégias de resistência foi adentrar ao interior das matas para preservar suas vidas, justamente, para evitar confronto que seria desproporcional e fatal. Conforme o senhor Valdenir Romero e professor Pedro Duran, os mais jovens são mais fáceis de influenciar e manipular, por isso, foram alvos fáceis dos colonizadores. O que mostra um certo conflito geracional.

O mundo externo da aldeia, a cultura dominante refletiu com muita força dentro da Reserva de Pirajuí. Novos desafios surgem e afetam diretamente o relacionamento das pessoas. Essas interferências se sobrepõem e se apresenta como desdobramento característicos dos tempos modernos. Hoje por exemplo o acesso aos meios e recursos tecnológicos trouxe novos desafios para todos. Algumas famílias, por falta de orientações não acompanham o que os filhos estão acessando pelos aparelhos celulares na internet. A maioria dos pais acabam comprando aparelhos tecnológicos para os filhos sem pensam sobre as consequências do seu mau uso pode acarretar. Outro exemplo é a utilização cada vez mais de maquinários agrícolas modernos na preparação do solo para o plantio, deixando de lado métodos tradicionais seculares, no qual os agricultores mais novos preferem recorrer a esses recursos pensando na praticidade e o aumento da produção em escalas maiores para poder comercializar.

No dia, 22 de novembro de 2021 foi realizada uma reunião com a comunidade para consulta-los sobre a intenção de alguns indígenas em plantar soja nas áreas onde sempre foram

cultivados produtos para o consumo próprio como: a mandioca, milho, batata, feijão, entre outros. Porém, a maioria assinou um documento para não liberar. Devido aos riscos e danos ambientais que pode acarretar e também diante do aumento populacional que reivindica cada vez mais seu espaço. Está cada vez mais difícil reunir a comunidade em torno de objetivos que depende do envolvimento de todos. Uma das características dos tempos modernos, o individualismo, se sobrepõe acima dos fundamentos do *Teko Joja*, igualdade e equidade.

A ideia de arrendamento para o plantio de soja, milho transgênico e ainda para a criação bovina em parcerias com os fazendeiros e arrendatários da região é uma das discussões que está causando bastante polêmica, pois para boa parte dos indígenas de Pirajuí se apresenta como única alternativa de gerar renda utilizando o espaço da reserva.

O que despertou esse interesse dos indígenas de Pirajuí são as condições do solo que já não produz mais como alguns tempos atrás, e a falta de apoio e políticas pública efetivas que de fato atenda a necessidade do produtor indígena, e também a ideia da necessidade de obter recurso suficiente para iniciar os trabalhos de forma autônoma para não precisar esperar auxílios de projetos dos órgãos governamentais como prefeituras e a Funai. A duas instituições estatais que se encontram no município não oferecem apoio e recursos com estruturas suficientes e adequadas para atender as demandas das seis comunidades do município de Paranhos.

As ideias de arrendamentos e a produção em larga escala para a comercialização hoje já faz parte das discussões na Pirajuí, pois, apresentam algumas vantagens onde os indígenas poderão trabalhar menos e ganhar mais dinheiro. Mas, porém, o espaço da Reserva Pirajuí está ficando cada vez mais pequeno para uma população que aumenta a cada ano. Alguns líderes da Pirajuí viram a experiência das comunidades indígenas vizinhas do lado Paraguai tendo dinheiro fácil através dos acordos e contratos com os fazendeiros e arrendatários e estão dividindo espaço com plantações de sojas e milhos. Essa nova forma de sobrevivência acabam reforçando o individualismo característico da dinâmica do capitalismo moderno que avança com mais força sobre os índios e suas terras.

Ficamos expostos a essas negatividades porque não rezamos mais, não cantamos mais. Nossas crianças não passam mais pelo ritual de batismo. Nossas comidas já nos fazem mal. O culpado disso tudo é nós, por não procurar os *ñande ramõi*. Os *karai* vivem assim porque é cultura deles.
(PIRES(b), 2021)

Segundo cacique Eduardo Pires, as negatividades humanas estão se fortalecendo cada vez mais em nosso ser, pois, estamos consumindo alimentos contaminados com agrotóxicos que cegam nossos olhos e matam o nosso corpo e a mente gradativamente. Os venenos

adoecem o solo, a água, o corpo e o nosso espírito, ao ponto de não diferenciar mais o que benéfico e prejudicial.

Considerações finais

A vida da era moderna e suas vantagens tem um custo muito alto. Custo alto no sentido de interferir comprometendo o equilíbrio ecológico do mundo e as relações humanas no seu espaço tempo ao ponto de impor as condições de negatividade como regras necessárias para a continuidade da existência. O direito à vida, a um lugar ao sol, não é de todos, somente para aqueles que pertencem a classe dominante. A lógica que essa vida moderna apresenta se fundamenta no desejo de desfrutar uma vida de qualidade a todo custo, com menos trabalhos e remuneração suficiente, a manutenção do poder, status e privilégios, mesmo que isso implique a eliminação dos outros e a destruição da natureza.

Os recursos naturais são vistos apenas como matéria-prima fundamentais que movimentam as grandes corporações industriais que tudo transformam para o consumo e bem-estar da humanidade. As novas tecnologias modernas são aliadas importantíssimas que fazem o dia a dia dos homens mais práticos e proporcionam vantagens para uns enquanto excluem e marginaliza a maioria.

As crises que há e afetam com mais força especialmente a parte debaixo da pirâmide social são consideradas como parte natural do processo de desdobramento desse sistema. As positivities da era moderna na verdade é a culminação da negatividade humana, pois rompe e fragmenta toda e qualquer tipo de sanidade e racionalidade humana. Eduardo Galeano (1976) em sua obra “As veias abertas da América Latina”, registra a chegada e o contato dos espanhóis com os indígenas, estes últimos por sua vez, entenderam o evento como o retorno dos deuses vingativos. Conforme o autor os conquistadores também souberam explorar muito bem essa situação e declaravam a descoberta das terras novas como parte do nascimento da Era Moderna associado à invenção da pólvora, a imprensa, o papel e a bússola.

A civilização que se abateu sobre estas terras, vindas do outro lado do mar, vivia a explosão criadora do Renascimento: a América surgia como uma invenção a mais, incorporada junto com a pólvora, a imprensa, o papel e a bússola ao agitado nascimento da Idade Moderna. O desnível de desenvolvimento dos dois mundos explica em grande parte a relativa facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas. Hernán Cortez desembarcou em Veracruz acompanhado de não mais de 100 marinheiros e 508 soldados; trazia 16 cavalos, 32 bestas, dez canhões de bronze e alguns arcabuzes, mosquetes e pistolas. Os indígenas, no começo, foram derrotados pelo assombro. O imperador Montezuma, em seu palácio, recebeu as primeiras notícias: uma montanha andava a movimentar-se no mar. Depois chegaram outros mensageiros: “(...) muito espanto lhe causou ouvir o tiro do canhão, como retumba seu estrépito e leva as pessoas a desmaiarem, com os ouvidos atordoados. Quando acontece o tiro, uma bola de pedra salta de suas

entranhas: sai chovendo fogo (...). Os estrangeiros traziam “veados” para montar e, montados, ficavam “tão no alto como os tetos”. Traziam o corpo coberto, “aparecem só as caras. São brancas, como se fossem de cal. Têm o cabelo amarelo, embora alguns o tenham preto. A barba deles é grande (...)”[2]. Montezuma acreditou que era o deus Quetzalcóatl que voltava. Os deuses vingativos que agora regressavam para acertar contas com seus povos traziam armaduras e cotas de malha, reluzentes escudos que devolviam os dardos e as pedras; suas armas expediam raios mortíferos e obscureciam a atmosfera com fumaças irrespiráveis. (GALEANO,1976, p. 18-19).

Esse sentimento de superioridade como resultados das gloriosas conquistas, das vantagens que as novas invenções tecnológicas proporcionaram, e ainda, diante das diversidades culturais mais notáveis a partir daquele momento, mas, porém, consideradas menos evoluídas, despertou no homem branco europeu o sentimento de se comparar de fato com os deuses. E esse acontecimento marcante que ocorreu com o descobrimento das novas terras inaugurou aquilo que conhecemos hoje através das reflexivas obras de Quijano (2005) como modernidade. Os europeus imaginaram como os mais avançados da humanidade, ou seja, o fim último de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, que os levou também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie (Quijano, 2005. p. 122). Justamente, essa ideia e sentimento de superioridade que está acabando com o nosso mundo.

Os avanços dos europeus tinham por objetivos os extermínios dos povos considerados inferiores e aqueles que resistiram ou que seriam submetidos à escravidão, e, por conseguinte a integração como súditos do Rei e da Igreja. Hoje a modernidade e suas demandas avançam a todo vapor e se sobrepõem como única via de existência atingindo todas as terras e os povos que nela habitam. A vitalidade dessa nova ordem se mantém sugando os recursos naturais que o mundo oferece e se fortalece das contradições e divergências que as conflitualidades que as suas dinâmicas produzem. O seu desdobramento está piorando cada vez mais as crises do mundo.

A compreensão dos povos originários sobre a nossa existência e principalmente em relação aos modos de sobrevivência não dialoga com o sistema modernidade. Pois, as duas possuem fundamentos lógicos de existência opostas. Os Guarani e Kaiowá a exemplos buscam em toda sua existência aqui na terra viver e alcançar pelos esforços individuais e coletivos a plenitude do *Teko Porã* bem-viver, que se fundamenta na igualdade, respeito mútuo e reciprocidade caminhando sempre em direção ao *Teko katu* e *Tekoha* Marane’y. E essa forma de pensar e viver dos povos originários causa uma grande divergência com a lógica da modernidade e por isso classificado como sociedade primitiva ou arcaica. Em razão disso,

estariam condenados a viver subdesenvolvidos e miseráveis pelas suas incapacidades e também aptos para serem dominados e explorados pelas sociedades mais desenvolvidas.

Hoje os longos processos de implementação da modernidade alargaram também as crises, as condições geradas a partir do seu desdobramento provocaram mais desigualdade e exclusão. Milhões de homens, mulheres e crianças reivindicam seu espaço, reconhecimento e o acesso a uma vida mais humanizada, pois, seus direitos fundamentais ainda são negados. O acesso a um espaço decente, a uma alimentação adequada, a uma educação de qualidade que atenda sua perspectiva de vida, atendimento justo de saúde, justiça e cidadania custa muito caro, pois quem a controla e limita o seu acesso são os mesmos que dizem que a vida humanizada não é direitos de todos. Na cultura Guarani e Kaiowá se não há igualdade para todos não é possível afirmar que vivemos a plenitude do bem-viver. Essa desigualdade gerada a partir da lógica de que tudo é mercantilizado é profundamente desumana.

No contexto atual, os conflitos entre o dualismo de um lado a manutenção do poder e do outro a luta pela sobrevivência tornaram as crises cada vez mais presentes, pois a elite avançou e se apoderou dos poderes do Estado, pela necessidade de assegurar e legitimar a manutenção de seu poder. A ocupação cada vez mais de políticos nos poderes representando os interesses da elite tornou o Estado ferramenta efetiva de implementação das políticas de desenvolvimento dentro da lógica da modernidade.

Os poderes do Estado nas mãos das elites, dos ruralistas como demonstramos no texto, torna também seus opostos, os indígenas, os menos favorecidos. Hoje os avanços das políticas desenvolvimentistas apoiada pelo Estado significa uma grande ameaça não somente aos menos favorecidos, mas, a continuidade da existência de todos, pois, estamos falando de exploração e destruição da natureza em nome do bem-estar e a qualidade de vida moderna.

Diante disso, a luta dos povos indígenas pela demarcação dos territórios tradicionais, uma reivindicação justa que o Estado brasileiro tem negado descaradamente desconsiderando o processo histórico de esbulho territorial, pelo respeito aos direitos constitucionais conquistados que hoje se encontram cada vez mais ameaçados pelos projetos de leis das próprias autoridades do Estado, assume uma importância mais ampla a luta pela defesa da vida, pela continuidade da existência de toda humanidade e a proteção do meio ambiente. Muitas organizações estão se engajando nessa luta, pois, estão sentindo os efeitos negativos que estão ocorrendo devido as mudanças climáticas pelas quais a natureza e o próprio planeta está respondendo para a humanidade.

Quando pensei em pesquisar e entender melhor sobre as crises que o Brasil estava enfrentando, imaginei que fosse apenas no campo político, econômico e social, mal sabia da complexidade que esse tema estava por envolver e proporcionar a minha compreensão também sobre o *Mba'e Megua*, as crises a partir da compreensão dos Guarani e Kaiowá.

Inicialmente pretendia saber como é o processo de crise político em desdobramento no país, no qual, o povo brasileiro, políticos, partidos, e os outros segmentos estavam vivendo, se comportando e reagindo perante as mudanças que esse processo implicaria. Pois, presenciamos disputas de forças opostas aos extremos em que cada qual defendiam seus interesses como se fossem à luta pela vida.

A princípio entendia também que o Brasil estava enfrentado uma grande recessão política que implicaria para o campo econômico e, por conseguinte no social. A minha preocupação maior foi com relação as piores nas diversas situações desumanas a que eram submetidos os diversos parentes indígenas que viviam neste país. O futuro se apresentava de forma insegura, mais crítica e tensa, diante das atrocidades praticadas pelos inimigos dos povos indígenas amplamente apoiados e defendidos pelas próprias autoridades do Estado.

Atualmente cada vez mais os indígenas estão sendo mortos, perseguidos por defenderem seu povo e o respeito aos direitos humanos e constitucionais conquistados. O fortalecimento de grupos conservadores, neoliberais associados a extrema direita mais radicalizada significa uma guerra cuja a sentença e mais mortes dos povos indígenas. Os principais líderes da onda reacionária que tomava proporções gigantescas a cada dia, se fortaleciam com seus discursos dentro da dinâmica da política da morte, e apresentavam soluções rápidas para os problemas tudo aquilo que o povo queria ouvir. O uso de forças, violência e violações, mesmo fora dos parâmetros de um país regido pelas dinâmicas democráticas e constitucionais, são apresentados como métodos eficientes para amenizar as crises e acabar com aquilo que chamam de inversão de valores. Jair Messias Bolsonaro surge como um político patriota, heroico, única solução para os problemas do país. Mesmo considerado por muitos como politicamente incorreto, preconceituoso, machista, racista, que pregava o ódio e a discriminação, foi idolatrado por muitos brasileiros.

Diante dessas situações, a minha intenção foi de buscar saber dos próprios indígenas da minha comunidade como irão reagir a mais essa situação de guerra declarada. A primeira palavra que eu ouvi dos meus interlocutores foi sobre as condições do *Mba'e Megua*, as crises. *Mba'e Megua* uma palavra não muito utilizada pela geração atual, justamente, por transmitir um sentimento negativo. Essa palavra na língua guarani é compreendido como sentimento de

tristeza, insegurança, frustração, entre outros que enfraquecem as formas de lutas pela sobrevivência e afetam diretamente a saúde física, mental e espiritual.

Os Guarani e Kaiowá explicam que a existência do ser humano pode passar por momentos de crises, no caso destes grupos indígenas, registramos diferentes episódios que remetem a isso no primeiro capítulo, ainda assim o sentimento do *Mba'e Meguá* pode ser superado, por isso a busca incessante pelo equilíbrio e renovação das forças através das rezas e cantos sagrados são fundamentais.

O homem por si só fica submetido às tentações de sua animalidade, por isso necessita do vínculo com o seu Criador. O bem-estar conforme as lógicas positivas do homem ainda não é o suficiente e adequada para assegurar de fato o bem-viver necessária, pois, pode estar sujeito às condições de sua animalidade. Contudo, as nossas preocupações aumentam com enfraquecimentos da nossa cultura, a desvalorização dos nossos anciãos e rezadores, o predomínio da cultura envolvente dentro das comunidades atingindo com mais força especialmente a nova geração. Cotidianamente dialogamos sobre essas problemáticas, porém, na prática enfrentamos muitas dificuldades para encontrar meios de solucionar. O individualismo e o bem-estar conforme a lógica do homem branco está muito presente em nosso meio. O futuro se apresenta muito incerto, pois, as sementes de milho, as ramas de mandiocas, as batatas que colocamos debaixo da terra já não brotam mais como antes. A terra já está cansada, as águas estão diminuindo, os animais sumiram ou já foram levados pelo *Ñande Ruete*. Conforme Nimuendajú (1987):

Não é só a tribo dos Guarani que está velha e cansada de viver, mas é toda natureza. Quando os pajés, em seus sonhos, vão ter com *Ñanderuvucu*, ouvem muitas vezes como a terra lhe implora: “devorei cadáveres demais, estou farta e cansada ponha um fim a isto, meu pai!”. E assim também clama a água ao Criador, para que a deixe descansar; e assim também as árvores, que fornecem as lenhas e o material de construção; e assim todo o resto da natureza. Diariamente se espera que *Ñanderuvucu* atenda às súplicas da sua criação.

Perante isso, muitos questionamentos pairam sobre as nossas cabeças, pois, nós seres humanos queremos viver e viver bem, mas não estamos sabendo viver como deveríamos viver. As condições de crises que estamos enfrentando, são resultados dos processos históricos que vivemos. Por isso este ensaio nos proporciona a refletir sobre a nossa existência, as nossas vivências e as relações entre as diversidades que muitos não enxergam e nem reconhecem. O mundo, a nossa casa em comum, como nós seres humanos tem vida, partilham as mesmas dores e sofrimentos, tem muita semelhança como o nosso corpo. Possui limitações e tempo de vida. Portanto, deveríamos estar preparados para os tempos imprevisíveis que estão por vir,

seguramente não há muito o que fazer, pois muitas ações dependem da boa vontade e sabedoria humana. Os tempos do *Mba'e Meguá* podem nos surpreender muito ainda.

Referenciais

Fontes orais:

BENITES, Selestino. Idade 71 anos. Missionário aposentado. Entrevista concedido no dia 19/10/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

DURAN, Pedro. Professor atuante na Escola Indígena Professor Adriano Pires, pólo. Entrevista concedida no dia 17/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

MEDINA(a), Avelhano. Ancião e ex-capitão da reserva Pirajuí. Entrevista concedido no dia 15/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

MEDINA(b), Hélio. Idade 45 anos. Professor atuante das séries iniciais na Escola Municipal Indígena Marechal Cândido Rondon, Missão. Entrevista concedido no dia 15/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

MORALES, Adriano. Idade 66 anos. Professor indígena atuante na Escola Municipal Indígena Marechal Cândido Rondon, Missão. Entrevista concedido 07/03/ 2021. Entrevistador Fidencio Vera.

PIRES(a), Cledino. Membro do Conselho Tutelar e acadêmico da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu – UFGD. Entrevista concedida no dia 10/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

PIRES(b), Eduardo. Idade 59 anos. Liderança e rezador na reserva Pirajuí. Entrevista concedida no dia 16/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

RICARDO, Otoniel. Líder do Movimento de lideranças Guarani e Kaiowá, membro do CCNAGUA, professor. Entrevista concedida no dia 22/12/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

ROMERO, Valdenir. Idade 59 anos. Professor e pastor da Igreja Assembleia de Deus. Entrevista concedida no dia 18/11/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

VERA, Venido. Idade 56 anos. Entrevista concedido nos dias 10/02 e 18/02/2021. Entrevistador Fidencio Vera.

Referências bibliográficas:

ABREU, Jonas Modesto; PEREIRA Daniela de Melo. Redes sociais e comportamento político violento: uma síntese das ameaças aos direitos humanos no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, 2017

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. In: **Novos Estudos** v. 38, 2019.

BARBEIRO, Maria Cristina. **Paranhos e suas histórias**. Prefeitura Municipal de Paranhos, Paranhos MS, 2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco Mundial. Em busca da segurança perdida**. Lisboa: Edições 70, 2018.

BRAGA, Letícia de Castro. **Redes sociais como novo palco para o espetáculo na política**: uma análise da construção de personagens políticos no facebook antes e durante a campanha presidencial de Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. Editora Todavia, São Paulo, 2018

- CASARA, Rubens. **Estado pós– democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2016.
- CHAMORRO, Graciela (Chamorro Arguello, Cándida Graciela) **Terra madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani**. / Graciela Chamorro. – Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.
- CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais, Fortaleza**, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**: Tradução de Galeno de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra Do original em espanhol: Las venas abiertas de America Latina. 1976.
- GALLOIS, Dominique, Culturas indígenas e Sustentabilidade: alguns desafios. In: **Revista Tellus**, Campo Grande 2005
- KIERECZ, Marlon Silvestre. A Crise da Democracia Representativa no Brasil. In: **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFGRS**. Porto Alegre, v.11 nº2, 2016
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, São Paulo 2019.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org) **Por que gritamos Golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**, São Paulo Boitempo, 2016
- LANDER, Edgardo. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – perspectivas latino americanas. In: **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Bueno Aires: Clacso, 2005.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018
- MELIÀ. Bartomeu. A Terra sem Mal dos Guarani Economia e Profecia, In: **Revista de Antropologia**, 1990.
- MELIÀ. Bartomeu. O encobrimento da América In: Zwetsch, Roberto (org.) **500 anos de invasão: 500 anos de resistência** p. 67-80 São Paulo: CEDI/Paulinas 1992
- Nimuendajú, Curt, 1883-1945. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião do Apapocúvas-Guarani**/Curt Nimuendajú Unkel; tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castros, 1987)
- OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. In: **Estudos Avançados** V. 31 nº. 89, 2017.
- PEREIRA, Levi Marques. Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Suplemento Antropológico**. (Asunción) v. XLII, n. 01, junio de 2007.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. In: **Cadernos IHU ideias** 2018.
- QUIJANO, Anibal, A colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.
- RAMOS, Antonio Dari; KNAPP, Cássio. Para uma interculturalidade efetiva: um diálogo a partir dos estudos descoloniais. In: Losandro Antônio Tedeschi. (Org.). **Leituras de Gênero e Interculturalidade**. 1ed. Dourados: Editora UFGD, 2013, v. 1, p. 523-543.
- SCHADEN, Egon. A religião Guaraní e o cristianismo: contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural. In: **Revista de Antropologia**, 1982
- SOLANO, Esher. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**. Análise nº 42/2018 Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 12.02.2021

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. In: **Caderno de leituras** v. 65, 2017.